

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

IGOR MARLON SALES

**A AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA E A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA
CATÓLICA (1966-2000)**

**FRANCA
2006**

IGOR MARLON SALES

**A AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA E A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA
CATÓLICA (1966-2000)**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em História, ao Programa de
Pós-graduação da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade
de História, Direito e Serviço Social. Área de
Concentração: História e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel

FRANCA
2006

Sales, Igor Marlon

A autocompreensão da Igreja e a Renovação Carismática Católica (1966-2000) / Igor Marlon Sales. –Franca : UNESP, 2006

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Igreja Católica – Concílio Vaticano II. 2. Catolicismo – História – Brasil. 3. Renovação Carismática Católica.

CDD 282.0981

IGOR MARLON SALES

**A AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA E A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA
CATÓLICA (1966-2000)**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em História, ao Programa de
Pós-graduação da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade
de História, Direito e Serviço Social. Área de
Concentração: História e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel – Unesp (Franca)

1º Examinador(a): _____
Titulação Nome - Instituição

2º Examinador(a): _____
Titulação Nome - Instituição

Franca, ____ de _____ de ____

DEDICATÓRIA

Aos que acreditaram e também aos que não acreditaram que esse trabalho era possível. À minha família, alicerce seguro onde me baseio. Dedico a Igreja, santa e pecadora, tão humana e ao mesmo tempo tão divina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me capacitou e fortaleceu nos momentos mais difíceis da pesquisa e da confecção dessa dissertação. Apesar da constante e progressiva secularização da vida acadêmica, aprendi com São João da Cruz que “só se compreende Deus quando se compreende que nada se compreende de Deus”.

Agradeço ao querido Prof. Dr. Ivan Manoel, mestre inesquecível de quem muito aprendi e sempre terei a aprender.

Agradeço a minha família, por suportar minhas ausências e entender o árduo caminho da pesquisa acadêmica. Por tudo que meus pais investiram em mim desde que nasci. Nunca conseguirei lhes pagar.

Agradeço a minha esposa, Marina, que no início dessa pesquisa nem era minha noiva ainda, mas também suportou a ausência, pelas aulas, congressos e simpósios desde os tempos da graduação, compreendendo a luta por um futuro cada vez melhor para todos nós.

Aos amigos de todos os tempos, foi Deus quem lhes colocou no meu caminho. Ao amigo, agora também padrinho de casamento, Reginaldo, valeu dividir o quarto nos tempos do mestrado.

Aos professores de todos os tempos, desde a tia Rita do pré-primário em 1987, passando por dezenas de professores e professoras do Ensino Fundamental e Médio até os grandes especialistas do tempo da graduação e pós-graduação na UNESP com os quais aprendi que era possível “chegar lá”. A nossa profissão é a mais importante do mundo.

Agradeço a todos os meus alunos, pelo respeito, admiração e incentivo. E acima de tudo àqueles que entenderam e aprenderam a amar mais enquanto fui seu professor. Valeu Ensino Médio “Colégio A a Z – Objetivo” com quem partilhei desde

o primeiro dia a minha vida. Mais que alunos, aliados, amigos, irmãos e irmãs mais novos.

Agradeço a CAPES pelo tempo em que financiou esta pesquisa. Graças a isso, tivemos a possibilidade de nos dedicarmos integralmente à academia.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente na realização da pesquisa e da confecção dessa dissertação.

RESUMO

O conceito de autocompreensão da Igreja diz respeito à idéia ou imagem que a Igreja faz de si mesma, podendo-se considerar também a imagem que a Igreja fazia de si própria em um dado momento; a imagem que ela dava de si mesma aos diversos grupos e a imagem que ela tinha destes diversos grupos. Aplicaremos, na medida do possível, esse conceito no entendimento da Igreja no contexto pós-conciliar e do movimento de Renovação Carismática Católica. A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição que já perdura por cerca de 20 séculos e é elemento fundamental para a compreensão da cultura brasileira, estando presente no Brasil desde os inícios da colonização. O objetivo desse texto é identificar, de maneira geral, como a Igreja Católica Apostólica Romana compreende a si mesma e o mundo desde o contexto pós-Concílio Vaticano II até o final do século XX; traçar um breve panorama da Igreja no Brasil; perceber como o movimento da Renovação Carismática Católica se compreendeu e se compreende desde sua chegada ao Brasil; analisar o processo de compreensão da RCC por parte da Igreja. Nossa pesquisa consistiu em um estudo histórico sobre a Renovação Carismática Católica no Brasil desde a sua chegada até fins do século XX. Também estudamos como se comportou o catolicismo brasileiro no contexto pós-Concílio Vaticano II, entendendo a autocompreensão da Igreja nesse período, além de perceber as razões que levaram à expansão da Renovação Carismática Católica pela extensão do território nacional.

ABSTRACT

The concept of self-comprehension of the Catholic Church is related to the idea or view that the Church makes about itself. We could also consider what would be the Church's opinion about itself at a certain time in the past, and the self-image it used to pass to social groups, and what was the Church's opinion about those different groups. This concept is applied to understand the Church in the post-council context and the Catholic Charismatic Renewal movement. The Roman Catholic Church is an institution that exists for over 20 centuries and it is a fundamental element to comprehend the Brazilian culture, for it has been noticed since the beginning of our colonization. The aim of this text is to point out an overview of how the Roman Catholic Church comprehends itself and the world, specially the social context after the Second Vatican Council by the end of the 20th century; draw a brief overview of the Church in Brazil; analyze how the Catholic Charismatic movement has been established since its arrival in Brazil; analyze the Church's view of the CCR(Catholic Charismatic Renewal). Our studies consists in a historical study of the Catholic Charismatic Renewal in Brazil from its arrival to the end of the 20th century. We also studied how the Brazilian Catholicism behaved after the Second Vatican Council, understanding the self-comprehension of the Church at that time, and the reasons that lead the Catholic Charismatic Renewal to a great expansion through the Brazilian territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA APÓS O CONCÍLIO VATICANO II	26
1.1 O Pensamento da Igreja sobre si	27
1.1.1 Papel histórico diante do mundo e da sociedade.....	30
1.2 Como a Igreja vê o mundo após o Concílio Vaticano II.....	40
CAPÍTULO 2 - NOTAS SOBRE A IGREJA NO BRASIL	51
2.1 Presença histórica da Igreja Católica no Brasil	52
2.2 A Igreja Pós-Conciliar no Brasil	56
2.3 Uma breve cronologia	63
CAPÍTULO 3 - ORIGENS E EXPANSÃO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA.....	66
3.1 A origem do <i>Pentecostalismo Católico</i> nos Estados Unidos	69
3.2 O <i>Pentecostalismo Católico</i> no Brasil	72
3.2.1 O pensamento da Renovação Carismática sobre si mesma	80
3.2.2 Como a Renovação Carismática vê a Igreja	89
3.3 A inserção da Renovação Carismática nos meios de comunicação social: notas sobre a Comunidade Canção Nova	94

CAPÍTULO 4 - A COMPREENSÃO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA PELA	
IGREJA	98
4.1 A acomodação de um movimento “Renovador da Igreja”	99
4.2 Efeitos da Renovação Carismática para a Igreja no Brasil	112
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 121
 BIBLIOGRAFIA CITADA/CONSULTADA	 124
 ANEXOS.....	 130
Carta de São Paulo aos Coríntios, cap. 12, 13 e 14	131
Regimento do Conselho Nacional da RCC.....	133
Estatuto do Escritório Administrativo da RCC.....	144
Estrutura da RCC no Brasil.....	149

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é identificar, de maneira geral, como a Igreja Católica Apostólica Romana compreende a si mesma e o mundo desde o contexto pós-Concílio Vaticano II até o final do século XX; traçar um breve panorama da Igreja no Brasil; perceber como o movimento da Renovação Carismática Católica se compreendeu e se compreende desde sua chegada ao Brasil; analisar o processo de compreensão da RCC¹ por parte da Igreja.

Nossa pesquisa consistiu em um estudo histórico sobre a Renovação Carismática Católica no Brasil desde a sua chegada até fins do século XX. Também estudamos como se comportou o catolicismo brasileiro no contexto pós-Concílio Vaticano II, entendendo a autocompreensão da Igreja nesse período, além de perceber as razões que levaram à expansão da Renovação Carismática Católica pela extensão do território nacional.

Apoiando-nos no conceito de “autocompreensões da Igreja”, percebemos que a Igreja fez variadas imagens de si mesma ao longo de sua história de cerca de vinte séculos. Augustin Wernet, entende esse conceito como

‘tipos ideais’, ou seja, ‘construções mentais’ ou ‘imagens mentais’ para cuja elaboração se faz necessário, exagerando elementos específicos da realidade, selecionar características dela e as ligar entre si num quadro mental relativamente homogêneo (WERNET, 1987, p. 12).

Este conceito, autocompreensão da Igreja, seguindo teóricos como Emille Poulat (1971), Antônio Saucerrote (1971) e Pierre Delooz (1971), diz respeito à idéia ou imagem que a Igreja faz de si mesma, podendo-se considerar também a imagem

¹ Em nosso trabalho utilizamos variados termos que dizem respeito à Renovação Carismática Católica, como por exemplo, RCC, Renovação e Movimento.

que a Igreja fazia de si própria em um dado momento; a imagem que ela dava de si mesma aos diversos grupos e a imagem que ela tinha destes diversos grupos².

Pode-se concluir que existiram “Igrejas” típicas e diferentes ao longo da História, cada qual com características próprias produzidas por seus próprios tempos históricos.

Como já refletia Ivan A. Manoel,

as autocompreensões da Igreja representam aqueles momentos em que uma determinada forma de *organização*, de tarefas auto-atribuídas e de auto-entendimento se torna dominante e durante um certo tempo direciona toda a atividade católica. Por isso, é possível constatar a existência histórica de diversas autocompreensões da Igreja Católica, por exemplo, a autocompreensão das Igrejas Paulinas, a autocompreensão da Igreja Iluminista, a autocompreensão da Igreja Ultramontana, [a autocompreensão da Igreja Carismática] etc. (MANOEL, 1998, p. 6) [acréscimo nosso].

Entendendo assim que as várias autocompreensões indicam a existência de Igrejas diferentes, inutilizamos as atitudes daqueles que impõem rótulos à Igreja como um todo e indicamos ser necessário um estudo de cada Igreja específica em seu próprio tempo para se determinar quais foram as suas atitudes e seu significado histórico.

Concordando com Ivan Manoel e demais teóricos

quando nos referimos às autocompreensões da Igreja, nos referimos de fato à Igreja na sua vertente institucional em um dado momento histórico, onde o Papa (entenda-se, a hierarquia eclesiástica) define um conceito de Igreja, estabelece as suas tarefas e estratégias de ação e reordena sua política interna em função de seu projeto político e pastoral externo, e essa nova forma de auto-entendimento permanecerá em vigência até ser substituída por outra, gerada nas suas próprias contradições internas e externas (MANOEL, 1998, p. 7).

² POULAT, Emile. *Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da História*. In Concilium, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja.
DELOOZ, Pierre. *A autocompreensão atual da Igreja*. In Concilium, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja.

Convém lembrar que apesar de cada uma dessas “Igrejas” serem na verdade um “tipo ideal”, cada um desses tipos tem momentos distintos dentro do seu próprio tempo histórico. O presente estudo quer demonstrar sucintamente que Igreja é essa que se autocompreende desde o Concílio Vaticano II (1962-1965) até o limiar do Terceiro Milênio.

A década de 1960 foi um grande marco de transformações no mundo ocidental. O contexto do final dessa década era de reivindicações políticas e sociais em várias partes do mundo em que destacamos a transnacionalização do capital, a acentuação do anticomunismo, a oposição Leste-Oeste (Guerra Fria), o endividamento dos países subdesenvolvidos, os grandes movimentos nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã e o da *contracultura*; a Primavera de Praga na ex-Tchecoslováquia entre outros, bem como também foi um período de transformações eclesiais.

Nessa época, a Igreja Católica Apostólica Romana articulou-se em torno do Concílio Vaticano II. O Concílio terminou no pontificado de Paulo VI; digo assim porque ele se iniciou sob o pontificado de João XXIII; depois temos a rápida passagem de João Paulo I, para em seguida, ainda no final dos anos 70, iniciar-se o pontificado de João Paulo II que viria a se tornar um dos mais longos da História da Igreja.

Neste tempo, mais ou menos quatro décadas, o Concílio teve diferentes repercussões pelo mundo. Um dos primeiros efeitos foi o aparecimento de diferentes modalidades de associações e agrupamentos de leigos na Igreja como:

Equipes de Nossa Senhora, Encontros de Casais com Cristo, Comunhão e Libertação, Cursilhos de Cristandade, Opus Dei, Focolares, Schonstatt, Neocatecumenais e Renovação Carismática Católica. Todos eles, embora

diferentes na sua origem e proposta, tiveram seu sucesso garantido nas grandes urbes porque ofereceram um espaço de solidariedade entre os fiéis que sofriam de solidão e anonimato nas cidades (Documento *Teologia dos Movimentos*, Comissão Episcopal de Doutrina, CNBB, 1997).

O objetivo do Concílio era proporcionar um profundo *aggiornamento*³ da doutrina, mas também pôs em pauta problemas sociais e políticos de forma até então inédita. Entre as propostas do Vaticano II encontravam-se também: ressaltar a renovação litúrgica e bíblica, procurar novas relações entre a Igreja e a sociedade moderna e entre outras religiões e rever a função do leigo no mundo e na Igreja (DÁVILA, 2000, p. 15).

Destarte, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, surgiram diversos grupos de revivescência espiritual que vinham propor “uma experiência religiosa fundamentada na doutrina, na tradição, na procura da santidade pessoal e na assídua prática sacramental” (DÁVILA, 2000, p. 16). Esses movimentos de revivescência vieram a originar o movimento que posteriormente seria conhecido como Renovação Carismática Católica.

Na América Latina, vai aflorar a Teologia da Libertação. Essa doutrina, ou pelo menos essa expressão cultural nos dizeres de Michael Löwi e Robert Sayre (1995, p.256), aprofundou debates sociais que aconteciam já há algum tempo pela Europa desde Charles Peguy e Emmanuel Mournier.

Assim, além de ser considerada fruto do Vaticano II, a Teologia da Libertação estabeleceu as teses marxistas como seu fundamento teórico.

A Teologia da Libertação comporta aspectos românticos e “antimodernistas” – crítica da modernidade capitalista, nostalgia da comunidade orgânica – e, ao mesmo tempo, aspectos utópicos voltados para o futuro: aspiração a uma sociedade igualitária, sem classes nem opressão. [...] Sua crítica ao capitalismo na América Latina articula a tradição “anticapitalista romântica”

³ Renovação, atualização.

do catolicismo [...] com a análise marxista da exploração imperialista (LÖWI & SAYRE, 1995, p. 257).

Contudo, a eleição de Karol Wojtyla como Papa se tornou um obstáculo para a Teologia da Libertação. Começam a ocorrer mudanças nas orientações da Igreja, favorecendo movimentos eclesiais como a Renovação Carismática Católica.

O Papa passa a tomar medidas que parecem restringir a Igreja popular, por outro lado vai deixando evidente que a Igreja deve tratar primeiramente de questões espirituais, do zelo pela doutrina, para depois ter como consequência uma renovação da ordem temporal.

Então, podemos dizer que não há aí uma autocompreensão da Igreja, mas autocompreensões da Igreja, como por exemplo, aquela Igreja da Teologia da Libertação, com a adesão de boa parte do clero latino inclusive muitos bispos, e aquela da Renovação Carismática, que também teve seu processo de assimilação por parte da hierarquia. A última é nosso principal objeto de estudo.

Consideramos que as condições sociais e históricas que permitiram o advento da Renovação Carismática Católica (RCC) na Igreja estão relacionadas com as mudanças internacionais ocorridas no final da década de 60. Como dissemos, nesse período também a Igreja Católica começou a vivenciar as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, que permitiram o nascimento de vários grupos de revivescência espiritual (revivalistas) que propunham desde seus inícios a santificação pessoal, uma intensa busca aos Sacramentos e uma ação sócio-caritativa como perspectiva de reforma social.

A Renovação Carismática apareceu na Igreja Católica no momento em que se começava a procurar a “Renovação da Igreja”, desejada, ordenada e inaugurada pelo Concílio Vaticano II.

Assim, a Renovação surge como um acontecimento pós-conciliar ligado estreitamente ao próprio Concílio, nessa conjuntura histórica muito importante para a Igreja Católica. De acordo com o Cardeal Suenens, “a Renovação Carismática é como que uma segunda graça de Deus para a Igreja e o mundo, depois dessa primeira que foi o Concílio Vaticano II”.⁴

Como assinala o historiador Ronaldo José de Sousa, “a emersão do laicato no círculo da evangelização e do pastoreio ocorreu concomitantemente com a abertura proporcionada pelo Concílio Vaticano II” (2003a, p. 27). Realmente, esse é um sinal de que na Igreja pós-conciliar ocorreu um reordenamento de funções, com abertura para os leigos em tarefas outrora consideradas como próprias do clero.

Além dos Grupos de Oração, a RCC conta ainda com certos grupos que agem como propulsores do movimento. Esses grupos, denominados Comunidades de Aliança e de Vida, são frutos da proposta organizativa daqueles movimentos de revivescência espiritual que surgiram em várias partes do mundo logo após o Concílio Vaticano II. No seu conjunto originaram uma revolução histórica que permitiu que os movimentos tivessem “a possibilidade de atrair para si sacerdotes, religiosas, religiosos e leigos consagrados para dedicar-se inteiramente a eles” (COMBLIN, 1983, p. 231).

Desde o início da RCC existem essas formas de agrupamento inclusive na Europa e nos Estados Unidos, chegando também ao Brasil e outros países latino-americanos.

No Brasil, destacamos a Comunidade de Vida e Aliança Canção Nova, fundada já como Comunidade de Vida em 1978, sendo a primeira Comunidade de

⁴ L. J. Card. Suenens. *Comunicação sobre a Renovação Carismática e a Evangelização*. Assembléia geral da Sagrada Consagração para a Evangelização dos Povos. Roma, 19-22 de abril de 1983.

Vida que se tem notícia no Brasil⁵. A Comunidade Canção Nova tem a *vocação* de evangelizar utilizando os meios de comunicação social de massa, contando com aproximadamente quinhentos mil⁶ associados que contribuem com a obra. A Canção Nova tem um canal de televisão com centenas de retransmissoras espalhadas pelo Brasil, além das emissoras de rádio, do portal *cancaonova.com* que tem cerca de um 1,5 milhão de acessos mensais, uma editora e uma infinidade de outros serviços. Essa comunidade foi utilizada em nosso trabalho como referencial para um maior entendimento da Renovação Carismática Católica visando atingir os objetivos do projeto.

A Igreja Católica Apostólica Romana é uma instituição que já perdura por cerca de 20 séculos e é elemento fundamental para a compreensão da cultura brasileira, estando presente no Brasil desde os inícios da colonização. Portanto, é preciso entender o surgimento da Renovação Carismática Católica, sua chegada ao Brasil e admitir a sua importância na Igreja.

As fontes documentais impressas que utilizamos nesse trabalho visam atingir os objetivos e perguntas propostas e foram escolhidas por serem as mais adequadas ao contexto de nosso trabalho.

Para entender como a Igreja compreende o mundo e a si mesma desde o contexto pós-Concílio Vaticano II, nada é mais útil que os documentos da própria Igreja, como: Documentos do Concílio Vaticano II⁷ (*Lumen gentium*: Constituição Dogmática sobre a Igreja; *Unitatis redintegratio*: Decreto sobre o ecumenismo; *Gravissimum educationis*: Declaração sobre a educação cristã; *Nostra aetate*:

⁵ Para uma história da Comunidade Canção Nova narrada pelo seu próprio fundador, consultar ABIB, Pe. Jonas. *Canção Nova: uma obra de Deus*. 3ª ed. Cachoeira Paulista, SP, Editora Canção Nova/Edições Loyola, 2003.

⁶ Dados referentes a meado do ano 2005 a partir de propagandas na TV Canção Nova

⁷ Não pretendemos discutir aqui se o dito nos documentos se tornou prática efetiva na Igreja ou não. Apenas acreditamos que eles refletem o “pensamento” da Igreja no seu tempo. O certo é que, se não foram executados em sua íntegra ainda, no mínimo esses documentos provocaram reações, discussões e reordenamentos pela Igreja no mundo inteiro.

Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs; *Apostolicam actuositatem*: Decreto sobre o apostolado dos leigos; *Dignitatis humanae*: Declaração sobre a liberdade religiosa; *Gaudium et spes*: Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje); o Catecismo da Igreja Católica (em especial os capítulos II e III da 1ª seção da 3ª parte, que tratam sobre a vida cristã na sociedade mundial) além de algumas Cartas Encíclicas e Pastorais de João Paulo II (em especial a Carta Encíclica *Veritatis Splendor* e a Carta Encíclica *Fides et Ratio*).

Nessa documentação analisamos o pensamento da Igreja sobre o seu papel na sociedade bem como a imagem que ela tem de si mesma, ou pelo menos a imagem que ela passa de si.

Para escrever uma história da Renovação Carismática Católica no Brasil, focando o estudo em perceber como o movimento se compreendeu e se compreende, utilizamos algumas Apostilas de Formação da Secretaria Paulo Apóstolo (em especial a nº 1: A identidade da RCC) e outros documentos produzidos oficialmente pela RCC do Brasil que são os livros da Coleção Paulo Apóstolo (selecionamos sete que consideramos úteis para nosso trabalho: E sereis minhas testemunhas; Batismo no Espírito Santo; Carismas; Conhecendo melhor a fé católica; Movimentos eclesiais – Dom do Espírito, esperança para a humanidade; A dimensão social da RCC; Profecias bíblicas à luz da história e da ciência) e da coleção RCC – Novo Milênio (selecionamos três: Ide às Encruzilhadas, sobre Doutrina Social, Renovação Carismática e opção pelos pobres; Ardor Missionário, visando formação de lideranças carismáticas com orientações sobre os rumos a serem tomados pelo movimento; Fogo sobre a Terra, com um breve histórico sobre a gênese do movimento e orientações sobre sua organização no mundo atual).

Analisando essas fontes foi possível perceber como o movimento se entende, quais os seus objetivos no Brasil, confirmar suas origens históricas e sua adequação à doutrina e ao magistério da Igreja.

Para analisar o processo de compreensão da RCC pela Igreja, principalmente no Brasil, usamos o documento nº 53 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) “Orientações pastorais sobre a Renovação Carismática Católica” publicado em 1994, que teve contribuição fundamental no entendimento do conceito que a Igreja tem sobre o movimento.

Sendo a Comunidade Canção Nova um expoente carismático visível que é exemplo para outras comunidades e grupos de oração em todo o Brasil, utilizamos alguns livros publicados por esta comunidade (Céus Novos e uma Terra Nova; Sim, sim! Não, não!; Canção Nova: uma obra de Deus; Reinflama o carisma; Caminho para a santidade; Eu vi o Senhor). Sua análise permitiu o acesso aos pontos característicos e históricos da RCC, além de permitir um juízo quanto ao processo de compreensão da RCC por parte da Igreja e da adequação do movimento aos anseios do catolicismo atual.

Acerca da bibliografia utilizada, destacamos que a produção sobre História da Igreja a partir da segunda metade do século XX ainda não é tão farta. Num primeiro momento, no entanto, buscamos obras e artigos que contém referências ao conceito de “autocompreensões da Igreja” e também àquilo que acontecia a partir da década de 1960 na Igreja Católica.

Assinalamos os artigos de Pierre Delloz, Emile Poulat, Antonio Saucerrote e Anton Weiler como teóricos que esmiúçam o conceito das “autocompreensões” no periódico internacional *Concilium*. Em concordância com estes historiadores e sociólogos, entendemos que o afluxo de informações sem precedentes que de todas

as partes atinge a Igreja, relativiza progressivamente a idéia que ela faz de si própria no tempo e no espaço. A partir daí

como o historiador não seria sensível à pluralidade de autocompreensões que surgem na Igreja, sucessivas ou simultâneas? Onde o teólogo fala de autocompreensão da Igreja, o historiador constata pois uma pluralidade de compreensões, das quais uma, dominante, tende a se impor como única válida (POULAT, 1971, p. 821).

Delooz, em seu artigo sobre a autocompreensão atual da Igreja vai demonstrar a importância da imagem que os próprios cristãos têm da Igreja bem como o mundo em si vai modificando a imagem que a Igreja tem de si.

Aceitando o veredicto da ciência (portanto, aceitando e mesmo procurando o aprofundamento e o alargamento da consciência), a Igreja não considera estar trabalhando para sua autodestruição, mas ao contrário para assegurar as condições indispensáveis não apenas à sobrevivência, mas ao exercício de suas responsabilidades face ao mundo como o qual se sente solidária. [As ciências] já modificaram a imagem que a Igreja faz de si própria. Isto é apenas o começo, sendo o essencial a modificação da imagem do mundo que os cristãos possuem e que repercute sobre a imagem que têm da Igreja (DELOOZ, 1971, p. 901) [acréscimo nosso].

No 5º volume da obra *Nova História da Igreja*, dirigida por L. J. Rogier, o historiador Roger Aubert traça um panorama de como a Igreja se portou diante do liberalismo e do mundo moderno, passando pelo Concílio Vaticano II, discutindo seus primeiros efeitos no mundo além de boa parte do papado de Paulo VI.

Em *O Cotidiano e a História*, de Agnes Heller, evocamos atenção ao capítulo IV sobre a contraposição que pode existir entre indivíduo e comunidade no qual a autora discute o significado de “indivíduo” e “comunidade” na História e na sociedade e questiona se a contraposição entre eles é real ou aparente. No capítulo V, ela discute os pressupostos do papel social na estrutura da vida cotidiana. A

contribuição de Heller ao nosso trabalho se dá no momento em que facilita o entendimento da aparente contraposição entre o católico e a Igreja e entre um movimento como a RCC e a Igreja em sua hierarquia. Mas, também torna possível uma melhor compreensão dos efeitos na vida cotidiana dos adeptos da religião bem como a consciência social que pode ser despertada ou não no religioso. Para entendermos melhor a história religiosa é preciso também compreender a “vida cotidiana”, uma vez que esta “não está fora há história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (HELLER apud SILVA, 2001, p. 18).

Em *Revolta e Melancolia* de Michael Löwi e Robert Sayre, destacamos o capítulo V sobre o movimento romântico no século XX, em que ele vai discutir os movimentos culturais de vanguarda, a cultura de massa contemporânea, o “maio de 68” e principalmente os novos movimentos sociais e religiosos da segunda metade do século XX, entre os quais encontramos a Renovação Carismática Católica, uma das tantas correntes de renovação religiosa “que são formas típicas de reação romântica em face do desencantamento do mundo produzido pela modernidade” (LÖWI & SAYRE, 1995, p. 255).

Em Max Weber encontramos as bases que levaram à origem do conceito que trabalhamos, visto que as autocompreensões da Igreja tratam-se de tipos ideais. Podemos comprovar essa origem weberiana no excerto de Anton Weiler em *Concilium*.

Será que o historiador é capaz de medir até que ponto uma determinada autocompreensão histórica da Igreja, por exemplo, da Igreja da Renascença e do Barroco, concorda com o que ‘a Igreja’, conforme os teólogos deve ser? Na melhor das hipóteses poderíamos raciocinar como segue: enquanto uma comunidade eclesial for unânime na sua autocompreensão, assim como ela está expressa por seus líderes, teólogos, pregadores, escritores etc., o historiador poderia tomar esta compreensão, unanimemente aceita, como norma para medir o passado. Mas é evidente que, na realidade, esta

autocompreensão é sempre pluriforme, em cada sociedade e também na Igreja, desde que se trata de manifestações concretas; e a pluriformidade exclui em certo sentido, a unanimidade (WEILER, 1971, p.809).

E continuamos a idéia com Ivan A. Manoel em *O pêndulo da História* quando ele trabalha o chamado “Catolicismo Ultramontano”:

Por ser um “tipo ideal”, o conceito tende a uma certa fixidez, como se as definições estruturadas em seu interior se referissem a realidades não passíveis de mudanças históricas. No entanto, elas existiram, de tal sorte que se percebe distintamente naquele período histórico três momentos que explicitam essas mudanças, não obstante as permanências (MANOEL, 2004, p. 8)

No tocante à Renovação Carismática destacamos o livro da socióloga Brenda Carranza Dávila, *Renovação Carismática Católica: Origens, Mudanças e Tendências*. A autora faz um balanço dos últimos anos da Renovação Carismática Católica no Brasil, descrevendo a sua origem histórica, o seu desenvolvimento e o seu atual perfil institucional. Procura assinalar também os mecanismos que tem desenvolvido para penetrar no universo popular e sua ofensiva eletrônica além de sugerir as novidades que a RCC traz para a Igreja Católica e aponta algumas tendências que ela apresenta.

Fizemos uso também da obra do jesuíta dominicano Benigno Juanes, *Que é a Renovação Carismática Católica*, em que o autor faz um estudo profundo na tentativa de demonstrar o que é a RCC, quais os seus fundamentos, objetivos e seus principais efeitos na Igreja, efeitos ocorridos ou que estão por acontecer.

A Renovação Carismática é um acontecimento religioso que já não se pode desconhecer. Nascido na Igreja e para a Igreja, em apenas 20 anos assumiu proporção tão expressiva que se estendeu ao mundo inteiro (JUANES, 1995, p. 17).

Consideramos importante também o estudo do historiador e membro da RCC, Ronaldo José de Sousa. Fez um importante trabalho sobre a problemática religiosa-social e o modo como se insere nela a Renovação Carismática. Nessa obra, intitulada *Ide às encruzilhadas: Doutrina Social, Renovação Carismática e Opção pelos Pobres*, ele faz uma breve análise da presença histórica da Igreja Católica enfatizando o momento em que começa a surgir uma doutrina social da Igreja, utilizando desde a encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII. Nesse contexto ele faz uma tentativa de inserir a RCC num projeto social que se sente falta no movimento.

Para finalizar essa breve discussão bibliográfica, destacamos o livro do doutor e teólogo Dom João Evangelista M. Terra, *Os Novos Movimentos Eclesiais*, em que o autor busca desenvolver o contexto histórico-eclesialístico em que aparecem tais movimentos na Igreja bem como faz um estudo sobre a importância teológica e eclesiológica dos mesmos.

Evidentemente fizemos inúmeras leituras relacionadas ao tema de nosso projeto que tiveram sua contribuição no trabalho. Arrolar aqui o que encontramos em obra por obra tornaria o trabalho cansativo e fugiria dos nossos objetivos. Participamos também, como observadores, de inúmeros encontros, eventos e grupos de oração carismáticos visando entender na prática o nosso principal objeto de estudo, participando inclusive do Congresso Nacional da Renovação Carismática por dois anos consecutivos, sendo em 2004 em Aparecida (SP) e 2005 em Cachoeira Paulista (SP).

Dividimos nosso trabalho buscando num primeiro momento descrever, em linhas gerais, a Igreja Católica Apostólica Romana enquanto instituição presente no mundo inteiro no contexto histórico pós-Concílio Vaticano II; depois estudaremos

mais profundamente um movimento eclesial de proporções mundiais que acreditamos ser um produto daquilo que a Igreja transmitiu por meio dos documentos do último Concílio.

Nos dois primeiros capítulos, poderemos chegar a uma conclusão sobre o que a Igreja pensa sobre si mesma, ou seja, a imagem que ela faz de si após o Concílio. Buscamos, portanto, descrever em linhas gerais esse pensamento demonstrando qual o papel histórico que a Igreja se atribui diante do mundo e da sociedade em si. Mostramos também a imagem que a Igreja Católica tem do mundo nas últimas décadas. Sucintamente, buscaremos expor como ela analisa o mundo em questões como política, educação, economia, direito, ética, moral entre outras. Finalmente, discutiremos como esse pensamento da Igreja sobre si mesma e sobre o mundo reflete na ação da Igreja na sociedade brasileira. Exporemos, brevemente, o que ocorreu na Igreja Católica, em nível de Brasil, desde o Concílio Vaticano II.

Nos dois últimos capítulos, trataremos a respeito das origens históricas e da expansão da RCC pelo mundo e mais especificamente no Brasil. Exporemos como a RCC chegou ao Brasil e se expandiu de forma rápida e surpreendente de Campinas (SP) para o Brasil inteiro, atingindo milhões de pessoas e chamando a atenção da mídia. Analisaremos a auto-imagem que o movimento tem de si no Brasil, demonstrando seus objetivos para a Igreja no País e seus conceitos sobre temas relevantes da sociedade. Vamos apresentar também a imagem que a RCC tem da Igreja, além de discutir como, historicamente, a Renovação Carismática foi sendo compreendida e assimilada dentro da Igreja demonstrando a dificuldade dessa compreensão devido à desconfiança por parte da hierarquia católica frente a um movimento leigo. Finalmente, discutiremos os efeitos que a RCC provocou na Igreja durante seus mais de 30 anos de presença no Brasil.

Nos remetendo a Max Weber (1992), podemos também dizer que o sentido desse nosso trabalho é também fazer surgir novos questionamentos, é ser criticado pelos questionamentos que talvez não tenha respondido, mas fazer assim com que surjam novos trabalhos e pesquisas que também passarão pelo mesmo processo que acabamos de citar. “Aquele que quiser servir à ciência deve resignar-se a tal destino” (WEBER, 1992, p. 438).

CAPÍTULO 1

A AUTOCOMPREENSÃO DA IGREJA APÓS O CONCÍLIO VATICANO II.

1.1 O PENSAMENTO DA IGREJA SOBRE SI

Em 25 de janeiro de 1959 o papa João XXIII anunciou sua intenção de reunir um novo concílio ecumênico. Apesar de um certo espanto diante desse anúncio, “a idéia não era tão nova assim como poderia parecer à primeira vista” (AUBERT, 1975, p. 177) já que os papas Pio XI e Pio XII já haviam ensaiado a possibilidade de um concílio que acabara não acontecendo por causa de divergências internas. No entanto, dessa vez parecia que os trabalhos preparatórios começariam realmente.

A convocação oficial para o Concílio Ecumênico Vaticano II se deu quase três anos após o primeiro anúncio, no dia 25 de dezembro de 1961 por meio da Constituição Apostólica *Humanae salutis*. Já nessa carta, o papa demonstrava constatar que uma grave crise afligia a sociedade humana. Entendia o papa, e isso seria confirmado no próprio concílio, que a sociedade moderna caracterizava-se por um grande progresso material ao qual não correspondia igual progresso no campo moral. No entanto, ele afirmava que a Igreja não permaneceu inerte diante desses acontecimentos.

De tal forma que, se o mundo aparece profundamente mudado, também a comunidade cristã ficou em grande parte transformada e renovada; isto é, fortaleceu-se socialmente na unidade, revigorou-se intelectualmente, purificou-se interiormente, tornando-se apta a enfrentar todos os combates da fé⁸.

Na verdade, por meio do Concílio, o papa João XXIII desejava dar à Igreja a possibilidade de colaborar mais eficazmente na solução dos problemas dos últimos

⁸ Constituição Apostólica *Humanae salutis*. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. [Organização geral Lourenço Costa; tradução Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos da Igreja).

tempos. A data para o início de tão importante evento foi determinada para o dia 11 de outubro de 1962 por meio de uma Carta Apostólica emitida em 2 de fevereiro do mesmo ano.

O Concílio Vaticano II comportou quatro sessões, com duração de dois a três meses em cada outono europeu de 1962 a 1965. A assembléia que era basicamente européia no Vaticano I (1870), surpreendia, dessa vez por sua “maciça internacionalização” (A. DUPRONT apud AUBERT, 1975, p. 180). Outra inovação foi a presença cada vez mais ativa de observadores não-católicos.

Não só assistiram a todas as sessões, mas sobretudo foram convidados pelo secretariado a comunicar suas observações quando das reuniões semanais, e foram, além do mais, consultados por certas comissões e por grupos de bispos e de teólogos, o que lhes permitiu desempenhar papel essencial na abertura ecumênica do concílio (AUBERT, 1975, p. 181).

João XXIII impressionou mais uma vez quando, em seu discurso de abertura, apresentou o concílio como uma assembléia destinada a “tornar a Igreja presente no mundo e sua mensagem sensível à razão e ao coração do homem engajado na revolução técnica do século XX”. Seu discurso, portanto, confirmava o seu desejo de ver o Vaticano II “erguer uma ponte entre a Igreja e o mundo contemporâneo” (AUBERT, 1975, p. 184).

O Vaticano II foi uma etapa marcante na Igreja, uma idéia de admirável coragem e lucidez do Papa João XXIII (AGUADO, 1997, p. 123), mas ele não pôde assistir nem ao seu encerramento nem o seu desenvolvimento, pois participou somente da primeira de quatro etapas que tiveram o Concílio e veio a falecer na metade do ano seguinte. As demais três etapas seriam conduzidas pelo papa Paulo

VI, que encerrou o Concílio Ecumênico Vaticano II em uma cerimônia ao ar livre na Praça de São Pedro, no dia 8 de dezembro de 1965.

Considerando os discursos pré-conciliares, concluímos que havia dois objetivos principais para o Concílio: assegurar a renovação da Igreja face ao mundo moderno e preparar a unidade cristã. O próprio Decreto *Unitatis redintegratio* que versa sobre o ecumenismo demonstra que “um dos principais propósitos do Concílio é promover a restauração da unidade entre todos os cristãos”.

No entanto, àqueles que queriam mudanças rápidas e radicais na Igreja, Paulo VI declarou pouco antes do encerramento conciliar que a Igreja é um corpo “que vive, que pensa, que fala, que cresce, que se constrói”. Assim, o próprio termo *aggiornamento* que é tão comumente usado quando se pensa no Vaticano II, não deve ser compreendido como uma reviravolta fundamental, “mas como uma primavera cheia de esperança e prenhe de uma nova seiva” (PIERRARD, 1982, p. 274)

Tendo por base os estudos do historiador francês Pierre Pierrard, constatamos que entre os caminhos traçados pelo Concílio, deve-se ressaltar como inovadores:

o reconhecimento do pluralismo no interior como no exterior da Igreja, a afirmação da liberdade religiosa, a confiança depositada conjuntamente nas pessoas e no homem, o ingresso oficial no grande movimento do ecumenismo, o primado que se deu à destinação comum dos bens sobre a propriedade privada, a ampliação da noção de colegialidade a toda a hierarquia eclesiástica em detrimento do curialismo, a elaboração de uma nova antropologia devolvendo ao universo seu sentido religioso, a depuração do conceito de tradição, que não mais se confunde com o respeito cego do passado, e por fim – e sobretudo – a ampla abertura do caminho para uma participação sempre mais ativa do laicato na vida eclesial.⁹

⁹ PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 1982.

1.1.1 PAPEL HISTÓRICO DIANTE DO MUNDO E DA SOCIEDADE

Na Igreja pós-conciliar a liberdade criadora aparece como um valor essencial, pois ela sente que deve inovar e que os modelos tradicionais de que dispõe “não permitem mais por si sós [sic] encarnar os valores irreprimíveis de consciência e de liberdade que a habitam” (DELOOZ, 1971, p. 903). O espírito do Concílio mostra uma Igreja menos fixa, menos imóvel, mais viva. A prova disso foi o surgimento em muitos lugares de diversas tentativas de inovações, às vezes até arriscadas no que diz respeito à celebração dos sacramentos, no diálogo com os não-cristãos, na expressão dos diversos estados de vida, nos engajamentos sociais, nas determinações políticas.

Por exemplo: as tomadas de posição públicas, eventualmente contraditórias, de Bispos em evidência; a aceitação oficial da volta de numerosos padres à vida leiga; as múltiplas inovações espontâneas em matéria de liturgia; as discussões abertas sobre pontos tradicionalmente intocáveis da fé e dos costumes. Não só no sofrimento, mas também na esperança, a Igreja reconhece a contradição, o conflito, o fracasso como condições de seu crescimento. Não é mais necessário sair dela para fazer valer oposições que ela pode, hoje em dia, assumir sadicamente¹⁰.

Assim, entendemos que a Igreja reconhece não ser nem ter a solução para os problemas da humanidade, mas ela sabe que todo cristão, como todo homem, deve aceitar os desafios do mundo atual, deve tornar humano esse mundo, ou seja, torná-lo consciente e livre.

A Constituição Dogmática sobre Igreja, *Lumen gentium*, esclarece em alguns pontos qual o papel da Igreja diante desse mundo. Segundo o parágrafo número 5 do referido documento conciliar, a Igreja, que cresce no mundo pelo poder de Deus,

¹⁰ DELOOZ, Pierre. *A autocompreensão atual da Igreja*. In Concilium, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja, p. 903.

tem a missão de anunciar e instaurar em todos os povos o reino de Cristo e de Deus, sendo que ela é o germe e o início desse reino. E mais à frente, no parágrafo número 17, o documento confirma que “a Igreja reza e trabalha ao mesmo tempo para que o mundo inteiro se transforme em povo de Deus, corpo do Senhor e Templo do Espírito Santo”. A Declaração *Gravissimum Educationis* mostra que a Igreja tem o dever de educar não só porque deve também ser reconhecida como sociedade humana capaz de ministrar a educação, mas sobretudo “porque tem o dever de anunciar a todos os homens o caminho da salvação; ao mesmo tempo colabora com todos os povos na promoção da perfeição integral da pessoa humana, no bem da sociedade terrestre e na edificação de um mundo configurado mais humanamente”¹¹.

Percebemos que esse papel histórico auto-atribuído da Igreja pode ser resumido na idéia de mostrar Deus ao homem, fazendo esse mesmo homem reconhecer que “a vocação cristã está na aceitação real do amor de Deus por ele, naquele amor que se expressou historicamente em Jesus Cristo” (DELOOZ, 1971, p. 905).

Diferentemente do que a Igreja pensava em outros períodos históricos, o Concílio doutrina muito claramente que “o seu reino não se defende pela luta, mas implanta-se pelo testemunho e audição da verdade”, como vemos na Declaração *Dignitatis humanae*, sobre a liberdade religiosa. Já no Decreto *Apostolicam actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos, a Igreja afirma que além de trazer aos homens a mensagem de Cristo e a sua graça, tem também a missão de “permear e aperfeiçoar a ordem das coisas temporais com o espírito evangélico”. Isso demonstra que a Igreja ainda não desistiu de transformar o mundo por meio de sua

¹¹ Concílio Vaticano II – Declaração *Gravissimum Educationis*, n. 3.

presença e ação. Quer na ordem temporal, quer no plano mais especificamente religioso, se considera porta-voz de Deus para o bem do homem e, por conseguinte, iluminadora e formadora da consciência humana. O papa João Paulo II dizia que “a tarefa da Igreja é favorecer o acesso das inteligências e das consciências à verdade de Deus que se revelou em Cristo”¹².

É interessante entender essa auto-atribuição histórica e social que a Igreja faz e que na verdade remete a um tempo bem anterior ao Concílio Vaticano II. Para que não voltemos demais no tempo, citamos como grandes exemplos disso as encíclicas *Rerum novarum*, do papa Leão XIII, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do papa João XXIII.

A encíclica de Leão XIII foi publicada ao mesmo tempo em que se consolidava o capitalismo industrial e avançava a ideologia marxista do comunismo. O papa condenava tanto o liberalismo como o marxismo discorrendo sobre o capitalismo e o socialismo, sobre a propriedade privada, os deveres do Estado e a luta de classes.

O contexto da *Mater et Magistra*, publicada em maio de 1961 em comemoração aos 70 anos da *Rerum novarum*, era a ordem econômica internacional do pós-guerra, quando começaram a se manifestar com maior evidência as desigualdades entre países ricos e pobres. Nela, João XXIII incentiva a “solidariedade entre as nações” para que os países desenvolvidos possam ajudar na reconstrução da economia dos países subdesenvolvidos. Além disso, a encíclica trata das desigualdades internas que há nos países dedicando também a tratar da questão do êxodo rural que formava grandes aglomerados humanos periféricos.

¹² João Paulo II, Papa. *L'Osservatore Romano*, n. 30, 28/07/1991, p. 3.

Já a encíclica *Pacem in Terris*, publicada em 1963, considerava o perigo de uma guerra nuclear. Havia o tema central da relação entre população e governo além de discutir outras questões como as minorias, os refugiados políticos e o desarmamento. O papa recomendava também que os católicos dessem sua parcela de contribuição à sociedade, atuando também na economia e na política.¹³

No contexto histórico que estamos estudando esse papel social auto-atribuído continua bem reforçado e documentado como podemos comprovar por meio das cartas encíclicas e outros documentos e declarações dos últimos papas, Paulo VI e João Paulo II.

O papa Paulo VI, como dissemos, foi quem levou adiante o Concílio depois da morte de João XXIII. Ele continuou e aprofundou a idéia de renovação de seu antecessor, apesar de não promover mudanças no que diz respeito a preceitos basilares da doutrina e conduta da Igreja como, por exemplo, a validade moral e o valor do celibato eclesiástico¹⁴, além da polêmica encíclica *Humanae vitae*, de 1968, que conclamava os católicos e todos os homens de boa vontade a colocarem-se a altura de um de seus mais sérios deveres: transmitir e proteger a vida. Portanto, se colocava contra os métodos anticoncepcionais não naturais e contra qualquer tipo de aborto provocado.

Porém, “Paulo VI mostrava-se atento à missão de transmitir ao coração dos homens a essência da mensagem evangélica e a adaptar os dados da fé às exigências do mundo moderno” (PIERRARD, 1982, p. 278). Rompeu com a antiga tradição de recolhimento papal e ultrapassou as fronteiras da Itália e até mesmo as da Europa visitando diversos países, inclusive Índia, Colômbia e Uganda.

¹³ Cf. *Pacem in Terris*, n. 146-160.

¹⁴ Cf. Carta Encíclica *Sacerdotalis Celibatus*, 23 de junho de 1967.

A encíclica *Populorum Progressio*, publicada em 1967, trazia a idéia de “desenvolvimento integral do homem” e era relativa também ao desenvolvimento solidário da humanidade no seio da civilização técnica.

Uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica, comporta para a Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a captar todas as dimensões deste grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária, nesta viragem da história da humanidade.¹⁵

A carta apostólica *Octogesima Adveniens* (1971) conclamou os cristãos a exercerem livremente sua iniciativa responsável no terreno da política; nela o papa “abre discussões sobre problemas sociais emergidos oitenta anos após a *Rerum Novarum*: a urbanização, os anseios da juventude, o trabalho da mulher, a emigração, as discriminações, entre outros” (SOUSA, 2003, p. 41). É interessante observar as primeiras palavras do papa nesta carta quando ele escreve mais uma vez sobre essa necessidade da Igreja dar respostas aos anseios de um mundo novo e em constante transformação.

A Igreja caminha, de fato, juntamente com a humanidade e compartilha de sua sorte no seio da história. Ao anunciar aos homens, a Boa Nova do amor de Deus e da salvação em Cristo, ela ilumina também a sua atividade com a luz do Evangelho e ajuda-os, deste modo, a corresponderem aos desígnios divinos do amor e a realizarem a plenitude das suas aspirações.¹⁶

Paulo VI, a exemplo de João XXIII, também representava uma Igreja cada vez mais preocupada com o ecumenismo, como mostram os decretos conciliares *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*, bem como a própria declaração *Dignitatis*

¹⁵ Cf. Carta Encíclica *Populorum Progressio*, 26 de março de 1967.

¹⁶ Cf. Carta Apostólica *Octogesima Adveniens*, 14 de maio de 1971.

Humanae que versa sobre a liberdade religiosa. O Concílio deixa claro que os católicos, hierarquia e leigos, devem se dedicar ao trabalho ecumênico, mas todos os cristãos devem cooperar entre si para que dêem testemunho de esperança no mundo atual

quer apreciando devidamente a dignidade da pessoa humana, quer promovendo o bem da paz, quer aplicando o Evangelho na vida social, quer incentivando com espírito cristão as ciências e as artes e aplicando toda espécie de remédios aos males da nossa época.¹⁷

A Igreja conciliar reconhecia entre os males da época a fome, calamidades, o analfabetismo e a pobreza, falta de habitações e a inadequada distribuição dos bens. Diante disso, se sentia no dever de “promover a unidade e a caridade entre os homens, ou melhor, entre os povos”.¹⁸

O pontificado de João Paulo II abarca a maior parte do período histórico que nos propomos estudar neste trabalho. Assim, procuraremos detalhar melhor a trajetória deste papa já que o seu pensamento refletiu-se por toda a Igreja dos últimos tempos.

Na tarde de 16 de novembro de 1978, após dois dias de deliberações, o colégio cardinalício chegou a um acordo sobre o nome do novo papa. E o nome do polonês Karol Wojtyla era desconhecido da maioria dos católicos e também dos jornalistas. Nem os veteranos na cobertura de assuntos do Vaticano haviam incluído seu nome nas listas dos candidatos com maiores possibilidades de serem eleitos. Porém, nos dias seguintes surgiram da Polônia histórias de um homem que parecia ter passado toda vida se preparando para aquela missão.

¹⁷ Concílio Vaticano II - Decreto *Unitatis Redintegratio*, n. 12.

¹⁸ Concílio Vaticano II – Declaração *Nostra Aetate*, n. 1.

Na Polônia, havia desenvolvido um trabalho pastoral vigoroso, que o aproximava do povo, além de ter apurado seu senso de história e de política, o que era fundamental para a sobrevivência da Igreja sob o regime comunista que sucedera ao nazismo na Polônia. No período de 32 anos, durante o qual fez a travessia entre Cracóvia, cidade na qual se ordenou, e a Santa Sé, em Roma, poucos líderes religiosos de sua época se destacaram como ele no trabalho pastoral, intelectual e político. Em 1967, o papa Paulo VI, que recorreu a ele mais de uma vez para consultas sobre temas políticos e de doutrina moral, recompensou seu trabalho tornando-o cardeal com apenas 47 anos, um dos mais jovens cardeais do mundo.

Wojtyla iniciou o pontificado com 58 anos - uma idade baixa para os padrões da Igreja. Desde 1846 não se escolhia um papa tão jovem. Ele assumiu para si o nome João Paulo II em homenagem ao seu antecessor João Paulo I, que teve um curto pontificado de 33 dias.

João Paulo II caracterizava-se como pessoa de intensa oração e de grande atividade. Em seu pontificado foi concluída a redação do Código de Direito Canônico, reformulado com base no Concílio Vaticano II, cuja finalidade é

criar na sociedade eclesial uma ordem que, dando a primazia ao amor, à graça e aos carismas, facilite ao mesmo tempo seu desenvolvimento orgânico na vida seja da sociedade eclesial, seja de cada um de seus membros" (Constituição de promulgação).

Também foi redigido e promulgado o Catecismo da Igreja Católica, compêndio doutrinário para servir de

texto de referência, seguro e autêntico para o ensino da doutrina católica, e de modo muito particular para a elaboração de catecismos locais. É

oferecido também a todos os fiéis que desejam aprofundar o conhecimento das riquezas inexauríveis da salvação(...) é oferecido a todo o homem que nos pergunte a razão de nossa esperança e queira conhecer aquilo em que a Igreja Católica crê" (Constituição de promulgação).

João Paulo II começou a viajar e a mostrar-se para o mundo em 1979, quando foi a Puebla, no México, participar de uma reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Ele quis ser ouvido no mundo inteiro, não só pelos católicos. Fez inúmeras viagens visitando mais de cem países, foi o primeiro papa a visitar uma sinagoga em Roma, estimulou o diálogo com outras igrejas, cristãs e não-cristãs além de escrever diversas encíclicas, cartas apostólicas, exortações e centenas de discursos.

A luta pela paz no mundo e entre as religiões parece ter sido uma obsessão de João Paulo II. Promoveu alguns encontros marcantes no campo do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. Entre eles, destaca-se o primeiro Dia Mundial de Oração pela Paz com representantes das Igrejas Cristãs e Comunidades Eclesiais e Religiões do Mundo, no dia 27 de outubro de 1986, em Assis, Itália.

O auge do pontificado de João Paulo II pode ser localizado entre 1980 e 1994. Os anos seguintes foram marcados por enormes dificuldades pessoais e a inevitável redução no ritmo de compromissos.

Em 25 anos de encíclicas e de discursos, João Paulo II reverteu totalmente a posição da Igreja em campos fundamentais da ciência. Os dois casos mais espantosos são os de Copérnico e Galileu, por uma parte, e o de Darwin, por outra. Na realidade, ele procurou esclarecer estas duas retificações científicas dentro de uma nova visão globalizante das relações entre a ciência e a fé.

O papa deu a conhecer esta nova filosofia, que condensa e coroa todas as retificações aportadas em 20 anos pela publicação de sua encíclica mais arriscada:

Fides et Ratio, lançada em fins de 1998. Atacou desta forma uma questão que foi objeto de controvérsias apaixonadas na Idade Média (com Santo Agostinho, Abelardo e, sobretudo, São Tomás), mas que pouco a pouco foi se apagando, depois que o mundo entrou na era científica, com o advento da Renascença. Efetivamente, a partir do Renascimento, os dois enfoques (fé e razão) que na Idade Média pareciam avançar juntos escolheram caminhos separados. A fé e a ciência romperam as pontes.

Um dos sonhos de João Paulo II era reconciliar a fé e a ciência. O divórcio entre estas duas instâncias teve, segundo João Paulo II, conseqüências devastadoras: a fé sem a ciência resultou no fideísmo, que permanece completamente surdo à realidade das coisas. E, ao inverso, a ciência sem a fé, resultou no positivismo e no cientificismo, no humanismo ateu e em outras formas de pensamento não-cristão que João Paulo II jamais deixou de condenar.

Portanto, João Paulo II quis empurrar a Igreja e a teologia a restabelecerem a comunicação permanente entre a fé e a ciência. Esta tentativa de reconciliação entre a fé e a razão talvez tenha sido a principal contribuição desse papa.

A idéia que trabalhávamos acima, de um papel auto-imputado pela Igreja no mundo e na sociedade em geral, evidentemente continua com o pensamento de João Paulo II. Na própria encíclica *Fides et Ratio* ele vai dizer que

A Igreja não é alheia, nem pode sê-lo, a este caminho de pesquisa. Desde que recebeu, no Mistério Pascal, o dom da verdade última sobre a vida do homem, ela fez-se peregrina pelas estradas do mundo, para anunciar que Jesus Cristo é o caminho, a verdade e a vida. De entre os vários serviços que ela deve oferecer à humanidade, há um cuja responsabilidade lhe cabe de modo absolutamente peculiar: é a diaconia da verdade.¹⁹

¹⁹ Carta Encíclica *Fides et Ratio*, n. 2, 1998.

Na primeira encíclica social do Papa João Paulo II, a *Laborem Exercens*, publicada em 1981, ele discute a questão do trabalho humano estabelecendo o primado do trabalho sobre o capital, “pois enquanto este é apenas um conjunto de coisas, aquele tem o homem como sujeito” (SOUZA, 2003, p. 43). Porém, é na *Sollicitudo Rei Socialis*, de 1987, que o papa vai propor a “opção preferencial pelos pobres” além de colocar a Igreja Católica à disposição para colaborar com outras entidades religiosas, mesmo não cristãs, nas iniciativas que tenham como objetivo a resolução de problemas sociais comuns.

João Paulo II entendia que a Igreja realiza-se no mundo como um fato histórico, carregada de mistério e acompanhada de milagres na sua origem, ao longo de toda sua história, que, entretanto faz parte do âmbito dos fatos constatáveis, experimentáveis e documentáveis.²⁰

Destarte, compreendemos que a Igreja tem um discurso por meio do qual ela se coloca como partícipe da mesma missão profética de Jesus Cristo. Na Encíclica *Redemptoris missio*, João Paulo II vê a Igreja como que saída do “coração universal do Pai, e é católica porque o Pai abre a sua paternidade à humanidade inteira”. Segundo os documentos conciliares, encíclicas e declarações de Paulo VI e especialmente João Paulo II, ainda percebemos uma Igreja cuja missão desenvolve-se no tempo e realiza-se ao longo da História da humanidade.

A Igreja continua crendo que enquanto ela caminha neste mundo cumprindo esta missão, ou seja, sua tarefa fundamental de anunciar o Evangelho a todos os povos, o curso da História segue até o momento em que a própria História será consumada com o advento final de Jesus Cristo ao mundo.

²⁰ Citação livre de *L'Osservatore Romano*, n. 37, 15/09/1991, pg. 12.

1.2 COMO A IGREJA VÊ O MUNDO APÓS O CONCÍLIO VATICANO II.

Ao longo de sua história, a Igreja Católica quase nunca silenciou diante da vida social e dos problemas que a afligiam. Também o mundo contemporâneo tem acesso a uma compreensão da Igreja sobre ele, ou seja, a Igreja tem uma imagem do mundo atual expressa em diversos documentos e declarações do Concílio Vaticano II além de variadas declarações e exortações de papas e conferências episcopais pelo mundo afora.

Para que a Igreja realize o que Jesus mandou deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena quando está relacionada com a vocação celeste (Concílio Vaticano II, *Declaração Gravissimum Educationis*, Proêmio).

Considerando os documentos conciliares, entendemos que a Igreja se sente no dever de investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho. Por meio de seus documentos, a Igreja analisa o mundo em questões como política, educação, diplomacia, direito, ética, moral entre outras. E faz isso ao mesmo tempo em que reconhece que “a missão própria confiada por Cristo à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social: o fim que lhe propôs é, com efeito, de ordem religiosa”²¹. Alguns anos antes, o Papa Pio XII já havia declarado idéia semelhante ao afirmar que

a Igreja deve conduzir os homens a Deus [...] A Igreja jamais poderá perder de vista este fim estritamente religioso, sobrenatural. O sentido de todas as suas atividades, até ao último cânon do seu Direito, não pode ser outro senão concorrer para isso direta ou indiretamente²².

²¹ Concílio Vaticano II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 42.

²² Pio XII, Papa. Alocução aos cultores de História e de Arte, Roma, 9 de março de 1956.

Segundo a Declaração *Dignitatis Humanae* a Igreja Católica é mestra da verdade e tem por encargo dar a conhecer e ensinar autenticamente a verdade que é Cristo. Porém, a própria Igreja deve ao mesmo tempo declarar e confirmar, com a sua autoridade, os princípios da ordem moral que dimanam da própria natureza humana. Assim, a Igreja “reza e trabalha ao mesmo tempo para que o mundo inteiro se transforme em povo de Deus, corpo do Senhor e templo do Espírito Santo”²³.

Desde o Vaticano II, os leigos têm sido cada vez mais exortados a reconhecer as preocupações temporais do mundo em que vivemos, porém, têm como dever também rejeitar “a doutrina funesta que pretende construir a sociedade prescindindo absolutamente da religião, e ataca e destrói a liberdade religiosa dos cidadãos”²⁴. Sobre isso, uma tecla que vem sendo batida desde o pontificado de João XXIII diz respeito à questão do ecumenismo, definido pelo Concílio como sendo um movimento em ordem à restauração da unidade de todos os cristãos que são entendidos como aqueles que crêem num Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador.

Os que nasceram em “comunidades separadas” não têm culpa da separação e a Igreja os abraça fraternalmente; todos os que crêem no Cristo e foram batizados estão em certa comunhão, não perfeita, com a Igreja Católica. Os que estão nas igrejas separadas têm o direito de se chamarem cristãos e são reconhecidos pela Igreja como “irmãos no Senhor”.²⁵

Neste mesmo Decreto, se reconhece que historicamente “o rosto da Igreja brilha menor aos irmãos separados e ao mundo inteiro” por culpa dos próprios

²³ Concílio Vaticano II – Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 17.

²⁴ Idem, n. 36.

²⁵ Concílio Vaticano II – Decreto *Unitatis Redintegratio*, n. 3.

católicos, que não aproveitam aquilo que a Igreja lhes disponibiliza além da falta de uma fé mais fervorosa da maioria dos católicos.

Apresentamos agora uma breve descrição da visão da Igreja sobre algumas religiões não cristãs baseando-nos nos documentos do Concílio que são confirmados pelo Catecismo da Igreja Católica.

Sobre o Hinduísmo e Budismo, a Igreja Católica afirma não rejeitar nada que seja verdadeiro e santo nestas religiões. Antes, considera com respeito esses modos de agir e viver mesmo que em muitos pontos essas doutrinas e preceitos tenham diferenças profundas em relação à proposta católica. A prática religiosa de seus adeptos “muitas vezes podem refletir um raio daquela verdade que ilumina todos os homens”²⁶.

A respeito do Islamismo o Concílio exalta o que a há em comum, principalmente a crença em um Deus Criador único, e exorta a esquecer as inimizades e confrontos passados. Na visão sobre o Judaísmo, reconhece-se a “fundamental importância do povo da Antiga Aliança bem como o nascimento de Cristo entre os judeus, bem como os apóstolos e primeiros discípulos que anunciaram Jesus”²⁷. E numa declaração que rompe com séculos de inimizades e acusações mútuas a Igreja assume que “os judeus, em grande parte, não aceitaram o Evangelho, mas permanecem muito caros a Deus”²⁸.

Por fim, a Igreja deixa claro que reprovava todas as perseguições contra quaisquer homens e deplora os ódios, perseguições e todas manifestações de anti-semitismo.

²⁶ Concílio Vaticano II – Declaração *Nostra Aetate*, n. 2.

²⁷ Idem, n. 4.

²⁸ Ibidem.

Por conseguinte, a Igreja reprova, como contrária à vontade de Cristo, qualquer espécie de discriminação entre os homens ou de perseguição perpetrada por motivos de raça ou de cor, de condição social ou de religião.²⁹

Aliás, não podemos deixar de citar novamente a declaração *Dignitatis Humanae*, que versa sobre a liberdade religiosa, na qual se expressa que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa e se pede ainda que a liberdade religiosa se torne um direito civil nas nações.

Assim, no contexto pós-conciliar temos uma Igreja mais tolerante, aberta ao diálogo ecumênico e cada vez mais consciente de que a paz no mundo tem origem na fraternidade entre todos os homens, que agora formam a comunidade ou família humana.

De fato, na visão da Igreja, todos os povos constituem uma só comunidade com uma só origem e um só fim último. Encerramos a primeira parte deste capítulo concluindo que o curso da História segue até o momento em que a própria História será consumada com o advento final de Jesus Cristo ao mundo.

Analisando esse pensamento, apesar de não ser esse o nosso objetivo neste trabalho, podemos perceber que a filosofia católica da História, ou seja, a concepção geral do cristianismo e da Igreja sobre o significado da história humana não mudou nos últimos 40 anos.

Conforme assinala a Encíclica de João Paulo II, *Fides et Ratio*, “a história constitui um caminho que o Povo de Deus há de percorrer inteiramente, de tal modo que a verdade revelada possa exprimir em plenitude os seus conteúdos”³⁰.

²⁹ Ibidem, n. 5.

³⁰ João Paulo II, Papa. Carta Encíclica *Fides et Ratio*, n. 11.

Todas as realidades que constituem a ordem temporal, como sejam os bens da vida e da família, a cultura, a economia, as artes e profissões, as instituições da comunidade política, as relações internacionais e outras semelhantes, assim como a sua evolução e progresso, não são apenas auxílio para o fim último do homem, mas têm também um valor próprio que foi posto neles por Deus.³¹

Façamos uma comparação com o estudo de Ivan A. Manoel sobre essa mesma filosofia, mais especificamente entre os anos 1800 a 1960, para comprovar que ela permanece no mundo atual.

A filosofia católica da história é herdeira em linha direta do judaísmo e em linha colateral do mazdaísmo persa. Deles, recolheu fundamentalmente três pressupostos: 1) o universo foi criado por um ato de livre vontade de Deus; 2) o homem, que habita esse universo, se encontrará diante de seu criador em um julgamento final, no qual os culpados serão castigados por toda a eternidade; 3) o trajeto do homem em direção ao seu criador e ao julgamento é a sua própria história, e esse trajeto é retilíneo (MANOEL, 2004, p. 13).

O decreto conciliar *Apostolicam Actuositatem* insiste na ação dos leigos católicos visando a um ordenamento cristão no mundo secular. Isso demonstra também que o fim da História deve acontecer por essa mesma ação dos leigos, que juntamente com a hierarquia realizam um apostolado no mundo tornando-o cristão até que o Cristo venha uma segunda e definitiva vez.

A evangelização deve ser vista na perspectiva em que o próprio Cristo a coloca: a sua plena realização só acontecerá no fim do mundo³². Nem sequer podemos conhecer o grau de profundidade que deve atingir a obra missionária, para que “chegue o fim”. Só sabemos que a evangelização é progressiva na história, à qual dará o significado definitivo quando estiver completada.³³

³¹ Concílio Vaticano II – Decreto *Apostolicam Actuositatem*, n. 7.

³² Conforme o que está escrito em Mateus 24,14: “Esta Boa Nova do Reino será proclamada em todo o mundo para se dar testemunho diante de todos os povos. E então virá o fim”.

³³ João Paulo II, Papa. Desenvolvimento histórico e perspectiva escatológica da missão. In *L'Osservatore Romano*, n. 17, 29 de abril de 1992, pg. 8

De acordo com a declaração *Gravissimum Educationis*, “o Concílio considerou atentamente a extrema importância da educação na vida do homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo” (Concílio Vaticano II, *Declaração Gravissimum Educationis*, Proêmio).

A Igreja sempre esteve historicamente ligada à educação nos lugares em que ela era presente. Também na contemporaneidade a Igreja continua se sentindo no dever de educar também, já que segundo a própria Igreja, todos os cristãos têm direito a uma educação cristã “para que cooperem no bem de toda a sociedade, sobretudo os jovens que são a esperança da Igreja” (Concílio Vaticano II, *Declaração Gravissimum Educationis*, n. 2).

Entendemos que a Igreja Católica vê a educação como um direito universal que deve ser acomodado às várias culturas para que favoreça a verdadeira unidade e paz na Terra. Para que isso aconteça de fato, existem também obrigações por parte dos pais, dos educadores, das escolas e da sociedade em geral.

O Concílio exorta os fiéis a colaborar espontaneamente na busca de métodos aptos de educação e de organização de estudos principalmente na formação de professores capazes de educar retamente os jovens. Incentiva os mesmos fiéis a realizarem uma ação apostólica também em escolas não católicas, ação esta a ser realizada por professores e alunos católicos.

Além disso, dedicando-se às várias disciplinas da história, filosofia, ciências matemáticas e naturais, e cultivando as artes, pode o homem ajudar muito a família humana a elevar-se a concepções mais sublimes da verdade, do bem e da beleza.³⁴

³⁴ Concílio Vaticano II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 57.

Por fim, o Concílio incita os jovens para que assumam a tarefa educativa sobretudo onde a educação está em perigo por falta de professores. Na conclusão da *Gravissimum Educationis*, a Igreja vem declarar que a presença dos cristãos na educação deverá servir não só para uma renovação interna da Igreja, mas também conservar a sua presença no mundo contemporâneo, sobretudo no ambiente intelectual.³⁵

Por meio de nossas análises, ficou claro que o documento conciliar mais claro sobre a imagem que a Igreja tem do mundo é a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje.

Nesse documento, a Igreja coloca as principais características do mundo atual de acordo com seu entender. O homem tem realizado profundas e rápidas transformações que se estendem progressivamente a toda a terra e que repercutem sobre o mesmo homem. Tudo isso se estende também a uma verdadeira transformação social e cultural que se reflete na vida religiosa. A questão traz muitas dificuldades já que o homem alarga o próprio poder, mas nem sempre o coloca ao seu serviço.

Assim, apesar da abundância de riquezas do gênero humano, uma grande parte dos habitantes ainda sofre com a fome, a miséria e o analfabetismo. Apesar do sentido vivo de liberdade, surgem novas formas de “servidão social e psicológica”³⁶. E mais, multiplicam-se agudos conflitos políticos sociais, econômicos, raciais e ideológicos. Dessa forma a Igreja conclui que o Homem se empenha na busca de uma ordem temporal mais perfeita, mas sem que a acompanhe um progresso espiritual proporcionado.

³⁵ Citação livre de Concílio Vaticano II – Decreto *Gravissimum Educationis*, n. 12.

³⁶ Concílio Vaticano II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 4.

A Igreja vê mudanças, no que diz respeito à formação do espírito humano, que tendem a dar maior importância ao crescimento técnico, fruto das ciências exatas, biológicas e humanas.

A partir do conhecimento histórico, entende-se melhor o passado e o presente, cria-se perspectiva e planificação; faz-se progresso nas ciências biológicas, exatas e sociais que faz com que o Homem influencie diretamente a vida em todas as sociedades.

A Igreja percebe também uma rapidez do “movimento da história difícil de seguir”. E ainda vê também que “o destino da comunidade humana torna-se um só, e não já dividido entre histórias independentes”.³⁷

As transformações sociais proporcionadas pela rápida industrialização e pela urbanização, além do êxodo rural conseqüentes daquelas, geraram também uma maior difusão do conhecimento por meio dos meios de comunicação, progresso econômico e técnico. Porém, esse progresso se deu em proveito de uma minoria de pessoas.

No mundo hodierno, a Igreja vê também transformações psicológicas, morais e religiosas por meio das quais se percebe, por exemplo, como valores tradicionais têm sido questionados entre os jovens, que têm se tornado cada vez mais impacientes e rebeldes diante da realidade.

De fato, não se pode negar que este período, de mudanças rápidas e complexas, deixa sobretudo os jovens, a quem pertence e de quem depende o futuro, na sensação de estarem privados de pontos de referência autênticos. A necessidade de um alicerce sobre o qual construir a existência pessoal e social faz-se sentir de maneira premente, principalmente quando se é obrigado a constatar o caráter fragmentário de propostas que elevam o efêmero ao nível de valor, iludindo assim a possibilidade de se alcançar o verdadeiro sentido da existência.³⁸

³⁷ Idem, n. 5.

³⁸ João Paulo II, Papa. Carta Encíclica *Fides et Ratio*, n. 6.

As heranças do passado não parecem adaptadas à situação atual, ou seja, “as instituições, as leis e a maneira de pensar e sentir herdadas do passado”³⁹ não se encaixam mais num mundo que hoje se transforma rapidamente, o que gera, no entendimento eclesialístico, “grave perturbação no comportamento e até nas próprias normas de ação”⁴⁰.

Com isso, evidentemente a religião também é atingida. Ao mesmo tempo em que a concepção mágica do mundo e as superstições são diminuídas, surge a necessidade de uma adesão pessoal e operante da fé; por outro lado massas crescentes se afastam da religião em todo o mundo.

A Igreja enxerga que esse afastar da religião está se incutindo cada vez mais em várias formas de expressão humanas; além da Filosofia, temos a literatura, a arte, a interpretação das ciências do homem e da História e até as próprias leis civis que vêm demonstrar um homem cada vez mais distante de Deus.

A filosofia moderna, esquecendo-se de orientar a sua pesquisa para o ser, concentrou a própria investigação sobre o conhecimento humano. Em vez de se apoiar sobre a capacidade que o homem tem de conhecer a verdade, preferiu sublinhar as suas limitações e condicionalismos. Daí provieram várias formas de agnosticismo e relativismo, que levaram a investigação filosófica a perder-se nas areias movediças dum ceticismo geral. E, mais recentemente, ganharam relevo diversas doutrinas que tendem a desvalorizar até mesmo aquelas verdades que o homem estava certo de ter alcançado. A legítima pluralidade de posições cedeu o lugar a um pluralismo indefinido, fundado no pressuposto de que todas as posições são equivalentes: trata-se de um dos sintomas mais difusos, no contexto atual, de desconfiança na verdade.⁴¹

O resultado dessas rápidas transformações em que o progresso técnico e material não é acompanhado de um crescimento humano e espiritual são uma série de desequilíbrios percebidos no mundo contemporâneo.

³⁹ Idem, n. 7.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ João Paulo II, Papa. Carta Encíclica *Fides et Ratio*, n. 5.

Ao nível da própria pessoa, origina-se com frequência um desequilíbrio entre o saber prático moderno e pensar teórico, que não consegue dominar o conjunto dos seus conhecimentos nem ordená-los em sínteses satisfatórias. Surge também desequilíbrio entre a preocupação da eficiência prática e as exigências da consciência moral; outras vezes, entre as condições coletivas da existência e as exigências do pensamento pessoal e até da contemplação. Gera-se, finalmente, o desequilíbrio entre a especialização da atividade humana e a visão global da realidade.⁴²

Além desses desequilíbrios, ocorrem grandes tensões no seio da família, motivadas por pressão das condições demográficas, econômicas e sociais, dificuldades entre gerações diferentes e também o surgimento de um novo tipo de relações sociais entre homens e mulheres.

São cada vez maiores as discrepâncias entre raças e grupos sociais, nações ricas e nações pobres, organizações de paz internacional com ambição de propagar a própria ideologia além dos egoísmos coletivos em nações e outros grupos.

No entendimento da Igreja, essa estrutura é geradora de uma série de conflitos e desgraças das quais o homem é ao mesmo tempo causa e vítima. Todas essas coisas corrompem a civilização humana juntamente com tudo que, para a Igreja, se opõe à vida: toda a espécie de homicídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, tudo o que ofende a dignidade da pessoa humana e também as condições degradantes de trabalho em que os operários são tratados como meros instrumentos do lucro e não como pessoas livres e responsáveis⁴³.

Com efeito, as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam o escândalo e são

⁴² Concílio Vaticano II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 8.

⁴³ Citação livre de Concílio Vaticano II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 27.

obstáculos à justiça social, à eqüidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional.⁴⁴

Como princípio de uma possível solução para tais problemas, a Igreja aponta que no mundo deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão de sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião.

⁴⁴ Concílio Vaticano II – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 29.

CAPÍTULO 2

NOTAS SOBRE A IGREJA NO BRASIL.

Neste capítulo, exporemos, sucintamente, o que ocorreu na Igreja Católica, em nível de Brasil, desde o contexto anterior ao Concílio Vaticano II não deixando de estabelecê-la no contexto político e histórico brasileiro.

2.1 PRESENÇA HISTÓRICA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.

A Igreja Católica é uma instituição de grande presença social, política e cultural no Brasil desde os tempos da chegada dos portugueses. Lançou profundas raízes em toda a sociedade a partir da colonização, já que diversas ordens e congregações religiosas, como os jesuítas e dominicanos, assumiram além de serviços próprios das paróquias e dioceses, a educação nos colégios e a tentativa de evangelização dos indígenas.

Até meados do século XVIII, o Estado controlou a atividade eclesiástica na colônia, responsabilizando-se pelo sustento da Igreja Católica e impedindo a entrada de outros cultos no Brasil, em troca de reconhecimento e obediência. Em 1707, com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, elaboradas por bispos em uma reunião em Salvador, a hierarquia da Igreja conquista mais autonomia. As constituições uniformizam o culto, a educação, a formação do clero e a atividade missionária. Não impedem, porém, o agravamento dos conflitos entre colonos e padres, em torno da escravização dos índios, que desembocam no fechamento da Companhia de Jesus e expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal em 1759.

Mais à frente nas décadas de 1860 e 1870, a Santa Sé, em Roma, determinou regras mais rígidas de doutrina e culto. Bispos brasileiros, como o de Belém, dom Macedo Costa, e o de Olinda, dom Vital de Oliveira, acatam as novas

diretrizes e expulsam os maçons das irmandades. Isso não é aceito pelo governo, muito ligado à maçonaria, e os bispos são condenados à prisão em 1875.

Em 7 de janeiro de 1890, logo após a proclamação da República, foi decretada a separação entre Igreja e Estado. A República aboliu com o padroado, reconheceu o caráter leigo do Estado e passou a garantir a liberdade religiosa. Em regime de pluralismo religioso e sem a tutela do Estado, as associações e paróquias passam a editar jornais e revistas para combater a circulação de idéias anarquistas, comunistas e protestantes.

A revolução de 1930 representou o fim do monopólio do poder em mãos da oligarquia do café. Outras frações de classe da própria oligarquia rural de outros estados, da nascente burguesia industrial, segmentos da classe média urbana, da burocracia do Estado e das Forças Armadas passaram a partilhar o poder. A Igreja, até então excluída da ordem republicana, começou a reivindicar um lugar no ordenamento jurídico e institucional do país.

O projeto desenvolvimentista e nacionalista de Getúlio Vargas influenciou a Igreja no sentido de valorização da identidade cultural brasileira. Assim, a Igreja expande sua base social para além das elites, abrindo-se para as camadas médias e populares. A Constituição de 1934 prevê uma colaboração entre Igreja e Estado. São atendidas as reivindicações católicas, como o ensino religioso facultativo na escola pública e a presença do nome de Deus na Constituição.

Nessa época, o instrumento de ação política da Igreja é a Liga Eleitoral Católica (LEC), que recomenda os candidatos que se comprometem a defender os interesses do catolicismo. Contra a ascensão da esquerda, a Igreja apóia a ditadura do Estado Novo em 1937. São desse período os Círculos Operários Católicos, favorecidos pelo governo para conter a influência da esquerda, porém tais círculos

declinaram após 1945. No campo social religioso a Igreja apoiou-se numa estratégia de ampla mobilização do laicato por meio da Ação Católica, primeiro no estilo italiano (1935) e no pós-guerra (1950) influenciado pelo modelo francês, com a JAC, JEC, JOC, JUC, JIC para a juventude agrária, estudantil, operária, universitária e independente, com os respectivos ramos para os adultos.

A estratégia de colégios católicos em contra-posição ao ensino leigo do Estado (até 1930) e aos colégios protestantes ampliou-se para o ensino superior com a fundação da primeira universidade católica no Rio de Janeiro em 1942, seguida de perto em 1946 pela de São Paulo.

Na década de 1950, o Episcopado, sobretudo nordestino envolveu a Igreja no campo social, colaborando intensamente com o Governo na implantação de socorros contra seca e planos de desenvolvimento para a área, consubstanciados na criação da SUDENE.

Em todo o Brasil aumentou o clima de concorrência religiosa nas cidades que cresceram no esteio da industrialização ou simplesmente no êxodo rural: o espiritismo, o protestantismo pentecostal e os cultos afro-brasileiros disputam a direção religiosa das camadas populares com o catolicismo.

No ano de 1952 foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a primeira agremiação episcopal desse tipo no mundo, idealizada por dom Hélder Câmara, com a função de coordenar a ação da Igreja no País.

A criação da CNBB foi aos poucos dando maior entrosamento e consistência ao Episcopado, embora só em 1962 a Igreja do Brasil tenha adotado seu primeiro planejamento mais orgânico por meio do Plano de Emergência. Com a criação do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) no Rio de Janeiro (1955) a Igreja do Brasil começa seu aprendizado da dimensão latino-americana. No final da década

de 1950, a Igreja preocupava-se bastante com questões sociais que foram geradas pelo modelo de capitalismo no Brasil, como a fome e o desemprego.

Na década de 60 a mobilização dos trabalhadores rurais no campo, com as ligas camponesas, disputa à Igreja um lugar social onde sempre foi hegemônica. Tal situação levou-a a comprometer-se em amplo programa de educação de base por meio do rádio (movimento de Educação de Base -- MEB) e na formação de sindicatos rurais, com respaldo do Governo Federal, que apostavam na mobilização controlada das camadas populares para o seu projeto político de reformas de base e de controle da penetração do capital industrial e financeiro internacional.

No campo ideológico, após o sucesso da revolução cubana em 1959, pequenos setores da Igreja, no seio do movimento universitário, definiram-se pelo socialismo, provocando longa crise da JUC com a hierarquia.

Os debates sociais colocados pela Juventude Universitária Católica (JUC), pela Juventude Operária Católica (JOC) e pelo movimento da Ação Popular (AP) no Brasil dos anos de 1950 e 1960 foram aprofundados pela Teologia da Libertação, que tinha como fonte o marxismo.

Conforme refletimos no capítulo anterior, o Concílio Vaticano II (1962-1965) acarretou mudanças profundas, tanto na doutrina como na organização e atitudes da Igreja Católica, marcando sua atualização em relação à chamada sociedade moderna, sobretudo das áreas desenvolvidas da Europa e da América do Norte e sua abertura para uma estrutura menos centralizada e mais colegial no governo da Igreja, com evidentes repercussões no Brasil.

2.2 A IGREJA PÓS-CONCILIAR NO BRASIL.

Os principais fatos nesse período foram, no plano da Igreja, o final do Concílio Vaticano II (1965), com a aprovação da Constituição *Gaudium et Spes* (A Igreja no mundo de hoje), a publicação da encíclica de Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos e a distância crescente entre os países da abundância e os da miséria (*Populorum Progressio*, 1967); na América Latina, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968) e a III Conferência em Puebla (1979).

O programa da Teologia da Libertação, presente nesse contexto, não se resumia a enfrentar o debate sobre as tarefas da Igreja Católica Romana no contexto da exploração capitalista na América Latina. Chegou a avançar até o ponto de estabelecer as teses marxistas como seu fundamento teórico e de propor a revolução socialista, organizada pelo clero católico como meta política única.

Influenciadas e nascidas dessa teologia, nessa época, a Igreja já atuava com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) atingindo os setores populares da sociedade.

As CEBs constituem-se como comunidades dirigidas por leigos - pessoas pertencentes à própria comunidade - e que são geralmente eleitos pela comunidade. Todas as decisões são tomadas a partir de discussões coletivas, em que a posição é tomada por consenso ou por voto. Os dirigentes são eleitos para um certo período de tempo e muitas das comunidades elegem um grupo de dirigentes - a coordenação da comunidade sendo assegurada por rodízio. Também o fato de que as comunidades se desenvolveram em meio popular permitiu a expansão de práticas de auxílio mútuo para enfrentar as dificuldades vividas por seus membros.

Esta característica das CEBs - o caráter democrático de sua organização - terá influência sobre os movimentos dos quais elas participam.

A tomada de consciência de seu valor, de seus direitos e da realidade social, levarão os membros das CEBs a se engajarem em ações concretas. As CEBs estarão na origem ou reforçarão vários movimentos populares, desde os mais simples - como uma luta pela canalização da água, de esgotos ou de melhoria nos transportes urbanos - até a resistência contra a expulsão da terra, as lutas contra direções sindicais pelegas, ou em greves. Os estudos sobre os movimentos dos anos 70 e 80 revelam a presença de participantes de CEBs em quase todos os lugares⁴⁵.

O que é original nas CEBs, em comparação com fenômenos mais antigos, é que nelas há um esforço de compreensão racional da realidade social. Isto é, a crítica que é feita à sociedade não se apóia unicamente sobre uma leitura religiosa desta realidade, mesmo se ela é feita a partir da Bíblia. Digamos que a inspiração é religiosa, a motivação profunda é de ordem religiosa, mas as comunidades procuram instrumentos apropriados para ler a realidade social e compreender a situação na qual vivem.

No plano político e econômico a mudança maior deu-se em 1964, com a subida dos militares ao poder, com a política de total abertura do país ao capital internacional, de rápida acumulação do capital, via compressão salarial, concentração da renda nas mãos de poucos, modernização tecnológica, silenciamento dos sindicatos e liquidação por vezes física da oposição, sobretudo após a instauração do Estado de arbítrio com o Ato Institucional no. 5. Nos tempos do Regime Militar houve crescimento nos conflitos entre Igreja e Estado. Com o AI-5,

⁴⁵ Cf., entre outros: WANDERLEY, 1981; MAINWARING, 1989; DOIMO, 1984; BEOZZO, 1995.

por exemplo, padres foram torturados, presos e até assassinados e bispos foram perseguidos.

Os conflitos iniciais da Igreja com o Estado por causa da prisão de militantes cristãos da Ação Católica, de colaboradores do MEB, agravaram-se depois de 1968, com a prisão e expulsão de inúmeros padres, processo contra bispos, instalação da tortura de modo generalizado, levando a Igreja a uma virtual ruptura com o regime.

Internamente, a Igreja passou por muitas crises, na aplicação dos decretos e conclusões do Concílio, recebidos com alívio e entusiasmo pelas classes médias e intelectuais, com certa resistência popular às mudanças bruscas na liturgia, à supressão de devoções populares e retirada das imagens de santos da Igreja.

A Ação Católica, esteio da ação da Igreja em todo o período anterior, foi praticamente extinta pela intervenção conjugada do Estado, de elementos conservadores dentro da Igreja, pela desagregação interna dos próprios movimentos e ainda pelo fim de uma teologia do laicato, visto apenas como extensão do apostolado da hierarquia. Com o Concílio, entra em colapso uma determinada definição da Igreja e de sua relação com o mundo, que suportava a concepção da Ação Católica: a de estabelecer uma ponte entre a Igreja e o mundo e finalmente a de consagrar um mundo dessacralizado.

Conjugando uma nova teologia da Igreja e do laicato e ainda uma opção nascente pelos pobres e oprimidos, a Igreja do Brasil encontrou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) o caminho para uma “Igreja que nasce do povo”. Disso resultou uma intensa meditação dentro da Igreja sobre a religiosidade popular (até então tratada com desprezo e como sinal de ignorância religiosa) e um compromisso crescente com as lutas populares. No vasto campo dos direitos humanos, no início dos anos setenta, a tortura, os abusos contra a ordem jurídica ocuparam o centro

das preocupações da Igreja. No final dos anos setenta, os mesmos direitos compreendidos como os direitos fundamentais da vida: direitos ligados à comida, à saúde, à educação e ao trabalho dos pobres e marginalizados, sobrepuseram-se à anterior visão dos direitos humanos.

A partir do fim do Concílio (1965), enquanto nas CEBs ensaia-se a prática de novos ministérios, intensa crise atinge a vida sacerdotal e religiosa com centenas de padres e freiras deixando o ministério, inconformados alguns com as mudanças introduzidas pelo Concílio e por Medellín, desencantados outros com a lentidão com que a renovação se processava, incapazes outros de se situarem na dinâmica tanto da Igreja como do mundo em que passaram a viver.

A CNBB, cuja secretaria geral fora ocupada por D. Hélder Câmara, desde sua fundação em 1952, ressentia-se com sua saída em 1964. Os anos do Concílio, entretanto aprofundaram, pela prolongada convivência, a consciência colegial do episcopado e a CNBB, secundada por seus assessores, torna-se responsável pelo esforço pós-conciliar de renovação da Igreja e de implementação de uma pastoral comum por meio das seis linhas de ação do Plano de Pastoral de Conjunto.

A partir dos anos 70, o caráter anual das assembléias da CNBB, o maior dinamismo da presidência e da secretaria geral, fazem da CNBB e de suas orientações um fator fundamental na vida da Igreja e da sociedade no Brasil. Fator suplementar de unidade de objetivos foram as Campanhas da Fraternidade a partir de 1964. Os regionais da CNBB, em número de treze, ganharam maior autonomia, enraizando uma ação de Igreja mais adaptada aos problemas de cada região.

No Nordeste, a crítica da Igreja dirigiu-se às condições de miséria da população, agravada pela industrialização forçada e o descaso do campo, à concentração de renda e aos desequilíbrios regionais. No Centro-Oeste a crítica

voltou-se mais à ocupação das terras por multinacionais e pelo empresário do sul, com expulsão de posseiros, exploração de peões e massacre de indígenas.

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1973) veio dar grande alento a esta luta pelo índio, pela sua cultura e sobretudo por sua terra, como pressuposto de sua sobrevivência. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) estendeu a luta do CIMI pelas terras indígenas à luta por um pedaço de chão por parte de todos os deserdados da terra: camponeses e posseiros, bóias-frias, peões e favelados das cidades.

Em São Paulo, a ação da Igreja destacou-se pelo dinamismo de sua Comissão de Justiça e Paz, sua posição firme contra as torturas e em favor dos direitos humanos, a mobilização da periferia e sua ação em comum com intelectuais, imprensa, universidades e sindicatos para uma mudança do atual regime e a conquista da participação popular dentro de um Estado de pleno direito. A partir de 1977, a questão dos trabalhadores e seus direitos, nos conflitos e greves do ABC, encontraram uma Igreja aberta e solidária com a classe operária e com sua luta.

Até o final dos anos 70, os membros das CEBs não eram engajados em partidos políticos: até então, havia apenas dois partidos no país permitidos pela ditadura militar: o partido da situação (ARENA) e o partido da oposição (MDB). Na época das eleições, os membros das CEBs discutiam sobre os dois partidos, sobre os melhores candidatos, e participavam votando.

A situação mudou completamente a partir da reforma partidária feita pelo governo militar em 1979, reforma que permitiu a formação de outros partidos. Um grupo de dirigentes sindicais apoiados por setores da esquerda organizada, por alguns parlamentares e por um grupo de intelectuais - inclusive alguns intelectuais católicos - decidiu formar um partido de trabalhadores, o PT. O fato de esse partido ter nascido do movimento operário e de outros movimentos populares, e que

pretendesse ser não apenas um canal de expressão dos interesses das classes populares, mas também um partido no qual os trabalhadores pudessem participar, exerceu uma forte atração sobre os militantes das CEBs: elas também tinham nascido "de baixo para cima", das camadas populares; elas também permitiam a participação plena de trabalhadores.

Um pouco por toda parte, mas não sem dificuldades, os membros das CEBs se engajaram no PT. Este não foi o único partido em que eles se engajaram, mas foi sem dúvida o preferido. Pouco a pouco, um número importante de núcleos do PT foi constituído pela ação das CEBs, sobretudo no interior do país e nas periferias urbanas. A partir desse momento, membros das CEBs começaram a ser escolhidos para candidatos a cargos políticos: prefeitos, vereadores, deputados estaduais e deputados federais.

Alguns documentos da Igreja no período da ditadura ficarão como marcos de resistência e de denúncias evangélicas⁴⁶: Ouvi os clamores do meu povo (1973) sobre a situação da população no Nordeste; o documento do Centro-Oeste (1973) com ênfase na questão da terra e do modelo econômico; A Igreja e Problemas da Terra (1980), uma lúcida e corajosa condenação do uso capitalista da terra e a reivindicação da terra como instrumento de trabalho e de subsistência e não apenas de lucro e especulação, entre outros.

Nos mesmos anos em que boa parte da Igreja empenhou-se por uma Pastoral Popular, pela atuação social e política da Igreja, não deixaram de crescer dentro da Igreja, sobretudo nos setores de classe média, movimentos e grupos voltados para um mais ou menos radical espiritualismo, com certa recusa para com as repercussões sociais da vida religiosa conforme discutiremos adiante, tais como

⁴⁶ Não analisamos tais documentos por não serem absolutamente ligados com o tema central dessa pesquisa.

grupos de reavivamento espiritual, como a Renovação Carismática e até certo ponto os TLC (Treinamento de Liderança Cristã) e os Cursilhos de Cristandade.

O movimento de Renovação Carismática Católica (RCC), tendo características pentecostais e moral conservadora, se identificava, a exemplo das CEBS e da Teologia da Libertação, como sendo fruto do Concílio Vaticano II.

Conforme dissemos a partir do fim dos anos 70, a ditadura militar cede cada vez mais e o espaço político se abre: não há iniciativas apenas da Igreja católica. A sociedade civil retoma seu lugar, as associações populares e organizações de classe podem agir livremente. Se as CEBs foram, sobretudo durante a primeira parte dos anos 70, quase o único espaço de participação popular, a situação agora é diferente.

A Igreja católica passa também por uma mudança importante em nível internacional: o pontificado de João Paulo II - iniciado em 1978 - marca uma virada no sentido dos conservadores. A Teologia da Libertação será duramente criticada, suas publicações censuradas, seus teólogos sofrerão processos e vários bispos progressistas serão advertidos pelas autoridades romanas.

A partir de então, a Igreja no Brasil, que costumava ser vista sobretudo pelo prisma da atuação política, foi gradualmente se equilibrando e privilegiando a ação pastoral, porém, sem se fechar à inspiração ou tomada de consciência dos problemas sociais, políticos e culturais.

Numa entrevista ao jornal A Folha de São Paulo, em 2002, Dom Lucas Moreira Neves, que na ocasião era prefeito da Congregação para os Bispos do Vaticano, dizia que “a missão principal [da Igreja no Brasil] é revelar Deus, ao povo

brasileiro, revelar Jesus Cristo. A missão da CNBB é ação pastoral, empenho na realidade brasileira.”⁴⁷

2.3 UMA BREVE CRONOLOGIA.

1935 – Criação da Ação Católica por Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro.

1950 – Nasce a Juventude Universitária Católica, primeiramente com objetivo de afirmar os valores oficiais da Igreja dentro das universidades.

1952 – Criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo seu principal artífice Dom Hélder Câmara.

1955 – Criação do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), com a realização da Conferência Geral do Rio de Janeiro.

1956 – Tem-se como ano de criação da primeira Comunidade Eclesial de Base, com o surgimento da catequese popular em Barra do Piraí (RJ).

1962 – Início do Concílio Vaticano II, guiado pelo papa João XXIII, que morreu um ano depois. No Brasil nasce a Ação Popular. Fundada por Jovens católicos de esquerda.

1964 – Golpe Militar no Brasil.

1965 – Fim do Concílio Vaticano II, já sob o papado de Paulo VI.

⁴⁷ NEVES, Dom Lucas Moreira. *Entrevista*, A Folha de São Paulo, 18/2/2002. [acréscimo nosso].

1967 – A CNBB condena prisões de clérigos. Onda de prisões na JOC (Juventude Operária Católica), entre elas a do padre francês Guy Thibaut.

1968 - Realização da Conferência Geral de Medellín na Colômbia, reunião do Celam que primeiro citou a opção preferencial pelos pobres. A 9ª Assembléia da CNBB condena a falta de liberdade no Brasil.

1970 – Lançados os primeiros livros com o termo Teologia da Libertação, com Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e Joseph Comblin.

1975 – Criação da Comissão Pastoral da Terra, com base no discurso evangélico de defender os necessitados e com o objetivo de apoiar os trabalhadores rurais.

1976 – CNBB pede justiça para o assassinio de padres.

1977 – A 15ª assembléia da CNBB, em Itaici, SP, aprova texto de crítica à ditadura.

1978 – A 16ª assembléia da CNBB, em Itaici, SP, defende o estado de direito e a anistia. João Paulo II toma posse como papa depois da morte de João Paulo I.

1979 – É realizada a Conferência Geral de Puebla, no México, pela Celam. A 17ª assembléia da CNBB aprova Apelo dos Bispos pró-Anistia.

1980 – Pela 1ª vez um papa (João Paulo II) visita o Brasil.

1986 - Em visita a Manágua, o papa João Paulo II repreende publicamente o ministro da cultura da Nicarágua, adepto da Teologia da Libertação.

1991 – A CNBB denuncia a violência latifundiária.

1992 - Realização da Conferência Geral de Santo Domingo pela Celam. O termo Teologia da Libertação já não é tão usado, mas a opção preferencial pelos pobres continua.

1994 – 1º Grito dos Excluídos, com apoio da CNBB. Celebrado todo ano, em centenas de cidades, reúne multidões e têm forte ênfase antineoliberal. Publicação do Documento n° 53 da CNBB: Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica.

1997 – Segunda visita do Papa João Paulo II ao Brasil com a realização do Congresso Mundial das Famílias.

1999 – A CNBB e outras entidades realizam no Rio Janeiro o Tribunal da Dívida Externa. Veredicto: ela não deve ser paga.

CAPÍTULO 3

ORIGENS E EXPANSÃO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA.

Imediatamente após o encerramento do Concílio Vaticano II uma onda renovadora inundou a Igreja Católica. A abertura das “janelas da Igreja para superar os ares viciados” (JOÃO XXIII apud TERRA, 2004, p.15) na verdade permitiu que um furacão arrasador invadissem a Igreja inserindo-a até num grande processo de secularização que passou e passa pelo mundo todo.

Houve nesse período, entre outras coisas, a suspensão do velho Código de Direito Canônico, a supressão da bimilenar liturgia latina do rito romano, as revoluções dos hábitos, tradições e costumes das velhas ordens e congregações religiosas e o fim da teologia escolástica. Tudo isso deu lugar às tentativas de experimentações e reformas que resultaram em diversos novos movimentos eclesiais.

Em nossa pesquisa percebemos que, ao longo da História da Igreja, não foi o papado que criou os movimentos, porém eles têm sido seu sustentáculo dentro da estrutura da Igreja. Os primeiros movimentos eclesiais teriam surgido no século III. Aquele elemento novo que Dom Terra define como “movimento” era o monaquismo.

Segundo Dom Terra, os Movimentos Eclesiais não são instituições à margem da Igreja institucional. Tratam-se, na verdade, de “uma forma intermédia entre um grupo de cristãos resolutos, abertos à totalidade da Igreja” (TERRA, 2004, p. 28). Para facilitar o entendimento desse difícil conceito, ele dá alguns traços de cinco ondas posteriores ao monaquismo, das quais emerge com maior clareza “a essência espiritual do que podemos chamar de movimentos” (TERRA, 2004, p. 29).

Eis a lista: o monaquismo missionário dos séculos VI ao VIII, o movimento da reforma monástica de Cluny no século X, os movimentos franciscano e dominicano do século XII, os movimentos de evangelização do século XVI com destaque para os jesuítas, que empreendem a missão em escala mundial, e a nova onda de

movimentos que se dá no século XIX, em especial movimentos missionários de caráter feminino e mariano, nos quais se põe um particular acento sobre a caridade, a assistência aos pobres e doentes.

A nova onda de movimentos que surgiu na década pós-conciliar atingiu em cheio o continente americano inclusive o Brasil, tanto é que em 1997 a CNBB já disponibilizava o simples mas incisivo documento Teologia dos Movimentos em que analisava de forma bem sucinta cinco movimentos considerados de grande expressão no Brasil: Comunhão e Libertação, Focolares, Movimento de Schönstatt, Neocatecumenais e Renovação Carismática Católica.

Os Movimentos possuem estrutura própria, espiritualidade própria, orientação própria, líderes próprios. Eles podem ser dentro da Igreja autêntico fermento evangelizador, como podem criar igrejas paralelas. Se permanecerem fermento evangélico, poderão prestar grande ajuda às pastorais; mas se se firmarem como igrejas paralelas, fechadas em si mesmas, podem prejudicar a evangelização, a pastoral, a Igreja em sua missão evangelizadora. Por isso, é indispensável que os Movimentos e Grupos se insiram na pastoral de conjunto de toda a ação evangelizadora e pastoral da Igreja (CNBB, Doc. Teologia dos Movimentos, 1997, Conclusão).

Todos esses movimentos pós-conciliares, embora diferenciados na sua origem e proposta, tiveram seu sucesso garantido nas grandes urbes porque ofereceram um espaço de solidariedade entre os fiéis que sofriam de solidão e anonimato nas cidades.

Esses movimentos religiosos se constituíam a partir de traços comuns entre seus membros, tais como os de estilos de vida e de maneiras de ver o mundo, portanto eram movimentos dentro da Igreja que se agregavam segundo a classe social dos membros (DÁVILA, 2000, p. 27).

Assim, a Renovação Carismática surgiu na Igreja paralelamente a outros movimentos. Ela pode ser incluída entre os movimentos de revivescência espiritual que vinham propor “uma experiência religiosa fundamentada na doutrina, na tradição, na procura da santidade pessoal e na assídua prática sacramental” (DÁVILA, 2000, p. 16).

Foi nessa revivescência pós-conciliar que nasceu, nos Estados Unidos, o movimento hoje conhecido como Renovação Carismática Católica (RCC), que desde suas origens mostrava proximidades com o chamado pentecostalismo protestante, portanto, sendo chamado inicialmente de *pentecostalismo católico*.

3.1 A ORIGEM DO *PENTECOSTALISMO CATÓLICO* NOS ESTADOS UNIDOS

É interessante citarmos alguns fatos que antecederam esse início da RCC. Entre 1895 e 1903, Helena Guerra, religiosa italiana fundadora da Congregação das Irmãs Oblatas do Espírito Santo, enviou cerca de doze cartas ao Papa Leão XIII, pedindo-lhe que promovesse um retorno à devoção ao Espírito Santo. Mais tarde, por ocasião do início do Concílio Vaticano II, João XXIII proferiu uma oração que incluía o pedido de uma renovação dos milagres na Igreja como em um novo pentecostes. Portanto, o próprio Concílio deve ser citado como propulsor da futura RCC, além dos encontros de universitários católicos que desejavam conhecer melhor a experiência do “batismo no Espírito Santo” na residência da presbiteriana Florence Dodge.

Pode-se afirmar, tanto por meio da análise da bibliografia que utilizamos como pela análise de nossas fontes primárias, que a Renovação Carismática propriamente dita começou na Universidade de Duquesne.

O nascimento da RCC começou com um pequeno grupo num retiro de final de semana em fevereiro de 1967 na referida Universidade. Meses antes, em agosto de 1966, durante o Congresso Nacional de “Cursilhos de Cristandade”, Steve Clark, formado pela mesma Universidade de Duquesne, mencionava o livro “A Cruz e o Punhal” que narrava o apostolado do protestante David Wilkerson entre grupos de dependentes químicos de Nova York e exortava aos presentes no Congresso que o lessem. Esse é um marco que é lembrado inclusive numa apostila⁴⁸ que serve para formar os membros da RCC no Brasil.

Vários leigos já se haviam comprometido ativamente em trabalhos litúrgicos, espirituais e apostólicos. No entanto, estavam descontentes com os resultados de seus esforços e os inquietava fortemente não poder evangelizar com o modo e a eficácia dos primeiros cristãos. Aqueles homens e mulheres estavam conscientes de que a força da comunidade cristã primitiva se fundamentava na vinda do Espírito Santo em Pentecostes. Assim, começaram a orar para que esse Espírito Santo se revelasse neles mostrando Seu poder, em favor da vida espiritual e do trabalho apostólico daqueles homens como outrora se manifestara em Pedro, João e os demais apóstolos reunidos no Cenáculo conforme a narração bíblica de Pentecostes. Passaram a rezar diariamente uns pelos outros dizendo “Vem, Espírito Santo!”.

⁴⁸ RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA. *A Identidade da RCC. Apostila 1*. Escola Paulo Apóstolo Nacional. Conselho Nacional, Escritório da Comissão Nacional, São José dos Campos, Edições Com Deus, 1998.

Nos meses seguintes eles continuaram buscando a experiência do Espírito, participando de reuniões de oração em que se encontravam presentes outras pessoas, inclusive teólogos, também desejosas de fazer a experiência da renovação no Espírito Santo. Finalmente em fevereiro de 1967, num final de semana (17 a 19/02),

mais de 30 pessoas fazem um retiro de fim de semana, “o retiro de Duquesne”. Passam todo o dia 18, sábado em oração e estudo. À noite oram para pedir o batismo no Espírito Santo e muitos deles têm a certeza espiritual, confirmada pela transformação interior e pela manifestação de dons do Espírito Santo, de que sua oração havia sido atendida. Gozam a experiência de um pentecostes pessoal e em comunidade. (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 24).

Em março do mesmo ano, na Universidade de *Notre Dame*, em South Bend (Indiana), um professor vindo de Pittsburgh partilhou os acontecimentos de Duquesne levando cerca de 30 estudantes a se reunirem na casa dos professores Kevin e Dorothy Ranaghan para, com a imposição das mãos, receberem o batismo no Espírito Santo, experiência que, segundo os participantes, tornou-os “homens novos”⁴⁹. Assim naquele ano a experiência do batismo no Espírito Santo foi se espalhando e multiplicando em outros Estados norte-americanos. O que viria a ser o movimento da Renovação Carismática Católica havia nascido.

É claro que, como já dissemos, nunca faltaram na Igreja pelo mundo afora os movimentos de renovação. Conhecemos a Ação Católica, o movimento bíblico e litúrgico, o movimento ecumênico e tantos outros já citados. Surge, em 1967, nos Estados Unidos, a Renovação Carismática. Um movimento a mais? Alguns teólogos, padres, bispos e leigos pensam que talvez seja mais que um movimento. De fato, as

⁴⁹ RANAGHAN, s/d, p. 1 apud RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 25.

primeiras pessoas que viveram a Renovação conforme citamos acima, não a fundaram como se funda ou se lança um movimento.

Na verdade foram eles mesmos, com grande surpresa, que foram lançados, ou se se preferir [*sic*], que ficaram espiritualmente mergulhados. Sem ter previsto ou programado, sem organização prévia, num belo dia de fevereiro a graça de Deus os invadiu, surpreendeu-os no mais profundo do seu ser. Naquele dia, em uma casa de campo nas montanhas, nascia na Igreja Católica uma nova corrente de vida. (SUENENS, Cardeal. *Los Jesuitas y la Renovación Carismática*. apud JUANES, 1994, p. 41).

3.2 O PENTECOSTALISMO CATÓLICO NO BRASIL.

A Renovação Carismática Católica (RCC) chegou ao Brasil e se expandiu de forma rápida e surpreendente de Campinas (região metropolitana no interior do Estado de São Paulo) para o Brasil inteiro, atingindo milhões de pessoas.

Em 1969, na cidade de Campinas como dissemos, originou-se um pequeno movimento que depois seria identificado como Renovação Carismática Católica. O tal movimento era coordenado pelo padre jesuíta norte-americano Harold Joseph Rahm, ou Pe. Haroldo, como é conhecido.

Padre Haroldo veio para o Brasil em 1964 quando fundou o T.L.C. ou Treinamento de Lideranças Cristãs, que funcionou no Brasil durante a ditadura militar. Pe. Haroldo afirma que naquele movimento tentou juntar elementos da espiritualidade jesuíta, da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Operária Católica (JOC), da Legião de Maria entre outros movimentos, tendo a pretensão de formar lideranças cristãs.

Percebe-se, portanto, que a primeira raiz da atual RCC no Brasil esteve nessa experiência dos cursos de TLC, que tinham como público alvo os jovens, e como

objetivo, levar a uma experiência de iniciação na vivência espiritual. Assim, o TLC se assemelha àqueles movimentos de revivescência espiritual que aconteciam na mesma época nos Estados Unidos.

Depois que o movimento da RCC estava praticamente consolidado, em fins dos anos 80, Padre Haroldo se afastou dele. Hoje, trabalhando em outra “missão”, ele é responsável por mais de 52 Fazendas de Recuperação de Dependentes Químicos; é assessor da CNBB para os problemas dos tóxicos; fundou a APOT “Associação Promocional Oração e Trabalho”; é autor de vários livros e também criador do “Grupo de Apoio Amor Exigente” presente em todo território nacional e, que hoje, se estende à Argentina, Uruguai e Panamá.

A segunda raiz que contribuiu para a formação da RCC no Brasil se encontra nos chamados Cursilhos de Cristandade, movimento fundado na Espanha em 1949 e que na década de 1960 se tornou uma nova forma de organização da liderança leiga na Igreja Católica (COMBLIM, 1983, p. 228-231).

Mas, ainda trabalhando naquela primeira raiz da RCC no Brasil não podemos de modo algum deixar de citar a chegada, no começo dos anos 70, de um outro jesuíta norte-americano, o Pe. Edward Dougherty, que se aliou ao Pe. Haroldo no Treinamento de Liderança Cristã. Padre Eduardo, como é chamado no Brasil, já havia conhecido o nascente movimento pentecostal católico ou renovação no Espírito nos Estados Unidos no ano 1969. Eduardo e Haroldo começaram a realizar retiros chamados de Experiências do Espírito Santo, que mais tarde ficaram conhecidos como Experiências de Oração, por todo o Brasil.

Vários membros do TLC e dos Cursilhos passaram a freqüentar esses retiros que confirmaram o nascimento da Renovação Carismática no Brasil. Atualmente, Pe. Eduardo Dougherty, sj, ainda ativo na RCC, é o diretor presidente da

“Associação do Senhor Jesus” que tem como ideal evangelizar pelos meios de comunicação.

Conforme avançavam por São Paulo e outros estados com seus retiros e experiências de oração, os padres Haroldo e Eduardo foram auxiliados por outros sacerdotes estrangeiros e também por padres brasileiros, como Pe. Jonas Abib⁵⁰, que foram aderindo àquelas experiências com o Espírito Santo. A adesão de Pe. Jonas e outros sacerdotes deu um alento extraordinário à RCC, que cresceu a partir do trabalho missionário desses padres.

Já no ano 1974, em Itaici, SP, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional da RCC, “sob a coordenação do então Pe. Silvestre Scandian (hoje Arcebispo de Vitória - ES) e com a presença de vários padres brasileiros e estrangeiros” (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 25).

Logo após esse Congresso, a RCC se expandiu em larga escala por todo o Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com ou sem o apoio da hierarquia católica, objeto de discussão do capítulo IV de nossa dissertação.

Em outras regiões a RCC começa a crescer a partir do Congresso de 1974 também: no Norte a diocese de Santarém, com Frei Paulo; em Anápolis, no Centro Oeste, com Frei João Batista Vogel; no sul de Minas, com Monsenhor Mauro Tomasini, na Arquidiocese de Pouso Alegre e poderíamos citar muitos pontos e pessoas que foram instrumentos para que esta bênção fosse acessível a todos: Pe. Schuster, Dr. Jonas, Imaculada Petinnatti; Peter e Ingrid Orglmeister; Dom Cipriano Chagas; Pe. Alírio Pedrini; Frei Antônio; Ir. Tarsila; Maria Lamego; Ir. Estelita...(RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 25).

⁵⁰ Tem 69 anos de idade, fundador da Comunidade de Vida e Aliança “Canção Nova”, é ainda hoje um dos maiores expoentes da RCC do Brasil.

É interessante perceber que em cada lugar que a RCC começava a se desenvolver havia um líder que se responsabilizava pela difusão do movimento e se tornava uma referência regional para a RCC.

Junto àquele impulso dado à RCC pelo padre Haroldo Rahm e padre Eduardo Dougherty esteve também a publicação, no ano 1972, do livro “Sereis Batizados no Espírito”. Dizemos que o livro, escrito pelo próprio Pe. Haroldo com a colaboração de Maria Lamago, também ajudou no impulso à expansão da Renovação porque foi aprovado pela CNBB e prefaciado por um bispo, Dom Antônio Siqueira, na época bispo de Campinas. “Sereis Batizados no Espírito” pode ser considerado o primeiro elemento de legitimação da RCC no Brasil.

Nesse livro Pe. Haroldo explica o significado do “batismo no Espírito” partindo de textos bíblicos e, como ele mesmo cita, da espiritualidade de Santo Inácio, mostrando seus efeitos na vida cristã. Entre esses efeitos explicitados por Pe. Haroldo estão o exame da vida pessoal, uma mudança de mentalidade para a própria santificação, o louvor, agradecimento e abandono no Espírito Santo, aceitação da doutrina da Igreja e aprofundamento no conhecimento de Jesus Cristo (RAHM, 1991, p. 130-136)⁵¹.

Pelo conteúdo do livro e dos encontros organizados por padre Haroldo podemos concluir que o trabalho dele tinha um enfoque maior sobre a pessoa e a obra do Espírito Santo, ou seja, não havia ainda uma ênfase nos carismas do Espírito, tanto que a denominação do movimento variava entre renovação espiritual, renovação pentecostal, renovação no Espírito ou pentecostalismo católico. Além disso, as reuniões dos primeiros grupos de oração seguiam um modelo mais esquemático, racional e estruturado herdado do modelo americano em

⁵¹ A primeira edição de “Sereis batizados no Espírito” data de 1972, porém, só tivemos acesso à edição de 1991.

contraposição ao caráter espontâneo que os grupos de oração carismáticos brasileiros adquiriram posteriormente.

Afirmamos acima que o livro foi um primeiro elemento de legitimação porque, desde o início, a RCC despertava desconfiança por parte da hierarquia. Sendo assim, foi de suma importância o livro de Pe. Haroldo ter sido aprovado pela CNBB e prefaciado por um bispo conservador como Dom Antônio Siqueira. Mas, pode-se afirmar que o diálogo com a hierarquia começou mesmo no ano de 1973, quando os padres Haroldo e Antônio Abreu apresentaram à CNBB o que era a Renovação Carismática Católica.

No seguinte ano, 1974, a CNBB encomendou uma pesquisa de caráter sociológico ao Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS). O relatório teria por finalidade descrever o movimento pentecostal católico, analisando-o de modo a colocar em relevo seus traços característicos (OLIVEIRA, 1977, p. 1).

Conforme a RCC crescia, o interesse de alguns setores do clero e dos religiosos por ela era maior, aumentando também o número destes no movimento, fatos que chamavam cada vez mais a atenção da CNBB. A expansão da RCC avançava com o apoio de uns e a resistência de outros. Em meados da década de 1980, vários bispos manifestaram publicamente suas restrições à Renovação Carismática, enquanto outros simpatizavam e até aderiam ao movimento.⁵²

Com ou sem o apoio da Igreja, o movimento cresceu e espalhou-se por meio de um sistema de difusão espontânea, ou seja, as pessoas participavam de um grupo de oração ou outro encontro da RCC e passavam a convidar outras pessoas informalmente.

⁵² Esse é um assunto que será trabalhado no capítulo IV dessa dissertação, quando se tratará de todo o processo de acomodação da Renovação Carismática na Igreja.

Até hoje os participantes têm um sentimento e um desejo de se multiplicar enquanto grupo de oração. Nos bairros acontecia a mesma coisa. Membros de um Grupo de Oração convidavam os moradores dos bairros vizinhos, quando o número de participantes de um determinado bairro era considerado como suficiente, organizavam-se novos grupos de oração e isso era fundamental, pois os grupos de oração eram e continuam sendo as células básicas da Renovação.

Essa difusão espontânea parece não ser, na atualidade, tão fundamental para a sobrevivência e expansão do movimento, já que a Renovação Carismática tem sido surpreendentemente difundida pelos meios de comunicação social de massa inclusive por meios de comunicação pertencentes a comunidades carismáticas, como a Comunidade Canção Nova⁵³, de Cachoeira Paulista, SP, fundada pelo Pe. Jonas Abib, que tem um canal de televisão com retransmissoras espalhadas por todo o Brasil transmitindo uma programação “100% católica”, como eles mesmos classificam, além de sistema de rádio, revistas e portais na web como o ‘cancaonova.com’ e o portal PHN (Por Hoje Não vou mais pecar) que trazem explícitas muitas das variadas características da Renovação Carismática.

Também podemos citar a Associação do Senhor Jesus, fundada pelo Pe. Eduardo Dougherty, que além dos programas na Rede Vida, das revistas, cd’s e vídeos, já conquistou seu próprio canal de televisão, a TV Século XXI. Além disso, há editoras, folhetos, jornais, revistas e gravadoras entre outros, especializados para a Renovação Carismática.

Essa estrutura de difusão, a partir dos meios massivos de comunicação e da mídia, demonstra o objetivo de expandir a RCC na Igreja Católica atraindo cada vez mais fiéis para o movimento e conseqüentemente para a própria Igreja, bem como

⁵³ A Comunidade de Vida e Aliança “Canção Nova” será utilizada como exemplo fundamental dessa introdução carismática nos meios de comunicação de massa conforme trabalharemos mais à frente neste capítulo.

promover sua expansão na própria sociedade brasileira marcada nos últimos anos por um sincretismo religioso cada vez maior, conforme citamos no capítulo anterior.

Ao longo desses trinta anos da presença da RCC no Brasil percebemos que o sistema de difusão da RCC passou por uma certa transformação. Até o final da década de 1970, a expansão se deu somente com a difusão espontânea a partir de convites informais como já citamos. Isso levava à reprodução de pequenos grupos de oração. No final dos anos 80, esse sistema continuou sendo parte da tática de expansão da RCC, porém, já havia todo um projeto estipulado visando a expansão.

A RCC foi se organizando nas Paróquias, nas Dioceses e nos Estados, por meio das Equipes ou Núcleos de Serviço que se formavam com as pessoas que se comprometiam mais diretamente, tendo todo o seu trabalho orientado por uma Comissão Nacional. Depois de algum tempo, formou-se também o Conselho Nacional que é composto pelos Coordenadores Estaduais e Coordenadores Nacionais dos Ministérios. Passou-se então a fazer propaganda utilizando folhetos, produzindo programas de televisão e rádio.

No final da década de 1990, pode-se observar não somente a estrutura de grupos de oração e outros serviços, mas também o reconhecimento da Renovação em todas as dioceses onde se encontrava presente, além da organização de megaeventos por todo o país, levando sua mensagem de reavivamento religioso e resgatando os valores da Igreja.

A RCC nacional organiza-se por um Conselho Nacional composto por cerca de 60 membros incluindo o Pe. Eduardo Dougherty e Pe. Jonas Abib, o presidente do Conselho, os presidentes dos Conselhos Estaduais, pelo bispo assistente

nacional da RCC designado pela CNBB, pelos Coordenadores Nacionais dos Ministérios⁵⁴ da Ofensiva Nacional entre outros.

O projeto “Ofensiva Nacional” foi concebido em meados da década de 1990 com os objetivos principais de garantir a “identidade da RCC” e expandir o movimento atraindo membros afastados da Igreja Católica. A *Ofensiva Nacional* conta com a organização de vários ministérios para a execução dos seus projetos específicos.

Os ministérios ou antigas secretarias da *Ofensiva Nacional* foram elementos de extrema importância para a expansão e organização do movimento nos últimos anos. Atualmente a RCC está presente, de maneira organizada e realizando um trabalho pastoral, em 268 Dioceses do Brasil, chegando a evangelizar perto de 60 mil Grupos de Oração, com a participação de aproximadamente oito milhões de pessoas⁵⁵.

O movimento da RCC surgiu no Brasil a partir da camada média devido ao próprio contexto do catolicismo nos anos 70 conforme já foi citado no segundo capítulo deste trabalho. Porém, esse movimento não é mais exclusivo da classe média como ocorria em seus primeiros anos no país.

Os membros das classes médias e os das classes populares parecem ter motivações diferentes para participarem de grupos de oração da RCC. Entre os participantes de camada popular percebe-se que

⁵⁴ Quando o projeto “Ofensiva Nacional” foi colocado em prática a partir de 1998, o termo utilizado era Secretarias, que se tratavam de estruturas e projetos específicos de cada setor do Movimento como pregação, artes, jovens, formação, promoção humana etc. O termo Secretaria foi substituído por Ministério em virtude de uma tentativa de desburocratização do movimento que o termo Secretaria poderia sugerir. Esse episódio ocorreu em 2004, ano que extrapola o limite temporal dessa pesquisa (2000), porém, feito este comentário, optamos por utilizar o termo novo.

⁵⁵ Dados obtidos no site oficial da RCC: www.rccbrasil.org.br em 23/07/2005.

buscam uma religiosidade forte, emocional: sua motivação é similar aos que vão às igrejas evangélicas. No MRCC⁵⁶ os leigos podem pregar e exprimir suas idéias que, na camada popular, se assemelham às pregações das igrejas pentecostais na mesma camada social. De fato, os carismáticos de camada popular aderem a um discurso contra o demônio e também uma moralidade rígida (MARIZ, 2001, p. 25-26).

Já entre os participantes provenientes das classes médias nota-se diferenças que se relacionam com a trajetória religiosa do fiel que em geral já era católico praticante antes de entrar no grupo de oração carismático. Segundo pesquisa de Mariz (2001, p. 26) há menos jovens nestes grupos do que em grupos de camadas populares. Claro que isso não impede que haja inclusive grupos específicos de jovens da classe média e alta. Sobre a motivação,

em geral os católicos renovados chegaram ao movimento a convite de amigos em momentos da vida nos quais, segundo eles, não passavam por nenhum problema especialmente sério. Encontraram no grupo entusiasmo, motivação religiosa e uma nova forma de ver a vida. Alguns mencionaram a acolhida calorosa como algo que os motivou a continuar no grupo (MARIZ, 2001, p. 26).

No entanto há semelhanças na motivação dos participantes de todas as classes sociais tanto da RCC como entre os pentecostais. Todos buscam:

- 1) um Cristo real ou um Deus vivo, que realize milagres no dia-a-dia e traga soluções imediatas para seus problemas concretos;
- 2) expressar suas emoções, cantar, dançar;
- 3) liberdade de expressão, autonomia do grupo e poder para os leigos. Leigos querem pregar, dizer o que pensam, e as pessoas querem decidir sem pedir permissão ao clero (MARIZ, 2001, p. 25).

⁵⁶ Movimento de Renovação Carismática Católica.

3.2.1 O PENSAMENTO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA SOBRE SI MESMA.

Analisaremos neste subtítulo a auto-imagem que o movimento tem de si no Brasil, demonstrando seus objetivos para a Igreja no País e seus conceitos sobre alguns temas relevantes da Igreja e da sociedade em geral.

No Estatuto do Serviço Internacional da RCC, em seu parágrafo III, lê-se o seguinte:

Os objetivos centrais da RCC consistem em: 1º) Promover uma conversão pessoal madura e contínua a Jesus Cristo, o Nosso Senhor e Salvador; 2º) Propiciar uma abertura decisiva à pessoa do Espírito Santo, Sua presença e Seu poder.

A RCC se define como uma graça para a Igreja e sua missão é evangelizar a partir do Batismo no Espírito Santo, promover o crescimento dessa graça pelas maneiras que ela se expressa e favorecer o uso dos carismas para uma vida de santidade e serviço (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 19). O movimento de Renovação Carismática apareceu na Igreja Católica no momento em que se começava a procurar caminhos para por em prática a renovação da Igreja desejada pelo Concílio Vaticano II.

Conforme já citamos, com o objetivo de agilizar a RCC no serviço de Igreja e para a Igreja, foi lançado em 1998 o Plano Ofensiva Nacional que, em consonância e como consequência da missão da Igreja no Brasil, estabeleceu como missão:

Como Renovação Espiritual na Igreja, em comunhão com seus pastores, evangelizar com renovado ardor missionário e formar em santidade e serviço o Povo de Deus, a partir do Batismo no Espírito Santo (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998b, p. 12).

Existem experiências de evangelização bem sucedidas em diversos setores da Igreja. O Documento 56 da CNBB nos números 154, 155 e 156, discursa sobre a existência de diversas “expressões eclesiais” e o contributo que cada uma delas pode dar à evangelização, “dentro de sua metodologia própria”.

Assim, a RCC se considera uma expressão eclesial e deseja realizar a tarefa comum de evangelizar com sua metodologia própria, ou seja, a partir de sua identidade.

Com isso a Renovação Carismática Católica quer dizer que, como autêntica “expressão eclesial”, ela é uma opção de vivência eclesial e engajamento pastoral, sendo, por isso mesmo, um meio pelo qual o fiel dá seu contributo à Igreja, realiza sua vocação cristã e missionária, busca transformação da sociedade a partir dos critérios do Evangelho, vivendo o chamado à santidade e concretiza de modo verdadeiro a tríplice tarefa comunicada pelos sacramentos da iniciação cristã. (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 57).

Assim, a RCC tem uma espiritualidade própria em sua identidade, mas, sem entrar em conflito com a doutrina e a teologia católicas, pelo contrário, busca uma comunhão cada vez maior. A “Renovação no Espírito Santo” nasceu num clima de expectativa eclesial como de um “Novo Pentecostes”, de um pentecostes atual, para renovar a Igreja de hoje (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 27). Aí se encontra um dos objetivos do Vaticano II e o principal da RCC: “renovar a Igreja”.

No primeiro capítulo deste trabalho tratamos em linhas gerais sobre o conteúdo da doutrina social da Igreja, que culmina com a expressão “opção preferencial pelos pobres”. Assim, pode-se afirmar que a Igreja redefiniu sua prática evangelizadora, sobretudo após o Concílio Vaticano II.

A Renovação Carismática, sendo um movimento pós-conciliar, inseriu-se nesse contexto fazendo surgir diversas controvérsias, sobretudo no que diz respeito à coerência entre suas práticas e a orientação da Igreja. A polêmica se dava e em muitos lugares continua dando, em torno da RCC ser considerada um movimento das classes médias e altas que não tinha um projeto de mudança social e econômica. Mesmo quando o movimento foi adquirindo um caráter de massa populacional, continuou sendo visto como alienado em relação à dura realidade vivida pelos pobres e menos favorecidos.

Na verdade, a RCC tinha como característica, em seus inícios e até meados da década de 1990, tirar o fiel da realidade do mundo e inseri-lo numa esfera mais espiritual em que seus problemas pessoais tivessem perspectiva de resolução. No entanto, reconhecendo essa lacuna em sua estrutura, junto ao Projeto da Ofensiva Nacional foram criadas as Secretarias Marta (hoje Ministério da Promoção Humana) e Matias (hoje Ministério de Fé e Política).

Tanto o Ministério da Promoção Humana quanto o de Fé e Política foram formados e iniciaram um processo de reflexão sobre uma possível inserção intensa da RCC na “opção preferencial pelos pobres”. A partir de nossos estudos sobre a RCC, entendemos que a conclusão desses ministérios do movimento perpassa pela seguinte reflexão: os cristãos, carismáticos ou não, devem ser a resposta de Deus às orações dos pobres. Assim, percebe-se que a Renovação Carismática tenta passar aos fiéis do movimento a mensagem de que Deus escolheu seus “servos” para interferir no mundo. Os cristãos devem ser “a providência do Pai em favor dos filhos mais sofridos” (SOUSA, 2003, p. 57).

É claro que existe ainda na RCC de forma geral um certo preconceito em relação ao discurso social, principalmente o de caráter político. Membros do

movimento que se propuseram à vida política, sindical ou similar, ocasionalmente sofreram um sutil processo de exclusão dentro de seus próprios grupos de oração, devido à desconfiança de que a aproximação dessas iniciativas significaria o abandono da vida de oração, o que vez ou outra era mesmo o que acontecia também por causa dessa exclusão.

Apesar das tentativas e cobranças para que a Renovação Carismática assuma a “opção preferencial pelos pobres”, pode-se dizer que o movimento continua priorizando os aspectos que lhe caracterizaram inicialmente: “renovar, resgatar e intensificar a espiritualidade e o uso dos carismas” (SOUSA, 2003, p. 63).

Pode-se dizer também que há uma mentalidade estreita tanto na RCC quanto nos outros setores que cria um paradoxo desnecessário, pelo qual se estabeleceu uma oposição entre espiritualidade e atividade social. Ressaltamos que as experiências frustrantes que muitos carismáticos tiveram na relação com outros setores eclesiais mais politizados os levaram a antipatizar qualquer abordagem de caráter social.

Sousa, carismático e pesquisador do movimento, afirma que o que se vê em alguns setores eclesiais nesse engajamento na “opção preferencial pelos pobres” é, muitas vezes, um ativismo infrutífero, que em nada se diferencia da ação das instituições seculares.

Portanto, essa fuga das experiências de valorização social que eventualmente se encontra nos “carismáticos”, não é resultado da ênfase que se dá ao aspecto espiritual. Pelo contrário, a espiritualidade aproxima a pessoa da vida humana como tal. Mas é produto de uma formação doutrinal e humana vulnerável, que é uma deficiência da maioria do público laico e não apenas da Renovação, e nem é culpa somente dos seus dirigentes (SOUSA, 2003, p. 64).

Membros da RCC acreditam que a própria Igreja não soube se aproveitar do potencial do movimento e esperar com paciência a sua aproximação dos pobres. Pelo contrário, o discurso eclesial sobre os pobres, quase sempre aliado a uma crítica impiedosa às práticas da RCC, ajudou a construir a sutil antipatia de muitos carismáticos às questões sociais.

Na tentativa de mudar esse quadro, a RCC demonstra que acredita ser chamada a se dar e não apenas fazer coisas pelos pobres visando tranquilizar a consciência e mostrar aos padres que é sensível aos mais sofridos. “Dar-se a si mesmo será o significado da opção preferencial pelos pobres na Renovação Carismática” (SOUSA, 2003, p. 71). Ou seja, a grande contribuição que a RCC pretende dar junto aos chamados excluídos e marginalizados é a evangelização e a promoção humana conjugadas, tentando não exercer apenas um assistencialismo inconsistente entendendo que este pode até ferir a dignidade de quem o recebe.

No tocante à ética e moral sob a ótica da RCC, podemos citar um bordão bastante conhecido no meio carismático. *Primeiro santificar a pessoa para depois mudar o mundo*. Com o pensamento citado fazemos ponte com o pensamento social do movimento. Ora, a idéia então é evangelizar o indivíduo, incutir nele a moral e identidade católicas com ênfase numa mensagem conservadora.

Daí o discurso sobre aspectos da sexualidade como sexo antes do casamento, uniões livres, camisinha, homossexualidade entre outros, divórcio, aborto, eutanásia, uso de álcool, cigarro e outras drogas além de toda forma de corrupção, ser mais rígido quando comparado aos setores progressistas da Igreja.

Para a RCC, um indivíduo que se diz cristão, mas não vive plenamente o que pede a Igreja em termos de “santidade pessoal”, será incapaz de transformar a realidade social vigente.

É válido, portanto, comentar também a preocupação explícita por parte da RCC tanto pela política como por ocupar espaços na representação partidária. O coordenador nacional da RCC em 1997 já dizia em uma entrevista:

A Renovação Carismática se preocupa sim com o mundo político. Porque a fé deve nos levar a um compromisso de solidariedade. Então nós entendemos que também a Igreja, os cristãos devem estar no meio da política. [...] Nós vemos como uma linha muito importante, estamos empenhados nisso, lançamos candidatos nossos, organizamos comitês, participamos de campanhas eleitorais, mas a nossa visão sempre é esta: é a partir da fé que seremos solidários, é a partir da fé que seremos fraternais, é a partir da fé que nós podemos transformar o mundo (*Entrevista*, T.C., Coordenador da RCC, Guaratinguetá, SP, 05/06/1997 *apud* DÁVILA, 2000, p. 158).

Diferentemente da visão política das CEBs, por exemplo, a marca da luta política da RCC é a identidade e a pertença à Igreja Católica. Portanto, a RCC tenta por meio do seu discurso resgatar na disputa política o catolicismo como fonte de valor e de norma. Sua concepção de santificação do mundo após uma santificação pessoal é antagônica a uma concepção de santificação pessoal por meio do profetismo e do engajamento nas lutas sociais que estimulam as CEBs.

Visto que a Renovação Carismática pretende ser a porta pela qual os católicos afastados retornem à Igreja e os católicos praticantes reavivem sua fé, ela empenha-se também em combater as religiões afro-brasileiras e o espiritismo, acusando-os de serem falsas religiões. Muitas vezes esse discurso inflamado contra as chamadas falsas doutrinas chega a entrar em contradição com o documento *Dignitatis humanae*, que versa sobre a liberdade religiosa.

Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem

impedido, dentro dos devidos limites, de proceder segundo a mesma, em particular e em público, só ou associado com outros.⁵⁷

Esse discurso existe também, porém em menor escala, contra igrejas evangélicas em especial, como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus entre outras, e do mesmo modo contra a Nova Era ou *New Age*⁵⁸.

No entanto, não consideramos em nossos estudos que o objetivo da RCC existir seria uma reação externa e interna contra outros grupos como afirma Reginaldo Prandi. Para ele, a RCC tem a característica de ser um movimento de dupla reação: externamente vai contra a expansão do pentecostalismo e internamente tem como concorrente a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base.⁵⁹

Conforme já demonstramos, o discurso contra o espiritismo e as religiões afro-brasileiras ou mesmo contra igrejas pentecostais não é o que move de fato a Renovação Carismática; nem ela surgiu com o objetivo de reagir a esses movimentos religiosos mesmo porque o neopentecostalismo, por exemplo, surge e cresce no Brasil no mesmo contexto histórico da RCC. Na verdade, esse combate encampado pela RCC visa enfatizar a ortodoxia e doutrina católicas no caso do espiritismo, religiões afro e pentecostais, e acusar o descomprometimento com a fé no caso da Nova Era.

⁵⁷ Concílio Vaticano II – Declaração *Dignitatis humanae*, n. 2.

⁵⁸ O termo Nova Era é impreciso, polissêmico e responde a uma multiplicidade de sentidos, não existindo um acordo, tanto nos praticantes quanto no meio acadêmico, sobre a sua classificação e definição. De maneira geral, podemos pensar a Nova Era se afirmando na existência de uma realidade interior, o verdadeiro eu ligado com o cosmo – essência da vida. Seria, assim, um conjunto de caminhos que representam variações sobre o tema da religiosidade do eu.

⁵⁹ Um dos principais estudos sobre a RCC em função das CEBs e da Teologia da Libertação se encontra em PRANDI, Reginaldo. *Um Sopro do Espírito: a reação conservadora do catolicismo carismático*. 2 ed. São Paulo: USP, 1998.

Em resumo, como um movimento dentro da Igreja, a Renovação Carismática tem suas raízes

no testemunho da tradição do Evangelho: Jesus é o Senhor, pelo poder do Espírito Santo, para a glória do Pai. A Renovação continua no seu propósito de assimilar aquele testemunho evangélico (Declaração Pastoral sobre a Renovação Carismática dos Bispos norte-americanos, março de 1984, n. 1 *apud* JUANES, 1994, p. 21).

Assim, a RCC também representa uma forte oposição ao “secularismo”⁶⁰. O movimento, na verdade, apareceu precisamente quando o secularismo se encontrava no auge de seu reinado teórico-prático. A RCC pretende contestar a marginalização prática de Deus na vida individual e social, e a redução da existência humana à vida terrena, ao enfatizar uma atuação profundamente cristã na vida individual e social.

Em 1979 o Escritório Internacional da Renovação Carismática apresentou ao Papa João Paulo II um documento visando caracterizar o movimento ainda novo e em formação. Esse documento, além de mostrar peculiaridades da RCC em seus objetivos, insistia num ponto fundamental que reflete como o movimento se compreende até os dias atuais:

O que diferencia a Renovação (carismática) de qualquer renovação ou movimento autêntico na Igreja é sua interpretação de que *o papel do Espírito Santo não mudou na Igreja desde os primeiros séculos, e que hoje podemos experimentar sua efusão, seu poder e seus dons da mesma maneira que os cristãos primitivos*. (grifo nosso).

A RCC parece ter a plena certeza de que também nos dias de hoje o Espírito Santo pode transformar profundamente o homem, portando-o de dons e carismas

⁶⁰ Para Juanes (1994, p. 21), o secularismo seria a realidade de um mundo que “dá as costas para Deus”, principalmente pela destruição dos valores cristãos a partir de um forte materialismo.

para que, a exemplo dos apóstolos, seja testemunha diante do mundo com poder para evangelizá-lo. É aí que voltamos na questão da inserção da RCC num projeto social.

Para o movimento, quando o ser humano se entrega à própria santificação e passa a viver a mensagem do Evangelho com todas as suas conseqüências, passa a prestar toda espécie de ajuda ao próximo e aos desfavorecidos, seja essa ajuda espiritual e ou material.

3.2.2 COMO A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA VÊ A IGREJA.

Aqui vamos apresentar a imagem que a RCC tem da Igreja e discutir, em nível de Brasil, a relação do movimento com as pastorais, Comunidades eclesiais de base (CEBs) e com a Doutrina Social da Igreja.

Também para a RCC, percebemos que a missão fundamental da Igreja é a evangelização. Porém, para que essa missão se cumpra é necessária uma convergência de elementos tais como pessoas, grupos, movimentos e hierarquia.

A Renovação Carismática Católica como movimento eclesial, como um modo de ser Igreja, pretende que todos integrantes, que todos aqueles que abraçam sua forma de testemunhar o Cristo no mundo contemporâneo tenham, não só a oportunidade, mas as ferramentas que se façam necessárias na busca cada vez maior do conhecimento sobre a Igreja a que pertencem (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 2004, p. 9).

Na verdade, não é tão difícil perceber como a RCC compreende a Igreja, já que desde seus primórdios o movimento buscou legitimação dentro da própria Igreja. Para isso, teve que se identificar ao máximo com aquilo que a Igreja transmitia, especialmente pelos documentos conciliares.

Portanto, pode-se afirmar que o movimento se localiza como sendo refúgio da valorização doutrinal do catolicismo romano. Ora, é a partir desse raciocínio que podemos situar a Renovação como movimento tradicionalista e conservador, ao contrário do que pensam vários estudiosos que a colocam como movimento que rompe com a tradição dentro da Igreja Católica.

Esses autores, como Brenda Dávila, Reginaldo Prandi, Ari Pedro Oro entre outros, poderiam estar corretos em suas opiniões se formos considerar apenas o aspecto exterior da RCC, como as formas de expressões verbais, cantos, gestos corporais, recursos eletrônicos e marketing para atrair grandes massas populares. Mas estão incorretos se considerarmos a realidade teológica e os objetivos da Renovação como um todo.

Desde o seu surgimento em 1967, e de sua chegada ao Brasil pouco depois, a Renovação Carismática tem sido apresentada aos católicos e à mídia como sendo uma novidade dentro da Igreja Católica Apostólica Romana. Conforme citamos, vários autores utilizam esse pressuposto para dizerem que a RCC se mostra como uma inovação ao catolicismo tradicional.

Nós entendemos que em muitos aspectos o movimento traz uma certa novidade como Igreja, mas por ter assumido desde suas origens características conservadoras que se acentuaram na última década ele não se opõe ao chamado catolicismo tradicional.

É inegável, no entanto, que a RCC traz para a Igreja algumas novidades. Podemos perceber que ela introduz no catolicismo a emoção nas expressões rituais, sem mudar suas concepções de moralidade, recria a referência mística e miraculosa como recurso de vida espiritual, apela para a revivescência espiritual e conversão

interior, com o que podemos dizer que, embora tudo indique que a RCC aponte para uma nova subjetividade religiosa dentro da Igreja,

na prática, a RCC não veicula uma nova subjetividade, compreendida essa como alteração de comportamentos e ideologias, mas como uma forma nova de relacionamento com a tradição, *no limite, uma nova forma, mas não um novo conteúdo* (DÁVILA, 2000, p. 307, grifo nosso).

Vale ressaltar uma outra característica muito peculiar do movimento que é a sua capacidade de independência frente ao clero e à hierarquia como um todo. Essa independência é relativa e sutil visto que é defendida ao mesmo tempo em que se defende total obediência e vinculação à Igreja em busca de legitimação. Porém, sobre isso discutiremos logo mais adiante no próximo capítulo.

No Brasil, sobre as relações entre RCC e CEBs é fato que ambas tinham propostas de renovação da Igreja. Apesar disso não houve consenso entre as duas expressões eclesiais. Os católicos das CEBs viam nos católicos carismáticos uma imagem de excesso de subjetividade enquanto os carismáticos viam entre os progressistas das CEBs um excesso de racionalismo. A Teologia da Libertação propunha uma renovação estrutural e os carismáticos queriam “uma Igreja renovada carismaticamente, que não tenha mais necessidade de um movimento específico” (CHAGAS, 1976, p. 42) de renovação.

É interessante observar que, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, houve, a partir da década de 1990, uma retração das CEBs e uma desestabilização da Teologia da Libertação.

A maioria dos estudiosos tem tendência a ver no avanço da RCC um motivo para a decadência das CEBs. São poucos os que não vêem relação direta entre uma coisa e outra. O fato é que não encontramos nenhuma pesquisa quantitativa

que possa demonstrar tal relação. O que podemos arriscar afirmar é que baseando-nos na história de ambas expressões, CEBs e RCC, nos últimos anos, percebemos que a proposta das CEBs desencantou muitos católicos que passaram a vê-la como utópica devido à desproporção entre os resultados práticos e a pretensão do grupo, enquanto que a proposta de vivência espiritual da RCC teve a capacidade de atrair as massas face ao desencantamento do mundo moderno em especial nas grandes cidades. A RCC pode, então, ter crescido no vácuo deixado pela derrocada das CEBs.

Parece que essa queda das CEBs talvez esteja muito mais relacionada com a dificuldade de traduzir na prática, os elementos teológicos fundamentais para a construção e manutenção dessas comunidades. Explicando melhor, política e sociologicamente falando, as CEBs estiveram sempre bem organizadas e foram instrumentos privilegiados de luta social antes e depois da ditadura militar.

[As CEBs] funcionaram como espaços de discussão e aprofundamento de temas relacionados às questões da desigualdade e dos mecanismos de contestação social. [...] Mas as CEBs deixaram a desejar em sua caracterização propriamente cristã [...] Suas lideranças apresentavam-se burocráticas e racionais, com pouca mobilização [no campo espiritual] (SOUSA, 2003, p. 78) [*acréscimos nossos*].

Voltando à questão que diz respeito às relações entre Renovação Carismática e Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação, vemos que o próprio contexto do surgimento de um e de outro são realmente distintos.

A Teologia da Libertação nasceu da construção intelectual de vários teólogos a partir da realidade social da América Latina e influenciada pelo marxismo. A Renovação, como vimos, nasce a partir de professores e estudantes universitários

norte-americanos preocupados com a realidade interna da Igreja e de si mesmos sem construção teórica precedente, mas vinculados a uma experiência prática.

Apesar dessa distinção inicial, entendemos que ambas não nasceram em oposição, ao contrário do que parece. Na verdade, havia até uma certa tendência a aproximação. Vê-se, por exemplo, que tanto RCC quanto CEBs se dizem herdeiras do Concílio Vaticano II. A Teologia da Libertação incentiva a formação de comunidades que teriam, em sua base social, uma vivência fundamentada no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos. Já a RCC não tem uma proposta muito diferente senão a formação, a partir dos grupos de oração, de comunidades eclesiais renovadas ou comunidades de renovação, semelhantes às comunidades cristãs primitivas (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 58).

Os embates entre as CEBs e a RCC se deram, em boa parte, por culpa da própria hierarquia católica brasileira que assumiu o modo de ser Igreja das CEBs, principalmente em relação a sua militância política, em detrimento da proposta da Renovação Carismática que foi marginalizada e excluída na maioria das dioceses.

Evidentemente, isso contribuiu para que membros e simpatizantes de ambas expressões eclesiais passassem a se enxergar como inimigos naturais trocando acusações ao longo de quase duas décadas, até que o apoio e a simpatia de Roma e o inegável crescimento carismático foram dois dos motivos pelos quais o quadro começou a mudar.

Porém, ainda hoje há o famoso clichê atribuído ao relacionamento RCC e CEBs que divide, de um lado os que cuidam do social (CEBs) e, de outro lado os que cuidam do espiritual (RCC).

3.3 A INSERÇÃO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: NOTAS SOBRE A COMUNIDADE CANÇÃO NOVA.

A RCC não é apenas objeto da mídia⁶¹, também é usuária da mesma. Por meio de suas associações, comunidades de aliança, pregadores e órgãos ligados ao Escritório Nacional, a RCC tem a seu dispor uma vasta estrutura de comunicação diante da Igreja e da sociedade.

Nesse item, discutiremos brevemente como a Renovação Carismática se insere nos meios de comunicação social de massa como o rádio e a televisão tendo como exemplo a estrutura da Comunidade de Vida e Aliança Canção Nova que detêm um canal de televisão com mais de mil retransmissoras pelo Brasil, chegando por satélite ao País inteiro e também aos Estados Unidos e Portugal, dezenas de rádios e um portal da Internet trilingüe com um milhão e meio de acessos mensais. “Outra característica da Canção Nova é esta: Fomos gerados para os meios de comunicação” (ABIB, 2003, p. 73).

Pe. Jonas Abib já era sacerdote há alguns anos quando, em 1971, foi convidado a participar de uma daquelas “Experiências do Espírito Santo” que eram organizadas pelo Pe. Haroldo Rahm.

Realmente não entendi bem o que era a Renovação Carismática Católica; também não entendi o que era Efusão do Espírito Santo nem mesmo os Dons. Porém, desejei do fundo do coração. Entendi que era o que me faltava! [...] Comecei a sentir toda uma mudança na minha vida. Mudou minha oração e minha maneira de celebrar; a pregação já era outra, e meu entendimento e gosto pela Palavra de Deus ganhou novo sabor. (ABIB, 2003, p. 16).

⁶¹ Consideramos o movimento como objeto da mídia devido ao grande número de referências feitas à RCC por revistas de grande circulação nacional, jornais, programas de rádio e televisão.

Consideramos o trecho acima, narrado pelo próprio Pe. Jonas, como raiz que explica como ele veio a se tornar o grande líder que é. Em 1974 ele já fundava a Associação Canção Nova, embrião da futura comunidade. No dia 2 de fevereiro de 1978, dava-se início à Comunidade Canção Nova, fundada já como comunidade de vida e sendo pioneira nesse sentido. Ao todo, doze pessoas, entre ela o próprio Pe. Jonas, que abandonaram família, estudos, trabalho, namoro entre outras coisas, para viveram pela evangelização. No ano 2000, já eram mais de 350 pessoas na comunidade de vida, entre jovens solteiros, casais, crianças, padres, seminaristas e religiosas. E a Canção Nova foi o molde para as várias comunidades de vida que foram surgindo em diversas regiões do Brasil.

A evolução da Comunidade foi muito rápida e contundente. Rádios, canal de TV, editora, gravadora musical, portal de Internet e construção de uma mega-estrutura com capacidade para receber mais de 100 mil pessoas semanalmente em Cachoeira Paulista, no Vale do Paraíba, interior do Estado de São Paulo. Além das variadas casas de missão espalhadas por todo o Brasil e também em Boston (EUA), Fátima (Portugal) e Roma (Itália). Desde sua fundação, a Canção Nova afirma “viver da Providência”, ou seja, Deus daria a eles tudo o que lhes fosse necessário desde que eles fossem fiéis em sua missão evangelizadora. Vivendo unicamente da evangelização, até hoje as únicas formas de renda, sobrevivência e crescimento da estrutura da Comunidade são as doações de sócios comprometidos com ela e, em menor escala, as vendas do Departamento de Audiovisuais (DAVI) com seus CDs, VHS, fitas K7, vestuário, livros e outros produtos. O que permite o cadastro e a doação mensal de sócios é a existência da Fundação João Paulo II, órgão que responde por toda a estrutura jurídica da Canção Nova.

O objetivo fundamental da evangelização da Comunidade Canção Nova é muito semelhante ao que determina o Estatuto Internacional da RCC citado acima.

O objetivo fundamental de nossos encontros e de tudo que fazemos é que as pessoas tenham seu encontro pessoal com Jesus e, em seguida, recebam a graça de seu Batismo no Espírito. Passem pela experiência do derramamento do Espírito Santo. (ABIB, 2003, p. 43).

Pe. Jonas afirma que o grande desafio no cumprimento da evangelização a partir desses objetivos é o uso dos meios de comunicação social visando atingir mais pessoas com maior rapidez e eficiência, seja pelo rádio, pela TV, pela Internet ou outros meios (ABIB, 2003, p. 102).

Não basta só falar de Deus na rádio e na televisão. É muito mais: é preciso realizar esse processo de evangelização pelos meios de comunicação; é preciso conhecer e penetrar nos segredos de sua linguagem e usá-la na evangelização. Temos de aprender suas técnicas e usá-las, com eficiência na evangelização. Somos chamados a ser profissionais: profissionais de mídia, profissionais de evangelização, profissionais de Deus. (ABIB, 2003, p. 102).

Citamos o uso que a RCC faz das técnicas de mercado, fazendo da sua mensagem um objeto de *marketing religioso* já que a Canção Nova, por exemplo, consegue vender cerca de 1,5 milhão de reais mensais em produtos de evangelização (CDs, VHS, livros, bonés, camisetas e outros artigos como já citados).

É claro que optamos por ter a Canção Nova como exemplo para este estudo, mas deixamos claro que há várias comunidades de vida e aliança que dispõem também produtos de evangelização variados no mercado. Há exemplos de programas de rádio e TV que são veiculados por outros canais além da Canção Nova, como por exemplo, a Rede Vida de Televisão, em que pode ser assistido o

programa diário *Encontro com Cristo*, apresentado pelo Pe. Alberto Gambarini com estilo carismático impecável.

Diante de tudo isso, é inegável que há uma grande capacidade empresarial por parte de membros da RCC, o que nos leva a afirmar que o movimento lidera os meios de comunicação social no interior da Igreja Católica. Vale lembrar que tudo o que foi citado em nível de programas de rádio, TV, bem como obras editoriais, k7, CD e VHS não são considerados oficiais do Movimento da RCC como instituição.

As obras oficiais da RCC são os livros e apostilas produzidos por membros do Conselho Nacional e da Comissão de Formação e são editados por algumas editoras da preferência do movimento como Edições Com Deus, Editora Santuário e Edições Loyola. No entanto, em nossos estudos não percebemos conflitos entre o que é produzido oficialmente pelo movimento e o que é produzido por membros do movimento e dirigido a outros membros ou não. Pelas análises que fizemos de diversas dessas obras, os livros e apostilas que a RCC produz são direcionadas especialmente para os chamados servos dos grupos de oração, ou seja, membros que têm uma participação ativa nos grupos carismáticos atuando nas equipes que fazem o grupo funcionar.

É interessante destacar o papel que as comunidades de aliança e vida desempenham nesse potencial de mercado de bens religiosos. Elas são a estrutura que permite à RCC ser imbatível, dentro da Igreja, no uso dos meios de comunicação social, “pois convertem-se em nichos de mercado para seus próprios membros” (DÁVILA, 2000, p. 147). Contudo voltaremos ao tema no capítulo seguinte quando trabalharmos a questão dos efeitos do movimento na Igreja e na sociedade.

CAPÍTULO 4

A COMPREENSÃO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA PELA IGREJA.

Neste último capítulo pretendemos discutir como, historicamente, a Renovação Carismática foi sendo compreendida e assimilada dentro da Igreja no Brasil demonstrando a dificuldade dessa compreensão devido à desconfiança por parte da hierarquia católica frente a um movimento leigo e desejoso de obter autonomia. Demonstramos as relações entre a RCC e a hierarquia católica brasileira personalizada na CNBB e o perfil atual do movimento diante dessa hierarquia e de toda a Igreja.

4.1 A ACOMODAÇÃO DE UM MOVIMENTO “RENOVADOR DA IGREJA”.

Com sua pregação sobre dons e carismas, favorecendo o louvor e a experiência pessoal com Deus, a Renovação provocou algumas reações dentro do clero. Estas reações foram percebidas por alguns estudiosos da RCC no Brasil. As principais foram e ainda são, conforme assinala Brenda Dávila (2000, p. 300-301) [acréscimo nosso].

- a *rejeição*, sobretudo na ala progressista que viu na RCC uma tentativa de retomar o catolicismo de salvação individual e uma guardiã e zeladora da ortodoxia católica;
- a *suspeita*, pela sua espontaneidade (semelhante aos pentecostais), pelos abusos e desvios no exercício dos carismas e a pretensa autonomia laical;
- a *assimilação*, ao assumir como centro de operações as paróquias e atividades pastorais, os carismáticos penetraram na Instituição [Igreja];
- a *domesticação*, manifestada na aceitação da Renovação Carismática Católica como um muro de contenção perante a evasão de fiéis ao pentecostalismo e pela capacidade que o movimento vem mostrando de fornecer vocações sacerdotais e religiosas.

Os setores mais progressistas da Igreja, alinhados principalmente à Teologia da Libertação, rejeitaram a RCC a entendendo como um movimento que faria uma nova romanização na Igreja Católica no Brasil, levando a uma ortodoxia cada vez

mais espiritualizada deixando de lado a questão política e social. Variados estudiosos insistem que a RCC representa um resgate da Igreja romanizada exatamente porque enfatiza na vivência de seus fiéis a adesão às experiências sacramentais e à doutrina católica (OLIVEIRA, 1978; HÉBRARD, 1992; PRANDI, 1998; ORO, 1996; MACHADO, 1996).

Conforme já discutimos, apesar das variadas novidades trazidas pela Renovação, na verdade podemos situá-la como um movimento conservador principalmente pelo seu alinhamento à moral e à prática sacramental católica que ele incentiva.

Porém, o grande fator de rejeição à Renovação Carismática nascente na década de 1970 nem seria o seu ainda suposto conservadorismo, mas sim a forte adesão do episcopado latino-americano à Teologia da Libertação em detrimento de qualquer idéia que se desviasse daquilo que essa teologia pregava.

São marcos do avanço da pastoral popular na América Latina as grandes reuniões do episcopado: a criação do Celam (Conselho Episcopal Latino-americano) em 1955 e as conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), nas quais ficou selado o compromisso da 'opção preferencial pelos pobres' (PRANDI, 1998, p. 98).

No Brasil, essas conferências, especialmente Puebla, tiveram muito mais repercussão do que qualquer pronunciamento que o Vaticano tenha feito no mesmo período sobre o movimento de renovação no Espírito Santo, a RCC.

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, foi priorizado no Brasil o trabalho com as CEBs enquanto a Renovação Carismática foi rejeitada e marginalizada. Como as CEBs eram contrárias ao caráter espiritualizante da RCC, houve uma forte oposição da maior parte dos bispos ao movimento. Na verdade, até hoje grande parte dos

bispos e padres receiam oferecer um ambiente na Igreja que possibilitem o crescimento carismático.

É interessante perceber, então, que o projeto das CEBs e da Teologia da Libertação é visto como progressista e qualquer proposta que se apresente distinta recebe prontamente a categorização de conservadora.

Poderíamos ainda pensar que o que reforça essa tese pela qual o movimento da RCC seria conservador é o fato de que em dioceses e paróquias de perfil conservador o movimento cresceu mais por ter recebido apoio da hierarquia conservadora. Na verdade há relatos de lideranças carismáticas que demonstram que houve rejeição também por parte da ala conservadora da Igreja.

O que explicaria um maior crescimento carismático em dioceses e paróquias com perfil conservador seria a ausência de um projeto progressista organizado, sem planos de ação, o que acabou permitindo que a Renovação Carismática obtivesse espaço sem grandes choques com a pastoral de conjunto, que nessas dioceses, quase inexistia.

Assim, mesmo em dioceses e paróquias de caráter conservador o movimento não cresceu por receber apoio direto da hierarquia, mas porque ali não existia um plano de ação que privilegiasse o projeto das CEBs. Por isso os grupos de oração encontravam maior facilidade para se multiplicarem.

Alguns autores⁶² que julgam que o apoio do Vaticano foi decisivo para a expansão da RCC não consideram o ambiente de hegemonia adquirido pela Teologia da Libertação na América Latina. É interessante observar que a RCC se expandiu devido a sua própria autonomia atingindo espaços que não eram alcançados pelo tradicionalismo católico até então.

⁶² Por exemplo, COMBLIM, 1983 e PRANDI, 1998.

É evidente que, desde seus primórdios, a Renovação Carismática tem a simpatia de Roma. Já no ano de 1973, o movimento realizou sua primeira conferência internacional de líderes em Grottaferrata, cidadezinha próxima a Roma. Na audiência concedida pelo papa Paulo VI a alguns participantes do evento disse-lhes:

Alegramo-nos com vocês, queridos amigos, pela renovação de vida espiritual que se manifesta hoje em dia na Igreja, debaixo de diferentes formas e em diversos ambientes.⁶³

Na Segunda Conferência Internacional de Líderes, realizada em maio de 1975, o mesmo papa se encontrou novamente com os carismáticos em Roma e dessa vez proclamou um discurso mais entusiasmado ainda. Percebe-se que o seu apoio é claro chegando mesmo a exortar o movimento para que cresça e amplie sua ação na Igreja e no mundo.

Como pode então esta 'renovação espiritual' ser outra coisa senão uma bênção para a Igreja e para o mundo? [...] Deve-se rejuvenescer o mundo, faze-lo voltar à espiritualidade, à alma, à doutrina religiosa. Devem-se abrir os lábios que se acham fechados à oração e abrir a boca às canções, à alegria, aos hinos e ao testemunho. Será muito proveitoso para nossos tempos, para nossos irmãos que formam a nova geração, a vossa geração de jovens, que clama ao mundo a glória e a grandeza do Deus de Pentecostes.⁶⁴

O cardeal belga Leon Josef Suenens, um dos grandes articuladores do Concílio Vaticano II (BEOZZO, 1990, p. 7), foi o grande intercessor pelo movimento nascente junto ao Vaticano e ao Papa Paulo VI, sendo que Suenens foi designado a ser o acompanhante do movimento pelo próprio papa.

⁶³ ICCRS, International Charismatic Renewal Services. *Então Pedro levantou-se...* São José dos Campos: Editora Com Deus, 2001. Tradução: RCC-Brasil, p. 12.

⁶⁴ Idem, p. 14-15

Posteriormente, na mesma linha de Paulo VI, o papa polonês João Paulo II, desde o início de seu pontificado em 1978, acolheu e incentivou o movimento que se expandia e continuava buscando sua legitimação diante da Igreja.

No final de 1979, João Paulo II recebera em uma audiência especial o Cardeal Suenens acompanhado de alguns membros do Conselho Internacional da Renovação Carismática. Na ocasião dissera-lhes entre outras coisas:

Agora eu vejo esse movimento por todas as partes. [...] Estou convencido de que vosso movimento é um importante componente dessa total renovação da Igreja, dessa renovação espiritual de nossa Igreja.⁶⁵

Na primeira audiência pública com a Renovação Carismática Italiana⁶⁶ em novembro de 1980, o papa incentivou o movimento à obediência para com a hierarquia que, segundo ele, levaria a uma real renovação da Igreja.

Animados pelo amor, não só ouvireis espontânea e docilmente aqueles que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastorear a Igreja de Deus, mas sentireis a necessidade de maior e atento atendimento de vossos irmãos e irmãs no desejo de virdes estar com eles formando um só coração e uma só alma. Disso ocorrerá uma real renovação da Igreja, que o Concílio Vaticano II desejou⁶⁷ e que vós vos esforçais para estimular com orações, testemunho e trabalho.

Por ocasião do 20º aniversário do aparecimento da Renovação Carismática no Estados Unidos, foi realizada em Roma, no mês de maio de 1987, a 6ª Conferência Internacional de Líderes do movimento. Como já era costume, o papa João Paulo II realizou um discurso aos participantes daquele evento. Ao contrário do

⁶⁵ Idem, p. 20.

⁶⁶ Na Itália a Renovação Carismática recebe o nome de Rinnovamento nello Spirito Santo.

⁶⁷ Idem, p. 22.

que ocorria por parte da hierarquia na América Latina, o apoio do papa à RCC continua claro e explícito em seus discursos.

Este ano marca o 20º aniversário da Renovação Carismática na Igreja Católica. O vigor e a frutificação da renovação certamente atestam a poderosa presença do Espírito Santo na oração da Igreja nestes anos posteriores ao Concílio Vaticano II. Naturalmente, o Espírito tem guiado a Igreja em todas as épocas produzindo uma grande variedade de dons entre os que crêem. Por causa do Espírito, a Igreja preserva a vitalidade juvenil, e a Renovação Carismática é uma eloqüente manifestação desta vitalidade atual, uma corajosa afirmação do que o Espírito diz a Igreja no momento em que nos aproximamos do fim do segundo milênio.⁶⁸

Tivemos, durante nossa pesquisa, acesso a outros inúmeros discursos papais aos carismáticos até o ano de 1998, mas seria exaustivo insistir em citá-los quando o nosso objetivo, que é demonstrar todo o apoio que existiu por parte de Roma à RCC, já foi mais do que conquistado a partir do que colocamos até agora.

Apesar desse forte apoio vindo do Vaticano, a situação da RCC numa América Latina marcada pela forte adesão do episcopado à Teologia da Libertação foi bem mais complicada. O clero progressista brasileiro seguia as instruções do CELAM e praticamente ignoravam as instruções da Santa Sé.

Podemos, portanto, discordar de pesquisadores que indicam que o movimento da Renovação Carismática Católica seria parte de um projeto da hierarquia conservadora para reagir contra a Teologia da Libertação⁶⁹.

Prandi (1998) trabalhou, por exemplo, a hipótese pela qual a Renovação Carismática seria um movimento de dupla reação conservadora. A reação seria duplamente caracterizada por reagir internamente contra a Teologia da Libertação e

⁶⁸ Idem, p. 38.

⁶⁹ Entre os autores que defendem essa tese podemos citar ROLIM (1989), LESBAUPIN (1990), ORO (1996) E PRANDI (1998)

contra as CEBs enquanto externamente reage ao pentecostalismo e outras religiões que minaram as fileiras católicas nas últimas décadas.

Em outros tempos concordávamos com essas idéias explicitadas acima, porém, conforme avançamos em nossos estudos e reflexões, entendemos que o termo 'reação' não seria adequado já que a Renovação Carismática não tem nem teve nenhum projeto que objetivasse reagir tanto contra a Teologia da Libertação e as CEBs quanto contra as igrejas pentecostais e neopentecostais. Ora, no Brasil a RCC e os neopentecostais se desenvolveram quase que simultaneamente impedindo que um fosse criado com o objetivo de reagir ao outro.

É claro que devemos concordar com Prandi quando ele afirma que a RCC significa a possibilidade de uma adesão a uma forma de pentecostalismo sem a perda da identidade católica (PRANDI, 1998, p. 137). Mesmo assim, não há uma ação pensada com um objetivo traçado e definido visando combater as vertentes pentecostais protestantes.

Observamos também que a Renovação Carismática e a Teologia da Libertação são dois fenômenos autônomos um em relação ao outro. Um não nasce em função do outro, mas em contextos distantes e distintos. Os embates entre a RCC e as CEBs já foram discutidos no capítulo anterior, porém, não encontramos em documentos, livros ou apostilas de formação de líderes da RCC de vários períodos citação alguma que pudesse justificar o movimento como uma reação conservadora à Teologia da Libertação e às CEBs.

Recentemente têm surgido teorias que buscam uma complementação entre ambas expressões, algo que se tivesse acontecido, poderia surtir num efeito incrível e imprevisível para a Igreja Católica (SOUSA, 2003). O teólogo da libertação

Clodovis Boff enumera algumas características que para ele se complementam rigorosamente (BOFF, 2000, p. 49):

Renovação Carismática	Teologia da Libertação
Vive a fé como experiência	Vive a fé como prática
Enfatiza a oração	Enfatiza o serviço
Busca a transformação pessoal	Busca a transformação social
Dá importância à emoção	Dá importância à reflexão
Faz a opção pelos “perdidos”	Faz a opção pelos pobres
Está centrada na Igreja	Está centrada no mundo
Liga-se à Igreja universal	Liga-se à Igreja local
Visa a afirmação social da Igreja	Visa a renovação institucional da Igreja

As suspeitas em torno do movimento foram inúmeras tanto por parte da hierarquia quanto por parte de leigos engajados em outros movimentos ou pastorais. As relações entre a Renovação Carismática e a hierarquia da Igreja Católica foram sempre marcadas por tensões. O grande problema, concordando com pesquisadores como Dávila (2000) e Sousa (2003), está no paradoxo existente entre a espontaneidade e autonomia do carisma e a necessidade de controle do mesmo para evitar riscos e desvios.

A RCC busca a autonomia em relação à hierarquia mediante o exercício dos dons carismáticos ao mesmo tempo em que tenta se legitimar cada vez mais na Igreja Católica por meio de um discurso que defende a vinculação e a obediência à esta Igreja.

É estranho, porém, o fato de que conforme a RCC crescia, o interesse de membros do clero e religiosos por ela era maior, aumentando também o número

destes no movimento. Fato esse que passava a chamar cada vez mais a atenção da CNBB.

A partir de 1982 os bispos integrantes da Comissão Permanente (CP) da CNBB trouxeram a necessidade de orientações a serem dadas à RCC confirmando a suspeita que sempre existira em torno do movimento.

Dentre essas orientações estavam pedidos de cuidados em relação

a confusão com o pentecostalismo, o exagero no uso do dom de línguas e curas, a interpretação livre da Bíblia, a penetração nas dioceses sem licença, a fraca formação doutrinária, a tendência a privatizar a atuação do Espírito Santo, a presença de padres estrangeiros pregando pelo país (Comunicado Mensal, CNBB, 1982 apud DÁVILA, 2000, p. 132).

No fim de 1985 a CP se comprometeu a nomear uma comissão para estudar a RCC. A expansão da RCC avançava com o apoio e tolerância de uns e a resistência de outros.

Em meados da década de 1980 vários bispos manifestaram publicamente suas restrições à Renovação Carismática, enquanto outros simpatizavam e até aderiam ao movimento.

Apesar desses esboços de estudos sobre a RCC feitos pela Comissão Permanente da CNBB, é fato que o movimento carismático nunca foi prioridade de discussão na Conferência dos Bispos. O tema foi quase que totalmente ignorado até o ano de 1974 quando a CNBB solicitou ao CERIS uma pesquisa sobre a Renovação.

Examinamos a referida pesquisa que foi publicada em 1978 pela Editora Vozes. O texto contém uma apresentação de variados dados quantitativos sobre o movimento no Brasil e busca também narrar brevemente sua história. Depois há o parecer dos responsáveis pela pesquisa e análise dos dados coletados.

Curiosamente, dos seus quatro responsáveis, três eram de orientação progressista e um conservador, a saber, o teólogo Estevão Bettencourt. Os progressistas eram o sociólogo Pedro A. Ribeiro de Oliveira e os teólogos Leonardo Boff e João Batista Libânio.

A pesquisa pode ser considerada séria e respeitável e mostra bem o perfil da RCC naquele momento. É interessante, porém, observar o conteúdo das considerações pessoais dos pesquisadores. Pedro Oliveira considerou a Renovação como um movimento conservador e que reforça o catolicismo tradicional. Boff e Libânio chegaram a desaconselhar a aprovação do movimento aos bispos por causa da sua autonomia em torno do exercício dos dons carismáticos que, segundo eles, desrespeita o primado da Igreja e da hierarquia. Estevão Bettencourt aprovou o movimento, mas advertindo sobre a necessidade de uma ação por parte do movimento e da CNBB que levasse a uma maior comunhão dos Grupos de Oração com a hierarquia e com o corpo da Igreja.

Após isso, as relações da CNBB com a Renovação Carismática limitaram-se a algumas reuniões sem resultados concretos ou pronunciamentos de caráter oficializado, a não ser alguns comunicados isolados como o que transcrevemos acima elaborado pela Comissão Permanente sempre tentando manter o controle sobre o movimento.

Em 1993, por intermédio e organização da CNBB, foi realizado o Levantamento sobre a Renovação Carismática no Brasil visando mostrar as opiniões dos bispos de todo o País a respeito do movimento.

No Levantamento sobre a RCC os verbos: disciplinar, normatizar, controlar, orientar, acompanhar são abundantes, o que indica que uma das preocupações dos bispos é como manter sob seu controle um movimento fundamentalmente leigo. A RCC [...] de um lado, participa da vida pastoral, mas do outro, ela se torna autônoma e fora do seu controle quando exercita

seus carismas. Daí a insistência, no Levantamento de 1993, que a RCC deve ter um acompanhamento firme e uma orientação que encaminhe para o engajamento social (DÁVILA, 2000, p. 134)

Confirmamos assim o grande temor da hierarquia em relação à autonomia leiga que está implícito em sua resistência à Renovação. Como resultado do Levantamento, a temática da RCC entrou na pauta da 32ª Assembléia Geral em abril de 1994.

Para a Assembléia, foi elaborado um texto ao qual não tivemos acesso conhecido como Renovação Carismática Católica: Orientações e Normas Pastorais. O episcopado brasileiro viu-se obrigado a elaborar um documento, pressionado que estava pela crescente visibilidade da RCC na mídia, pelo clero e pela opinião pública em geral. O documento deveria ter sido votado na 32ª Assembléia, o que não ocorreu devido ao tempo limitado para sua discussão (Sousa, 2003, p. 55).

Assim, o texto-base do documento foi preparado por bispos não alinhados com o movimento designados pela presidência da CNBB e pela Comissão Episcopal de Pastoral, não foi votado em assembléia e uma outra comissão se formou para a elaboração final do que viria a ser o Documento 53. O pesquisador Ari Pedro Oro diz que “se trata de um documento onde parecem predominar posições progressistas” (ORO, 1996, p. 114).

Finalmente, no mesmo ano de 1994, a CNBB se posicionou oficialmente sobre a RCC, por meio das *Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica*, o Documento 53 da CNBB. Portanto, foram mais de 20 anos até a Igreja buscar oficialmente orientar o “novo” movimento. As tensões não terminaram por aí.

O Documento 53 não foi muito bem recebido pelos carismáticos. Acreditamos essa não aceitação ter ocorrido principalmente pelo caráter cheio de restrições ao movimento e pela visível tentativa de controle do mesmo pela hierarquia, além do

fato de que o documento é carente de uma reflexão aprofundada sobre algo tão complexo como a Renovação Carismática.

O teólogo Felipe Gabriel Alves analisando o Documento 53 em um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira critica contundentemente o documento também por seu caráter restritivo, disciplinar e incongruente até teologicamente.

O último dos cinco itens do documento, intitulado Questões Particulares (números 53 a 68), é para Alves “a parte mais fraca do documento” (ALVES, 1995, p. 387). Transcrevemos abaixo trechos em que são descritas o que ele considera como grandes falhas do texto sobre esse item:

O n. 56 fala dos ‘dons hierárquicos’. Essa expressão não é bíblica e o lava-pés a detesta. Preferimos expressões mais de acordo com o Evangelho, como ‘dons de serviço’ (ALVES, 1995, p. 388).

O n. 57 focaliza [...] o problema de saber quem realmente possui dom verdadeiro [...]. Mas o juízo sobre a autenticidade compete, realmente, só aos pastores? [...] ‘Assim, também no que se refere aos carismas, a RCC se atenha rigorosamente às orientações do Bispo Diocesano’. Essa frase não parece refletir a Igreja-Poder, fazendo do bispo outro infalível? (ALVES, 1995, p. 388).

O n. 61, proibindo o uso do óleo pelos leigos, parece esquecer, que a maioria dos fiéis, por falta de clero, morre nas casas e nos hospitais, sem o óleo-sacramento. Segundo, esquece a existência do óleo como sacramental (ALVES, 1995, p. 389).

O n. 62 é o mais confuso e impreciso. [...] ‘Não se incentive a chamada oração em línguas’. Não se incentive por que, se é um dom, embora dos mais simples e dos mais comuns? (ALVES, 1995, p. 389).

Não obstante suas pesadas críticas, Alves conclui de maneira totalmente contraditória não deixando de forma clara se ele estaria ou não sendo sarcástico nesse momento:

Glorifiquemos ao Senhor que, se ontem falou através de Pedro, hoje fala através da CNBB. Documento lindo, brotado de uma atitude linda de diálogo, de bom pastor que alimenta com alimento bom e arranca as ervas daninhas (ALVES, 1995, p. 390).

Analisando friamente o documento, percebemos que é difícil encontrar algum benefício direto para a RCC. O que pesa em seu texto são as fortes diretrizes restritivas, que certamente são utilizadas por bispos e padres em todo o Brasil para legitimar seus pontos de vista particulares a respeito das práticas da Renovação.

As práticas discutidas e restringidas pelas *Orientações* são a oração em línguas, as curas, o repouso no Espírito, o batismo no Espírito Santo e a autonomia do movimento. Na verdade, entendemos que as obrigações da Igreja em relação à RCC seriam expressas nos verbos acolher, integrar e acompanhar, enquanto da parte da Renovação as obrigações seriam acatar, assumir, aceitar e participar. Essa parece ser a linha geral do Documento 53.

Por meio de contatos informais com lideranças carismáticas nas dioceses de Barretos, Franca, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, constatamos que o perfil mais atualizado da RCC frente a hierarquia da Igreja é de um relacionamento melhor do que há uma década atrás.

Entre as causas dessa melhor assimilação do movimento podemos relacionar uma inserção cada vez maior de carismáticos em atividades e eventos paroquiais e diocesanos sem ligação com o movimento. É claro que essa participação sempre existiu, já que “os membros da RCC nunca deixaram de executar trabalhos pastorais extra-Renovação” (SOUSA, 2003a, p. 46).

A RCC conta também com uma forte publicidade entre seus membros pregando a obediência e o amor ao papa, aos bispos e todo o clero, apesar das constantes tensões. Não pudemos comprovar, mas corre entre os membros do movimento a idéia de que “um dos frutos são os muitos jovens que estão entrando nos seminários e nos conventos através dos nossos grupos de oração” (PE. EDUARDO DOUGHERTY apud DÁVILA, 2000, p. 137). Assinalamos também a

capacidade que a RCC tem de se envolver nos meios de comunicação social como a TV, o rádio e a internet conforme discutimos no capítulo anterior.

Mesmo não tendo entre seus objetivos conter o avanço pentecostal e neopentecostal protestante, o movimento é bem visto pelo clero conservador por ser essa barreira de evasão dos fiéis católicos para outras religiões. Verificamos, por meio de dados do IBGE, que o crescimento evangélico na década de 1980 foi muito maior do que seu crescimento nos anos 90 que são considerados o auge do crescimento da Renovação Carismática. Na opinião da mídia⁷⁰ brasileira essa retração no crescimento evangélico se dá principalmente pela ação do movimento da RCC.

Mesmo assim, até hoje a hierarquia católica no Brasil e em variadas partes do mundo não se manifesta homogeneamente sobre a Renovação Carismática Católica, tendo ela o apoio de alguns setores, a tolerância de outros e ainda a rejeição de outros.

4.2 EFEITOS DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA PARA A IGREJA NO BRASIL.

Finalmente, discutiremos os efeitos que a RCC provocou na Igreja durante seus mais de 30 anos de presença no Brasil. É necessário admitir que as transformações sociais resultantes da modernidade não aboliram a natureza religiosa que constitui a existência humana, mesmo que as tenham alterado de alguma forma (MORALEDA, 1994, p. 37).

⁷⁰ Por exemplo, Revista Época (22/05/1998); Revista Veja (03/09/1997 e 08/04/1998) e Folha Online (consulta em 12/11/2004).

A Renovação Carismática influenciou a Igreja e a sociedade brasileira de modo significativo. Como vimos, ao longo da década de 1980 o movimento foi se consolidando e crescendo por todo o território nacional. Estudiosos de então afirmavam que a base social da RCC não se expandiria para além da classe média. Ao final da mesma década e durante a década seguinte, o movimento mostrou imensa capacidade de penetrar nos setores populares do catolicismo e passou a se mostrar a partir da metade dos anos 90 como um movimento de massas. Benedetti (2001, p. 55) apontou que “a característica principal da Renovação Carismática Católica é atualmente a tendência ao crescimento acelerado cada vez maior nos meios populares”.

As reuniões são cheias – de fato atraem muito mais pessoas do que os progressistas do mesmo local –, além de serem bem mais longas e animadas. [...] O Movimento da RCC está crescendo bastante nas camadas populares [...] e já não é mais exclusivo da classe média como ocorria em seus primeiros tempos no Brasil (MARIZ, 2001, p. 25).

O movimento oferece aos fiéis uma comunidade emocional, na qual experiências de cura física, cura interior (psicológica), êxtase religioso, milagres e glossolalia, se convergem em experiências de conversão, acontecendo tudo isso sem sair da religião do fiel seguidor. Essas seriam algumas razões que levariam tantas pessoas, muitas vezes de variadas camadas sociais, a procurarem os encontros e grupos da RCC.

[...] em geral os católicos renovados chegaram ao movimento a convite de amigos em momentos da vida nos quais, segundo eles, não passavam por nenhum problema especialmente sério. Encontravam no grupo entusiasmo, motivação religiosa e uma nova forma de ver a vida (MARIZ, 2001, p. 29).

Os relatos de curas simples ou milagrosas, a experiência do batismo no Espírito Santo e a vivência dos dons e carismas são características consideradas fundamentais da espiritualidade da Renovação tanto pelos seus líderes quanto pelos pesquisadores.

Os testemunhos de curas, físicas, psicológicas ou até sobrenaturais no que diz respeito às possibilidades medicinais, encontrados na literatura ou escutados e vistos nos eventos são incontáveis.

O batismo no Espírito Santo parece ser a prática que mais aparece nos grupos de oração e eventos da RCC. Constatamos que tal batismo consistiria numa nova tomada de consciência sobre Deus e tudo que diz respeito a Deus a partir de um movimento do Espírito Santo no interior da pessoa que passa pela experiência⁷¹. O primeiro efeito dessa experiência seria o recebimento dos dons carismáticos.

Vale abordar aqui a questão dos dons carismáticos cuja vivência aparece até no nome do movimento. O texto bíblico base em que aparecem os carismas do Espírito Santo se encontra na Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, capítulos doze ao quatorze⁷².

Etimologicamente, *carisma* tem sua origem no grego *karis*, que pode ser traduzido por *graça*, ou seja, *dom* gratuito. O teólogo e padre Yves Congar observa que o apóstolo Paulo usa o termo com três significados: graça (*charis*), manifestações sensíveis do Espírito e manifestações extraordinárias do Espírito (YVES CONGAR apud JUANES, 2001, p. 72). Encontramos a confirmação do que

⁷¹ Optamos por não entrar aqui no mérito teológico ou psicológico da questão por não ser esse o nosso objetivo, mas sintetizamos da forma mais simples o que entendemos ser a experiência do batismo no Espírito Santo tal qual ela é descrita pelos próprios carismáticos e pela literatura produzidas por eles.

⁷² Esse texto encontra-se reproduzido integralmente anexo ao final deste trabalho. A Teologia moderna considera que na verdade não existe uma lista de carismas, pois eles seriam inúmeros e concedidos conforme as necessidades da Igreja em cada tempo e lugar.

nos diz Congar no texto sobre os carismas do Vaticano II, *Lumen Gentium*, número 12.

No sentido em que a Igreja parece entender o termo, os carismas seriam então dons que Deus distribui aos que crêem para que estes possam cumprir Sua vontade e buscarem a própria salvação e dos que lhes são caros. “Carisma, pois, é uma infusão do divino no humano” (SARTORI, 1996, p. 135).

A palavra ‘conversão’ é uma das mais presentes no contexto carismático católico. Algumas pesquisas⁷³ apontam que a RCC tem a característica de arrebanhar principalmente católicos de nascimento, mas distantes da prática religiosa e sacramental. Num segundo plano, reconduzir católicos que abandonaram a Igreja em favor das igrejas pentecostais e neopentecostais protestantes, espiritismo ou ainda religiões afro como o candomblé.

A RCC delimita de forma incisiva, às vezes agressiva, as fronteiras com os outros grupos presentes no campo religioso brasileiro, sendo seus principais adversários as religiões afro, o espiritismo e o pentecostalismo. [...] Tanto a renovação espiritual, quanto a reconversão na experiência pentecostal católica, constitui-se numa experiência chave para atrair os católicos afastados para dentro da Igreja (DÁVILA, 2000, p. 125).

Vários estudiosos⁷⁴ também coincidem ao identificar a grande valorização dos carismáticos à prática sacramental e à doutrina católica como sendo a representação de um resgate da Igreja romanizada, apesar de todas as tensões e das advertências da Igreja para que a RCC se mantenha dentro das normas oficiais nas suas celebrações litúrgicas. De fato, por meio de nossas observações

⁷³ BENEDETTI (1988; 2001); MARIZ (2001); MACHADO (1996); ORO (1996).

⁷⁴ OLIVEIRA (1978); HÉBRARD (1992); PRANDI (1996).

participativas, percebemos a ênfase que os líderes dão à participação aos sacramentos especialmente a Eucaristia e a Penitência ou Confissão.

Na década de 1970, o Cardeal Suenens identificou os frutos da espiritualidade carismática em um comunicado que foi divulgado no Brasil pela CNBB. Para ele são onze efeitos principais que a RCC gera, efeitos esses que por meio de nossos estudos e observações podemos perceber até hoje:

1. Ela conduz numerosos cristãos a uma relação mais pessoal com Jesus Cristo.
2. Numerosas pessoas fazem nela a experiência de uma conversão radical interior.
3. Constata-se nela, na maioria dos casos, um renascimento da vida sacramental e da devoção a Nossa Senhora, assim como uma redescoberta das riquezas da tradição espiritual da Igreja.
4. Ela suscita um sentido renovado da comunidade eclesial e da participação de todos na sua edificação.
5. Constata-se nela freqüentemente um aprofundamento das relações interpessoais, ou o estabelecimento de relações autênticas onde estavam perturbadas.
6. O amor pela Sagrada Escritura e o desejo de nutrir-se dela é, na Renovação, mais aparente do que no conjunto dos católicos.
7. Nota-se na Renovação também um amor renovado da Igreja e de seus pastores. Em particular, é cuidando de afirmar o apego da Renovação à sede de Pedro que deve ter lugar em Roma...
8. A Renovação permite obter-se uma visão pluriministerial da Igreja, em que cada membro contribui por sua parte à edificação do Corpo.
9. Os grupos e comunidades da Renovação concedem amplo espaço ao ensino e à educação da fé. Fazem geralmente seus membros se beneficiarem de uma formação religiosa sistemática, que tem a vantagem de ser bem ligada a uma experiência de oração comum.
10. A Renovação educa seus aderentes a expressar sua fé e sua oração de uma forma mais global, que põe em jogo toda a pessoa: espírito, afetividade, expressão corporal; e compreende todos os registros da oração cristã: contrição, confiança, alegria, ação de graças, louvor.
11. A ênfase sobre a oração, especialmente sobre a oração de louvor, é um dos maiores traços da Renovação. (Comunicado Mensal da CNBB, agosto/1975, p. 781-782 *apud* DÁVILA, 2000, p. 123-124).

A apostila de formação de lideranças carismáticas também lista os efeitos da RCC sobre aqueles que dela participam. Na verdade seriam as conseqüências do batismo ou efusão do Espírito Santo, que aconteceria com cada pessoa que implorasse a nova vida no Espírito:

- Conversão interior radical e transformação profunda de vida;
 - Luz poderosa para compreender melhor o mistério de Deus e seu plano de salvação;
 - Novo compromisso pessoal com Cristo;
 - Abertura sem restrições à ação do Espírito Santo;
 - Exercício ativo das virtudes teologais: fé, amor e esperança;
 - Entrega generosa ao serviço dos demais, dentro da Igreja;
 - Gosto pela oração e amor à Sagrada Escritura;
 - Busca ardente dos sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia;
 - Revalorização da missão da Virgem Maria no plano da redenção;
 - Amor à Igreja e suas instituições;
 - Força divina para dar testemunho de Jesus em toda parte;
 - Anseio de um ilimitado campo de apostolado.
- (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 39).

Pela realização de seus grandes eventos, a RCC oferece aos fiéis atividades religiosas alternativas e de baixo custo capazes de ampliar a base social do movimento. É notável o quanto os participantes da RCC reforçam entre si e para os que estão “de fora” a identidade pessoal de católicos.

Na sociedade contemporânea, a RCC tem também a característica de localizar a Igreja Católica na linha dos novos movimentos românticos que pregam a volta à grande tradição (LÖWI, 2000, p. 255). Para Löwi tais movimentos representariam uma “visão social de mundo [...] reação contra o modo de vida na sociedade capitalista e crítica à modernidade” (p. 26). Paradoxalmente, o romantismo, segundo Löwi valoriza o indivíduo (subjetividade, voluntarismo) e a comunidade na qual se inserem os indivíduos, vista como conjunto orgânico, vocacionado para a realização de uma utopia histórica como podemos ver na Renovação Carismática ou nos pentecostais e neopentecostais protestantes e até mesmo e mais claramente nas CEBs. De fato, Löwi não deixa de localizar a Teologia da Libertação na linha de tais movimentos românticos, porém, essa não é a nossa discussão no presente trabalho.

Juanes (1994) considera que a RCC é mais do que um movimento. Seria uma “corrente de graça” ou uma “corrente de conversão” que levaria a uma renovação de toda a Igreja e por consequência de toda a sociedade. Essa seria sua utopia histórica: ser um movimento que vem para renovar toda a estrutura da Igreja sem alterar a Teologia vigente, mas contestando também a sociedade altamente e cada vez mais secularizada, ao mesmo tempo em que há uma abertura cada vez maior dessa sociedade ao sagrado. Porém, essa abertura se daria no errôneo campo da Nova Era conforme citamos no capítulo anterior desse trabalho.

A inserção da RCC nos meios de comunicação social acelerou sua expansão e levaram o movimento a se destacar no campo religioso brasileiro. Seja por meio de seus próprios canais de televisão, rádios e portais de internet, seja por meio da mídia secular, a RCC assume a missão de evangelizar de modo renovado como pedia o Concílio Vaticano II e as declarações dos papas.

Esse fato leva também a RCC a merecer a simpatia de muitos bispos e padres, que vêem nela um elemento de combate frente ao uso maciço da mídia eletrônica pelas igrejas pentecostais e ao avanço da religiosidade da Nova Era.

Como já citamos, a RCC traz para a Igreja algumas novidades. A emoção nas expressões rituais, suas concepções de moralidade, a referência mística e miraculosa como recurso de vida espiritual, o incentivo à revivescência espiritual e conversão interior, leva-nos a dizer que, embora tudo indique que a RCC aponte para uma nova subjetividade religiosa dentro da Igreja,

na prática, a RCC não veicula uma nova subjetividade, compreendida essa como alteração de comportamentos e ideologias, mas como uma forma nova de relacionamento com a tradição, *no limite, uma nova forma, mas não um novo conteúdo* (DÁVILA, 2000, p. 307, grifo nosso).

Benigno Juanes (1995) enumera, conforme citamos abaixo, os frutos da RCC à luz do Documento do Encontro Episcopal Latino-americano realizado em La Ceja no ano de 1989.

O encontro não teve repercussão como Puebla, por exemplo, e o documento tinha um caráter mais de pronunciamento do que de exortação e direcionamento. No entanto, os bispos parecem apontar e reconhecer efeitos intensos e abundantes da RCC.

Citamos livremente entre eles: a redescoberta de um Jesus vivo e ressuscitado, com o qual o cristão entra em relação pessoal; a tomada de gosto por uma oração profunda, pessoal e comunitária; conversões pessoais levando a mudanças significativas nas vidas dos fiéis; aumento de vocações ao sacerdócio e à vida religiosa em lugares em que florescem grupos de oração carismáticos; redescoberta da devoção à Virgem Maria; uma nova apreciação da vida sacramental vinculada à redescoberta da Igreja enquanto sinal da presença de Cristo entre os homens etc.

Um dos efeitos que mais tem chamado a atenção da mídia e dos pesquisadores é o aparecimento de numerosas comunidades de aliança e comunidades de vida bem como seu crescimento em todas as regiões do Brasil. Para Hébrard esse tipo de comunidade de renovação representaria uma nova forma de ordem religiosa em moldes laicais (HÉBRARD, 1992, p. 40).

Brenda Dávila fez uma descrição sucinta, mas interessante sobre como seria o funcionamento de tais comunidades.

[As comunidades de aliança] consistem num agrupamento de pessoas entre casados, solteiros e solteiras, profissionais que fazem compromissos privados ou votos dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência. Algumas vezes essas comunidades criam grupos mistos nos quais homens e mulheres, solteiros e casados, partilham de uma moradia

comum. [As comunidades de vida] são grupos com vínculos fortes de autocontrole e comunhão de bens, e buscam reconhecimento canônico em Roma. [Quase sempre] incorporam na sua estrutura religiosos, religiosas e sacerdotes para orientação espiritual (DÁVILA, 2000, p. 63) [acréscimos nossos].

As comunidades de renovação, além de seu aspecto missionário e evangelizador, seriam uma espécie de crítica profética “no sentido de expressar um apelo e uma nova maneira de ser e um sinal concreto de uma nova fraternidade” (RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, 1998, p. 58). Portanto, na sociedade capitalista, mesquinha e secularizada, as comunidades de vida e aliança seriam espaços alternativos de vida cristã que funcionariam como mútuo apoio entre os membros.

Somente um referencial comunitário verdadeiro tem a capacidade de trazer segurança no contexto dessa nova dinâmica social. Ele é o espaço privilegiado no qual acontece a multiplicação das oportunidades fraternas, favorecendo a superação dos problemas gerados pelas condições sociais emergentes (SOUSA, 2003, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1960 foi conturbada em várias partes do mundo. Nessa mesma época a Igreja Católica realizava o Concílio Vaticano II. O Concílio, cujo objetivo era renovar toda a Igreja deixou evidente como essa Igreja compreendia a si mesma e a sociedade, chamada nos documentos conciliares de comunidade humana. A Igreja Católica se reconhece como sendo a portadora da completa verdade revelada enquanto outras manifestações religiosas seriam reflexos imperfeitos da presença de Deus e Cristo no mundo. No entanto, reconhece também a necessidade da tolerância na diversidade, respeitando a liberdade que nos foi dada por Deus.

Percebemos que o Concílio reconheceu que o ser humano tem direitos que são fundamentais para uma existência digna e valorosa, como suas aspirações à vida, à dignidade de pessoa, à honrada liberdade, à cultura, à renovação da ordem social, à justiça, à paz entre outros. A Igreja, por meio do Concílio, se declara a serviço do homem. E aí estaria o grande valor do Concílio: todo ele se orientou à utilidade humana, a religião católica é para a humanidade, ou seja, mostra Deus ao homem para que ele encontre sentido verdadeiro em sua existência.

O Vaticano II também foi lido pelos teóricos como sendo um *aggiornamento* (atualização), cujo um dos efeitos foi o aparecimento de diferentes modalidades de associações e agrupamentos de leigos na Igreja.

Não há como deixar de reconhecer que a estrutura e funcionamento do movimento de Renovação Carismática são sinais de que na Igreja pós-conciliar ocorreu um reordenamento de funções, com abertura para leigos em tarefas outrora tidas como próprias do clero. A emersão do laicato no círculo da evangelização ocorreu concomitantemente com a abertura proporcionada pelo Concílio.

A Renovação Carismática aparece em relação muito profunda com a experiência de Pentecostes e se coloca como o movimento que vem para renovar toda a Igreja. Como já foi mencionado, a Igreja Católica passava por uma grande transformação, esta proporcionada pelo Concílio Vaticano II que visivelmente teve implicações imediatas na Igreja como um todo e também nas Igrejas particulares, ou seja, nas dioceses.

É neste contexto sócio-religioso que, no Brasil, os padres Haroldo Rahm e Eduardo Dougherty iniciaram em Campinas, SP, 1969, as experiências que vieram a se tornar a RCC no Brasil. Pregando a efusão do Espírito Santo, citada em diversos documentos do Concílio Vaticano II, bem como seus dons e carismas, o movimento começou a se espalhar pelo território nacional e continua crescendo na atualidade.

A aceitação da RCC por parte do episcopado brasileiro se deu entre outros motivos, pela força organizacional do movimento, da sua ligação com os setores conservadores da Igreja (nacional e internacional) e da afinidade da sua mensagem religiosa voltada para a recuperação do catolicismo romanizado, porém, reconhecemos que o movimento não faz parte de nenhum projeto de reação conservadora como vêem alguns pesquisadores.

A Renovação Carismática tem respondido aos anseios do homem desiludido, solitário, saturado de informações e buscando um sentido para a vida, além de inovar os métodos de evangelização, saindo do convencional para o ousado, desafiando a hierarquia católica em busca de uma autonomia cada vez maior.

Porém, consideramos também que o movimento nunca teve apoio hegemônico da hierarquia católica brasileira e sua capacidade de expansão deve-se, sobretudo à força da experiência religiosa vivida por seus membros, além da intensa inserção de suas estruturas nos meios de comunicação social como a

Comunidade de Vida e Aliança Canção Nova, que tem sido referencial para grupos de oração e comunidades por todo o território brasileiro por meio da televisão, do rádio e da internet.

É claro que a RCC pode ser inserida entre aqueles movimentos que tentam reencantar o cristianismo, colocando-se na contramão da secularização e do processo de desencantamento do mundo. A RCC, baseada no Concílio, não apenas recupera elementos antigos de religiosidade, mas interpreta o momento atual da sociedade com base em padrões religiosos.

É interessante observar que, apesar de sua estrutura altamente centralizada e clerical, a Igreja consegue absorver variadas experiências carismáticas, mesmo em tensão quase constante com elas. Assim, não identificamos durante a pesquisa nenhuma tendência ao desaparecimento como propõem alguns autores⁷⁵.

Entendemos que a Renovação Carismática deve buscar ser sempre nova, “renovada” e ligada institucionalmente à Igreja ao mesmo tempo em que permanece fiel a suas principais características, a sua identidade, até que, atingindo todos os seus objetivos, ela não seja mais necessária ao mundo e à Igreja.

⁷⁵ DÁVILA (2000); ROLIM (1997).

BIBLIOGRAFIA Citada/Consultada

ABIB, Pe. Jonas. *Céus Novos e uma Terra Nova*. 6ª ed. Cachoeira Paulista, SP, Editora Canção Nova/Edições Loyola, 2000.

_____. *Reinflama o Carisma*. 8ª ed. Cachoeira Paulista, SP, Editora Canção Nova/Edições Loyola, 2003.

AGUADO, Juventino de Castro. *O ocaso da utopia e o despertar do carisma: vivências na Igreja Católica em Ribeirão Preto (1967-1988)*. 1997. 411p. Tese de Doutorado, USP/FFLCH, São Paulo.

ALVES, Felipe Gabriel. Análise do Documento da CNBB: "Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica." *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Inst. Teológico Franciscano. n. 218, p. 385-390, 1995.

ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

AUBERT, Roger. *A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno*. In, ROGIER, L.J. (diretor). *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1975, v.5, t. II e III.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, praça, coração*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1988.

_____. Pentecostalismo, Comunidades Eclesiais de Base e Renovação Carismática Católica. In. *Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de base: uma análise comparada*. Rio de Janeiro: CERIS, Vozes, 2001, p. 43-67.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. Índícios de uma reação conservadora: do Concílio Vaticano II à eleição de João Paulo II. *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro, ISER, 1990, ano 9, n. 39, p. 5-16.

_____. & ALBERIGO, Giuseppe. *História do Concílio Vaticano II*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BOFF, Clodovis. Carismáticos e libertadores da Igreja. *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, n. 237, v. 54, mar/2000, p. 36-53.

BOFF, Leonardo. As bodas de prata da Igreja com os pobres: a Teologia da Libertação. In: _____. *A Teologia da Libertação: balanço e perspectiva*. São Paulo: Ática, 1996.

BORGES Neto. Os católicos carismáticos. *Cadernos do 3º Mundo*. Rio de Janeiro, Ed. Terceiro Mundo. v.14, n. 150, 10/05/1992, 14-17

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo, Ed. Paulinas/Ed. Loyola/ Ed. Ave Maria, Petrópolis, Vozes, 1993.

COMBLIN, José. Os “Movimentos” e a Pastoral Latino-americana. *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Inst. Teológico Franciscano, fasc. 70, junho/1983, p. 227-262.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Orientações Pastorais sobre a Renovação Carismática Católica*. São Paulo: Paulinas, 1994, (Documentos da CNBB, 53).

_____; COMISSÃO EPISCOPAL DE DOCTRINA. *Documento Teologia dos Movimentos*. www.cnbb.org.br Consulta em 11/06/2004.

DÁVILA, Brenda Carranza. *Renovação Carismática Católica: Origens, mudanças e tendências*. Aparecida: Editora Santuário, 2000.

DELOOZ, Pierre. *A autocompreensão atual da Igreja*. In *Concilium*, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja.

Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). [Organização geral Lourenço Costa; tradução Tipografia Poliglota Vaticana]. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos da Igreja).

DOIMO, Ana Maria. Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Petrópolis: Vozes, 1984.

FELLER, Vítor Galdino. Nova Era e Fé Cristã: mútua exclusão!? *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Inst. Teológico Franciscano. n. 218, 10/06/1995, 338-364

FRANCISCO, Crislaine Valéria de Toledo. A Renovação Carismática Católica: "um novo jeito (conservador) de ser Igreja." *Revista USP*. São Paulo. CCS/USP. n.37, 10/05/1998, p.232-235

HÉBRARD, Monique. *Os Carismáticos*. Porto, Portugal, Editorial Perpétuo Socorro, 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1500-1800. Ensaio de Interpretações através dos oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1974.

JUANES, Benigno. *Que é a Renovação Carismática Católica*. São Paulo, Edições Loyola, 1995.

_____. *Introdução aos Carismas*. São Paulo, Edições Loyola, 2001.

LESBAUPIN, Ivo. O Vaticano e a Igreja no Brasil. *Comunicações do ISEI*. Rio de Janeiro: ISEI, ano 9, n. 39, p. 17-32, 1994.

LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. & SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: O Romantismo na contramão da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUSTOSA, O.F., *A Igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*, São Paulo, Paulinas, 1991.

_____, *A presença da Igreja no Brasil*, São Paulo, Giro, 1977.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo, Campinas, SP : 1996

_____. *Adesão religiosa e seus efeitos na esfera privada: um estudo comparativo dos carismáticos e pentecostais do Rio de Janeiro*. 1994. Tese de doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro.

MAINWARING, S., *A Igreja católica e política no Brasil, 1916-1985*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O Pêndulo da História. A Filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800-1960)*. Franca: Unesp, Tese de Livre Docência, 1998.

MARIZ, Cecília Loreto & GUERRA, Lemuel Dourado. Algumas reflexões sobre a reação conservadora na Igreja Católica. *Comunicações do ISER*. Rio de Janeiro: ISER, ano 9, n. 39, 1990, p. 73-78.

_____. Católicos da libertação, católicos renovados e neopentecostais. In. *Pentecostalismo, Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de base: uma análise comparada*. Rio de Janeiro: CERIS, Vozes, 2001, p. 17-42.

MOURA, Odilão., osb. *As idéias católicas no Brasil*. São Paulo, Convívio, 1978.

NUNES, Juan A. Fernandes. *João Paulo II, o eterno peregrino*. Rio de Janeiro: Monterrey, s/d.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. A Renovação Carismática Católica: Notas de Pesquisas. *Cadernos do ISER*, nº 6, 1978, p. 36-47.

ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Petrópolis. RJ, Vozes, 1996.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 1982.

POULAT, Emile. *Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesial da História*. In *Concilium*, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja.

PRANDI, Reginaldo & PEIRUCCI, Antônio Flávio. *A realidade social das religiões no Brasil. Religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec. Departamento de Sociologia da USP, 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. 2 ed. São Paulo: USP, 1998.

RAHM, Pe. Haroldo J. & LAMEGO, Maria J. R. *Sereis Batizados no Espírito*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA, *A Espiritualidade da RCC*. São José dos Campos: Edições Com Deus, 1998. (Escola Paulo Apóstolo, Módulo Básico, Apostila 1)

_____. *... e sereis minhas testemunhas*. Aparecida: Santuário, 1998, Coleção Paulo Apóstolo.

_____. *Doutrina Social*. São José dos Campos: Edições Com Deus, 3ª ed, 2004. (Ministério de Formação, Módulo Básico, Apostila 7)

_____. *Igreja*. São José dos Campos: Edições Com Deus, 3ª ed, 2004. (Ministério de Formação, Módulo Básico, Apostila 8)

ROLIM, Francisco Cartaxo. *O que é Pentecostalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, 188).

_____. Neoconservadorismo eclesialístico e uma estratégia política. *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, jun/89, p. 259-281.

_____. Em torno da Renovação Carismática. *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Inst. Teológico Franciscano n. 218, 10/06/1995, p. 365-384.

SARTÓRI, Luís Maria A., Frei. Carismáticos e a Igreja Católica. *Revista USP*. São Paulo. CCS/USP. n.31, 10/11/1996, p. 132-141

SAUCERROTE, Antônio. *As sucessivas autocompreensões da Igreja vistas por um marxista*. In, *Concilium*, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja.

SILVA, Maria da Conceição. *Vem Espírito Santo, vem: o catolicismo carismático em Goiânia (1973-1998)*. 1998. 170p. Dissertação de Mestrado. FHDSS – Unesp, Franca.

_____. Política e hegemonia na Igreja Católica. Um estudo sobre a Renovação Carismática. Goiânia: Kelps, 2001.

SMET, Walter. *Comunidades Carismáticas*. São Paulo: Loyola, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 2000.

SOUSA, Ronaldo José de. *Ide às encruzilhadas*. Doutrina Social, Renovação Carismática e Opção pelos Pobres. Aparecida: Santuário, 2003

_____. *Fogo sobre a Terra: reavivando a chama na Renovação Carismática*. Aparecida: Ed. Santuário, 2003a.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades de base e educação popular. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis: Vozes. N°164, 1981, p. 686-707.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. “Tipos de comunidad religiosa”. In: *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1992.

WEILER, Anton. *História Eclesiástica e autocompreensão da Igreja*. In, *Concilium*, Revista Internacional de Teologia, Vozes, 1971/7: História da Igreja.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1

Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios

Capítulo 12

¹ Sobre os dons do Espírito, irmãos, não quero que vocês fiquem na ignorância. ² Vocês sabem que, quando eram pagãos, se sentiam irresistivelmente arrastados para os ídolos mudos. ³ Por isso, eu declaro a vocês que ninguém, falando sob a ação do Espírito de Deus, jamais poderá dizer: "Maldito Jesus!" E ninguém poderá dizer: "Jesus é o Senhor!" a não ser sob a ação do Espírito Santo.

⁴ Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; ⁵ diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; ⁶ diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. ⁷ Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. ⁸ A um, o Espírito dá a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; ⁹ a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; ¹⁰ a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. ¹¹ Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer.

¹² De fato, o corpo é um só, mas tem muitos membros; e no entanto, apesar de serem muitos, todos os membros do corpo formam um só corpo. Assim acontece também com Cristo. ¹³ Pois todos fomos batizados num só Espírito para sermos um só corpo, quer sejamos judeus ou gregos, quer escravos ou livres. E todos bebemos de um só Espírito. ¹⁴ O corpo não é feito de um só membro, mas de muitos. ¹⁵ Se o pé diz: "Eu não sou mão; logo, não pertencço ao corpo", nem por isso deixa de fazer parte do corpo. ¹⁶ E se o ouvido diz: "Eu não sou olho; logo, não pertencço ao corpo", nem por isso deixa de fazer parte do corpo. ¹⁷ Se o corpo inteiro fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo ele fosse ouvido, onde estaria o olfato? ¹⁸ Deus é quem dispôs cada um dos membros no corpo, segundo a sua vontade. ¹⁹ Se o conjunto fosse um só membro, onde estaria o corpo? ²⁰ Há, portanto, muitos membros, mas um só corpo. ²¹ O olho não pode dizer à mão: "Não preciso de você"; e a cabeça não pode dizer aos pés: "Não preciso de vocês." ²² Os membros do corpo que parecem mais fracos são os mais necessários; ²³ e aqueles membros do corpo que parecem menos dignos de honra são os que cercamos de maior honra; e os nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com maior decência; ²⁴ os que são decentes não precisam desses cuidados. Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, ²⁵ a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual cuidado uns para com os outros. ²⁶ Se um membro sofre, todos os membros participam do seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros participam de sua alegria. ²⁷ Ora, vocês são o corpo de Cristo e são membros dele, cada um no seu lugar. ²⁸ Aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres... A seguir vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direção e o dom de falar em línguas. ²⁹ Por acaso, são todos apóstolos? Todos profetas? Todos mestres? Todos realizam milagres? ³⁰ Têm todos o dom de curar? Todos falam línguas? Todos as interpretam? ³¹ Aspirem aos dons mais altos. Aliás, vou indicar para vocês um caminho que ultrapassa a todos.

Capítulo 13

¹ Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e dos anjos, se eu não tivesse o amor, seria como sino ruidoso ou como címbalo estridente. ² Ainda que eu tivesse o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência; ainda que eu tivesse toda a fé, a ponto de transportar montanhas, se não tivesse o amor, eu não seria nada. ³ Ainda que eu distribuísse todos os meus bens aos famintos, ainda que entregasse o meu corpo às chamas, se não tivesse o amor, nada disso me adiantaria. ⁴ O amor é paciente, o amor é prestativo; não é invejoso, não se ostenta, não se incha

de orgulho.⁵ Nada faz de inconveniente, não procura seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor.⁶ Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade.⁷ Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.⁸ O amor jamais passará. As profecias desaparecerão, as línguas cessarão, a ciência também desaparecerá.⁹ Pois o nosso conhecimento é limitado; limitada é também a nossa profecia.¹⁰ Mas, quando vier a perfeição, desaparecerá o que é limitado.¹¹ Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Depois que me tornei adulto, deixei o que era próprio de criança.¹² Agora vemos como em espelho e de maneira confusa; mas depois veremos face a face. Agora o meu conhecimento é limitado, mas depois conhecerei como sou conhecido.¹³ Agora, portanto, permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor. A maior delas, porém, é o amor.

Capítulo 14

¹ Procurem o amor. Entretanto, aspirem aos dons do Espírito, principalmente à profecia.² Pois aquele que fala em línguas não fala aos homens, mas a Deus. Ninguém o entende, pois ele, em espírito, diz coisas incompreensíveis.³ Mas aquele que profetiza fala aos homens: edifica, exorta, consola.⁴ Aquele que fala em línguas edifica a si mesmo, ao passo que aquele que profetiza edifica a assembléia.⁵ Eu desejo que vocês todos falem em línguas, mas prefiro que profetizem. Aquele que profetiza é maior do que aquele que fala em línguas, a menos que este mesmo as interprete, para que a assembléia seja edificada.⁶ Suponham, irmãos, que eu vá encontrá-los falando em línguas: como serei útil, se minha palavra não levar para vocês nem revelação, nem ciência, nem profecia, nem ensinamento?⁷ O mesmo acontece com os instrumentos musicais, como a flauta ou a cítara: se não produzirem sons distintos, como reconhecer quem toca a flauta ou quem toca a cítara?⁸ E se a trombeta produzir um som confuso, quem se preparará para a guerra?⁹ Assim também vocês: se a sua linguagem não se exprime em palavras inteligíveis, como se poderá compreender o que vocês dizem? Estarão falando ao vento.¹⁰ No mundo existem não sei quantas espécies de linguagem, e não existe nada sem linguagem.¹¹ Ora, se eu não conheço a força da linguagem, serei como estrangeiro para aquele que fala, e aquele que fala será um estrangeiro para mim.¹² Assim também vocês: já que aspiram aos dons do Espírito, procurem tê-los em abundância para edificarem a Igreja.¹³ Por isso, aquele que fala em línguas deve rezar para que ele mesmo possa interpretá-las.¹⁴ Se rezo em línguas, o meu espírito está em oração, mas a minha inteligência não colhe fruto nenhum.¹⁵ O que fazer então? Rezarei com meu espírito, mas rezarei também com a minha inteligência; cantarei com o meu espírito, mas cantarei também com a minha inteligência.¹⁶ De fato, se é apenas com o seu espírito que você bendiz, como poderá o ouvinte não iniciado dizer "Amém" ao agradecimento que você faz, uma vez que ele não sabe o que você está dizendo?¹⁷ A ação de graças que você faz é sem dúvida valiosa, mas o outro não se edifica.¹⁸ Agradeço a Deus por falar em línguas mais do que todos vocês.¹⁹ Numa assembléia, porém, prefiro dizer cinco palavras com a minha inteligência para instruir também os outros, a dizer dez mil palavras em línguas.²⁰ Irmãos, não sejam como crianças no modo de julgar; sejam adultos.²¹ Está escrito na Lei: "Falarei a este povo por meio de homens de outra língua e por meio de lábios estrangeiros, e mesmo assim eles não me escutarão, diz o Senhor."²² Portanto, as línguas são um sinal, não para os que acreditam, mas para os que não acreditam. A profecia, ao contrário, não é para os incrédulos, mas para os que acreditam.²³ Por exemplo: se a igreja se reunir e todos falarem em línguas, será que os simples ouvintes e os incrédulos que entrarem não vão dizer que vocês estão loucos?²⁴ Ao contrário, se todos profetizarem, o incrédulo ou o simples ouvinte que entrar se sentirá persuadido de seu erro por todos, julgado por todos;²⁵ e os segredos de seu coração serão desvendados; ele se prostrará com o rosto por terra, adorará a Deus e proclamará que Deus está realmente no meio de vocês.²⁶ Que fazer, então, irmãos? Quando vocês estão reunidos, cada um pode entoar um canto, dar um ensinamento ou revelação, falar em línguas ou interpretá-las. Mas que tudo seja para edificação!²⁷ Se existe alguém que fale em línguas, falem dois ou no máximo três, um após o outro. E que alguém as interprete.²⁸ Se não há intérprete, que o irmão se cale na assembléia; fale a si mesmo e a Deus.²⁹ Quanto aos profetas, que dois ou três falem, e os outros profetas dêem o seu parecer.³⁰ Se alguém que está sentado recebe uma revelação, cale-se aquele que está falando.³¹ Vocês todos podem profetizar, mas um por vez, para que todos sejam instruídos e encorajados.³² Os espíritos dos profetas estão submissos aos profetas.³³ Pois Deus não é um Deus de desordem, mas de paz.³⁴ Que as mulheres fiquem caladas nas assembléias, como se faz em todas as igrejas dos cristãos, pois não lhes é permitido tomar a palavra. Devem ficar submissas, como diz também a Lei.³⁵ Se desejam instruir-se sobre algum ponto, perguntem aos maridos em casa; não é conveniente que a mulher fale nas assembléias.³⁶ Por acaso, a palavra de Deus tem seu ponto de partida em vocês?

Ou foram vocês os únicos que a receberam? ³⁷ Se alguém julga ser profeta ou inspirado pelo Espírito, reconheça um mandamento do Senhor nas coisas que estou escrevendo para vocês. ³⁸ Todavia, se alguém não reconhecer isso, é que também Deus não é reconhecido. ³⁹ Portanto, irmãos, aspirem ao dom da profecia e não impeçam que alguém fale em línguas. ⁴⁰ Mas, que tudo seja feito de modo conveniente e com ordem.

(Bíblia Sagrada, Edição Pastoral, Paullus Editora, 1990)

ANEXO 2

Regimento do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica no Brasil - RCC-BR

TÍTULO I

PREÂMBULO

"Como bons dispensadores das diversas graças de Deus, cada um de vós ponha à disposição dos outros o dom que recebeu: a palavra, para anunciar as mensagens de Deus; um ministério, para exercê-lo com uma força divina, a fim de que em todas as coisas Deus seja glorificado por Jesus Cristo. A ele seja dada a glória e o poder por toda a eternidade! Amém" (1pd 4,10-11).

A Renovação Carismática é uma graça com várias manifestações na Igreja Católica, de caráter mundial, mas não uniforme, nem unificado, não possuindo um fundador particular, nem um grupo de fundadores. É uma corrente de graça que permite às pessoas e grupos expressar-se, a partir dela, em diferentes modos e formas de organização. Uma dessas expressões – adiante descrita – é o movimento eclesial da Renovação Carismática, que atua em comunhão com a sé apostólica, aberto a acolher e a representar todas as expressões carismáticas. É composta de indivíduos, grupos e atividades, com estilos freqüentemente diferentes uns dos outros, com diferentes graus de participação e modos de desenvolvimento. Contudo, participam da mesma experiência fundamental de pentecostes e buscam os mesmos objetivos gerais, professam a mesma doutrina em comunhão com o magistério da Igreja e possuem um patrimônio de espiritualidade que lhes é próprio.

Este modelo de relações sumamente flexíveis se encontra em nível diocesano e nacional, e, no caso do Brasil, também em nível estadual, bem como em âmbito internacional. Tais relações se caracterizam muito freqüentemente por sua liberdade de associação, diálogo e colaboração, mais que por uma estrutura organizada.

A Renovação Carismática Católica, através do escritório internacional (ICCRS), tem seus estatutos de serviço reconhecidos pela Santa Sé, por meio do decreto nº. 1.565/93 AIC-73 "Oficium Consilium Pro Laicis", conforme o cânon 116, do código de Direito Canônico. Atua, em comunhão com o sucessor de Pedro, que busca "... a redescoberta da presença e ação do espírito, que age na igreja, quer sacramentalmente, sobretudo mediante a confirmação, quer através de múltiplos carismas, cargos e ministérios por ele suscitados para o bem dela...", (T.M.A., 45), propiciando assim a seus membros uma constante e progressiva renovação espiritual.

A Renovação Carismática Católica esforça-se para descobrir, no Senhor, a dimensão do serviço. Nela, mais do que como um governo, a liderança se caracteriza como um oferecimento de serviço para aqueles que o desejam. (estatuto do ICCRS – preâmbulo I e II)

A fim de melhor caracterizar o serviço da liderança, organizou-se no Brasil um Conselho Nacional para conservar o vínculo da unidade, representar as diversas expressões carismáticas, organizar o serviço de evangelização, que se expande com grande pluralismo de expressões e com iniciativas inumeráveis de vida e de ação apostólica, assim como para facilitar o exercício do discernimento da caminhada, é a este conselho que se destina o presente regimento.

Conceituação de Conselho Nacional

O Conselho Nacional é órgão permanente da Renovação Carismática Católica no Brasil (RCC-BR) que se organiza em âmbito nacional para exercer junto ao movimento o carisma da coordenação, no qual se distinguem os seguintes serviços: evangelização, formação, administração, pastoreio e liderança. Uma de suas características é abrir-se a todas as expressões carismáticas, cumprindo, em seu jeito de ser Igreja, o desejo de Jesus, que disse: *"que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste"* (JO 17,21).

TÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL

CAPÍTULO I

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 1º. O Conselho Nacional, autoridade de serviço, de discernimento e comunhão da Renovação Carismática Católica no Brasil, é deliberativo e constitui-se pelos seguintes membros:

- I - Presidente do Conselho Nacional;
- II - Presidentes dos Conselhos Estaduais e Presidente do Conselho do Distrito Federal;
- III - Último ex-presidente do Conselho Nacional.

Art. 2º. Ao Conselho Nacional Compete:

- I - zelar pela unidade da Renovação e promovê-la, quer seja interna ou externamente;
- II - discernir e decidir sobre propostas que lhe forem apresentadas, objetivando um melhor desempenho da RCC-BR;
- III - organizar, por meio de planos, a evangelização no âmbito da Renovação;
- IV - zelar pela realização dos seus planos;
- V - propor, deliberar e organizar eventos em âmbito nacional e outros de sua competência e orientação, por meio dos organismos específicos;
- VI - homologar os nomes indicados pelo Presidente do Conselho Nacional para os serviços e ministérios;
- VII - Reunir-se em Assembléias nos casos previstos neste Regimento.

§ 1º – A Presidência zelará fielmente pelo cumprimento das deliberações do Conselho.

§ 2º – As Comissões colaborarão com o Conselho, a fim de que este cumpra seu mister.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS DO CONSELHO NACIONAL

Art. 3º. Os seguintes órgãos integram o Conselho Nacional:

- I - Assembléias Geral e Extraordinária;
- II - Presidência;
- III - Órgãos de assessoria e consultoria.

Art. 4º. Sem prejuízos de outras colaborações que se fizerem necessárias, a consultoria e a

assessoria poderão ser prestadas ao Conselho Nacional:

- I - pela representação episcopal designada pela CNBB para a Renovação Carismática Católica;
- II - pelo Assistente Espiritual dos Membros do Conselho Nacional da RCC-BR;
- III - pelos ex-presidentes do Conselho Nacional, homologados pela Assembléia Geral;
- IV - pelos representantes do Brasil no ICCRS (International Catholic Charismatic Renewal Service) e no CONCCLAT (Conselho Carismático Católico Latino Americano);
- V - pelos membros convidados e homologados pelo Conselho Nacional;
- VI - pelos membros da Comissão Permanente de Administração, no exercício de seus respectivos cargos;
- VII - pelo Presidente da Fraternidade de Comunidades;
- VIII - pelos membros do Conselho Fiscal;
- IX - pelos Coordenadores de Ministérios Nacionais;
- X - pelos coordenadores das Comissões do Conselho Nacional;
- XI - pelo Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica;
- XII - pelo Assessor Teológico.
- XIII - Pelo Assessor para Serviços Litúrgicos.

§ 1º – O Assistente Espiritual dos membros do Conselho Nacional da RCC-BR deverá ser um sacerdote aberto à identidade do Movimento da Renovação Carismática Católica, que tenha adequado conhecimento de sua espiritualidade, de suas expressões e de seus métodos de atuação no serviço de formação e evangelização de seus membros e que observe o ensinamento do Papa, que diz: *“O padre não pode prestar seus serviços em favor da Renovação a não ser que adote uma atitude acolhedora para com ela, baseada no desejo que partilha com cada cristão pelo batismo, de crescer nos dons do Espírito Santo”* (Discurso aos dirigentes da Renovação Carismática, em 7 de maio de 1981. L’Osservatore Romano, ed. portuguesa, 17 de maio de 1981, p. 4. 4).

§ 2º – A função do Assessor Teológico é ajudar o Movimento a praticar permanentemente o discernimento, bem como a formular teologicamente sua presença na Igreja, enquanto espiritualidade, instruindo-o e exortando-o, e sobretudo zelando para que a Doutrina do Magistério seja observada em seus ensinamentos e ações, garantindo assim a catolicidade da Renovação em todas as suas expressões, em comunhão com toda a Igreja.

§ 3º – As assessorias e consultorias, salvo as prestadas pela Comissão Episcopal ou por outros bispos designados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, terminam com o mandato do Presidente do Conselho.

CAPÍTULO III

DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art. 5º - O Conselho Nacional reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

Parágrafo único. Lavrar-se-ão atas das reuniões.

Artigo 6º – As reuniões do Conselho serão presididas por seu Presidente, ou por quem o Conselho designar, na ausência daquele.

Art. 7º - A participação nas reuniões, de forma completa, constitui, para os Conselheiros, dever decorrente da natureza dos seus cargos, e para os assessores e consultores, constitui compromisso inescusável, salvo motivo de força maior, sempre que forem convocados.

Art. 8º - As deliberações do Conselho serão obtidas por maioria simples, salvo nos casos excepcionados por este Regimento e pelo Estatuto do Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica no Brasil.

TÍTULO III

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS E EXTRAORDINÁRIAS

CAPÍTULO I

COMPOSIÇÃO E REUNIÕES

Art. 9º. As Assembléias Gerais e Extraordinárias são constituídas pelos membros do Conselho Nacional, quando se reúnem com a finalidade de ser Assembléia.

§ 1º – Reunir-se-á a Assembléia, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada para tal fim.

§ 2º – Deverão convocar Assembléias:

a) Ordinária Geral: o Presidente do Conselho Nacional, no segundo semestre de cada ano, e o Conselho Fiscal, caso aquele retarde por mais de 06 (seis) meses tal convocação;

b) Extraordinária: Presidente do Conselho Nacional e o Conselho Fiscal, a qualquer tempo, sempre que motivos graves o exigirem.

§ 3º – Poderão convocar Assembléias Gerais e Extraordinárias, um quinto dos membros do Conselho Nacional, quando o Presidente do Conselho ou o Conselho Fiscal, devendo fazê-lo, não o fizerem, ou quando houver outros motivos que as justifiquem.

§ 4º – Havendo motivos de força maior que impeçam suas realizações, as Assembléias poderão não ser convocadas, ficando, quem decidir por não convocá-las com base em tais motivos, sujeito a ter seus atos invalidados por outra Assembléia, posteriormente convocada.

Art. 10º. As reuniões das Assembléias serão presididas pelo Presidente do Conselho Nacional, e, em sua ausência, por quem o Conselho designar.

Parágrafo único. Lavrar-se-ão atas das reuniões.

Art. 11º. – A participação nas reuniões, de forma completa, constitui, para os Conselheiros, dever decorrente da natureza dos seus cargos, e para os assessores e consultores, constitui compromisso inescusável, salvo motivo de força maior, sempre que forem convocados.

Art. 12. As deliberações das Assembléias serão obtidas por maioria simples, salvo nos casos excetuados por este Regimento e pelo Estatuto do Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica no Brasil.

Art. 13. As convocações para as Assembléias dar-se-ão com um mínimo de trinta dias de antecedência de sua realização.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14. Compete à Assembléia Geral deliberar soberanamente a respeito de qualquer assunto

inerente à Renovação Carismática Católica no Brasil, mas, especialmente:

- I - eleger o Presidente do Conselho Nacional, bem como afastá-lo e destituí-lo nos casos previstos no Estatuto do Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica no Brasil;
- II - Votar alteração deste Regimento;
- III - estabelecer normas, critérios, diretrizes e orientações que auxiliem a RCC-BR a cumprir seus objetivos;
- IV - discernir sobre os rumos que o Movimento deve seguir no Brasil;
- V - apreciar e aprovar orçamentos, balanços anuais e votar pareceres apresentados pelo Conselho Fiscal;
- VI - apreciar, deliberar e votar os casos omissos deste Regimento;
- VII - instituir o Conselho Fiscal;
- VIII - criar, homologar ou extinguir as Comissões do Conselho Nacional;
- IX - zelar pelo aprofundamento da espiritualidade específica da RCC-BR, seja vigiando, exortando, ensinando ou, especialmente, praticando os ensinamentos que a Renovação ministra.

SEÇÃO II

DAS ASSEMBLÉIAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 15. Compete à Assembléia Geral Extraordinária deliberar e decidir exclusivamente sobre os assuntos que constarem da pauta de sua convocação.

Parágrafo único. Eventualmente, a Assembléia Extraordinária poderá deliberar sobre outros assuntos julgados oportunos.

TÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

CAPÍTULO I

REQUISITOS ESSENCIAIS

Art. 16. Poderão ser indicados para concorrerem à eleição de Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica, as pessoas leigas que:

- I - Tiverem ilibada reputação moral, social e espiritual;
- II - Estiverem participando ativamente da Renovação Carismática Católica, em comunhão com suas devidas instâncias de coordenação, há pelo menos dez anos.

CAPÍTULO II

DAS ELEIÇÕES, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

SEÇÃO I

DAS ELEIÇÕES

Art. 17. O voto para a eleição do Presidente do Conselho Nacional será secreto.

Art. 18. As eleições serão presididas por quem não seja candidato.

§ 1º. As eleições devem ocorrer sempre no segundo semestre do ano em que se finda o mandato do presidente em exercício.

§ 2º. Após a indicação dos candidatos, caso o Presidente do Conselho esteja entre eles, a Assembléia designará um Presidente ad hoc para dirigir a eleição.

Art. 19. A Assembléia de eleição será instalada, em primeira ou em segunda convocação, com a presença de pelo menos 50% dos membros do Conselho Nacional, e em terceira convocação, com qualquer número.

Parágrafo único. Entre as convocações deverá decorrer, no mínimo, trinta minutos e, no máximo, uma hora.

Art. 20. Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos e apurados, segundo o seguinte procedimento:

- a) em escrutínio secreto, vedada expressamente toda manifestação verbal, os membros da Assembléia indicarão nomes para concorrerem à eleição, que, para participarem do pleito, deverão aceitar a indicação;
- b) realizar-se-á discernimento sobre os nomes apresentados para avaliar a viabilidade e a pertinência das indicações, podendo ser excluídos do rol de candidatos os nomes daqueles que não preencherem os requisitos do artigo 16, incisos I e II, deste Regimento;
- c) será eleito o candidato que obtiver em primeira ou em segunda votação a maioria de 2/3 (dois terços) dos votos válidos e apurados;
- d) caso nenhum candidato obtenha a votação de dois terços, far-se-á outro escrutínio entre os dois mais votados, quando eleger-se-á aquele que obtiver 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, mais 1 (um).

SEÇÃO II

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 21. O Presidente será empossado, perante o Conselho Nacional, por quem presidiu a eleição, na mesma assembléia que o elegeu.

Art. 22. O Presidente entrará em exercício no primeiro dia do ano seguinte ao ano da eleição.

Art. 23. Os Presidentes, que terminam e que iniciam mandato, devem diligenciar no sentido de que nada embarace o exercício do novo mandato.

Art. 24. A não prestação de contas do Presidente anterior não servirá de obstáculo ao exercício do mandato pelo novo Presidente.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 25. Ao Presidente do Conselho Nacional, além das atribuições próprias e inerentes ao seu cargo, compete:

- I - presidir e administrar o Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica, podendo para tanto contratar e demitir funcionários, contratar serviços e parcerias, resilir e rescindir contratos, bem como executar tudo o mais que for necessário para desempenhar suas funções, bem como para alcançar os objetivos fixados para a RCC-BR;
- II - presidir e convocar a Assembléia Geral, uma vez no segundo semestre de cada ano;
- III - presidir e convocar o Conselho Nacional, uma vez no primeiro semestre de cada ano;
- IV - presidir e convocar a Assembléia Geral Extraordinária, sempre que se fizer necessário;
- V - presidir e convocar o Conselho Nacional, para reunião extraordinária, sempre que for necessário;

VI - presidir ou nomear alguém para presidir todos os eventos em âmbito nacional e outros da mesma natureza;

VII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Nacional e das Assembléias;

VIII - exercer a função de representante legal da RCC-BR, em todas as instâncias, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele e representá-la com amplos e irrevogáveis poderes junto a todos os Poderes constituídos, podendo, para tanto, acordar, concordar, discordar, propor, receber, pagar e tudo o mais que for necessário para o bom e fiel exercício do cargo e da função;

IX - assinar cheques e movimentar contas bancárias em conjunto com os tesoureiros;

X - representar a RCC-BR no Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos, no CONCCLAT (Conselho Carismático Católico Latino Americano) e demais instâncias da Igreja ou fora dela;

XI - representar a RCC-BR no ICCRS (Internacional Catholic Charismatic Renewal Service), respeitando-se o seu Estatuto ou Regimento, e especificamente o tempo de mandato. Findo o seu mandato no ICCRS, e mesmo havendo possibilidade de reeleição, poderá indicar como seu sucessor o presidente em exercício na RCC-BR.

XII - nomear representantes ou procuradores da RCC-BR, junto a todas as instâncias da Igreja ou fora dela, e nas demais atividades ou eventos;

XIII - nomear os Coordenadores Nacionais de ministérios, que deverão ser homologados pelo Conselho Nacional oportunamente;

XIV - nomear a Comissão Permanente de Administração, que deverá ser homologada oportunamente pelo Conselho Nacional, constituída de Secretário Geral, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro;

XV - participar, como membro nato, consultiva e deliberativamente, das Comissões do Conselho Nacional;

XVI - indicar o Assistente Espiritual do Conselho Nacional, que deverá ter o seu nome homologado pelo próprio Conselho;

XVII - apresentar ao Conselho Nacional, para fins de aprovação, os nomes dos coordenadores de Comissões;

XVIII - prestar contas de sua administração uma vez por semestre, perante o Conselho Nacional, incluindo, principalmente, relatórios de movimentações financeiras.

XIX - nomear secretário(a) do Conselho para fins de assessoramento ao Presidente durante as reuniões e lavrar as atas respectivas.

Art. 26. O Presidente do Conselho Nacional responde, perante o Conselho, por todos os seus atos afetos à Administração do Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica no Brasil, bem como pela condução da própria RCC-BR.

CAPÍTULO IV

DA PERDA DO MANDATO

Art. 27. O Presidente do Conselho Nacional poderá perder o mandato nos seguintes casos:

- I - não desempenhar as funções ou não cumprir os deveres e obrigações que este Regimento ou o Estatuto do Escritório Administrativo da RCC-BR lhe atribuem;
- II - perder os requisitos essenciais exigidos para a eleição, discriminados no artigo 16 e seus incisos;
- III - demonstrar, no exercício de suas funções, inaptidão para o cargo.

Art. 28. A convocação da Assembléia para destituição do Presidente do Conselho Nacional poderá ser feita por 1/5 dos seus membros e a proposta de destituição do cargo deverá ser apresentada por 1/3 dos Conselheiros, em votação secreta, durante a referida Assembléia.

Art. 29. Após a apresentação da proposta de destituição a Assembléia dará prioridade à sua apreciação, conforme o seguinte rito:

- I - a Assembléia designará um Presidente ad hoc para conduzir os procedimentos de destituição;
- II - o Presidente será destituído pela maioria de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a

maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

III - a quantidade de convocação será limitada ao número de quatro;

IV - a destituição será decidida em votação secreta;

V - a votação será antecedida por discernimento reflexivo, realizado na forma descrita abaixo:

a) no discernimento reflexivo serão analisados os pontos positivos para justificar a permanência do Presidente no cargo e os negativos que poderiam contra-indicar o Presidente para continuar no exercício do cargo;

b) durante o discernimento reflexivo não poderá ser omitido nenhum fato que poderia contra-indicar o Presidente para o exercício da Presidência;

c) para a realização do discernimento reflexivo a assembléia poderá ser dividida em grupos;

d) durante o discernimento reflexivo deverá ser dada especial atenção à oração e ao discernimento carismático;

e) do discernimento reflexivo participarão os consultores e assessores;

TÍTULO V

ÓRGÃOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E SERVIÇO

Art. 30. O Conselho contará com assessoria e consultoria dos seguintes órgãos:

I - Comissão Permanente de Administração;

II - Conselho Fiscal;

III - Associação civil sem fins lucrativos;

IV - Comissões do Conselho Nacional;

V - Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica;

VI - Núcleos dos Ministérios Nacionais.

CAPÍTULO I

COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I

COMPOSIÇÃO

Art. 31. A Comissão permanente de Administração é regida por este Regimento e pelo Estatuto do Escritório Administrativo, sendo composta de secretário geral, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro;

SEÇÃO II

ATRIBUIÇÕES

Art. 32. Além das funções que lhes são atribuídas pelo Estatuto do Escritório Administrativo, também lhe compete:

I - Secretário Geral:

a) substituir o presidente na sua ausência;

b) no caso de vacância da Presidência, assumi-la interinamente, convocando eleições para eleger outro Presidente do Conselho no prazo máximo de 90 dias;

II - Primeiro Tesoureiro: gerenciar a tesouraria do ESCRITÓRIO, arrecadar as contribuições de todas as naturezas e espécies, efetuar todos os pagamentos autorizados, apresentar balancetes mensais, balanços anuais, balanço de término de mandato, ou quando solicitados pelo Conselho Nacional ou Conselho Fiscal, efetuar previsão mensal de receitas e despesas, inventariar juntamente com o Primeiro Secretário os bens patrimoniais do ESCRITÓRIO, assinar cheques e movimentar contas bancárias juntamente com o Presidente do Conselho Nacional.

III - Segundo Tesoureiro: auxiliar o Primeiro Tesoureiro em todas as funções próprias e inerentes à Tesouraria e outras atividades pertinentes, assinar cheques e movimentar contas bancárias juntamente com o Presidente do Conselho Nacional e substituir o Primeiro Tesoureiro em seus afastamentos ou impedimentos.

Parágrafo Primeiro – O Presidente poderá solicitar licença para afastar-se do exercício de suas funções por noventa dias, podendo renovar o pedido por igual período.

Parágrafo Segundo – Considera-se vacância a ausência injustificada, e ininterrupta, por mais de trinta dias.

Parágrafo Terceiro – Considera-se vacância a ausência intermitente, por qualquer motivo, por mais de cento e oitenta dias.

CAPÍTULO II

CONSELHO FISCAL

SEÇÃO I

COMPOSIÇÃO

Art. 33. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos.

SEÇÃO II

ATRIBUIÇÕES

Art. 34. Além das atribuições discriminadas no Estatuto do Escritório Administrativo da RCC-BR, o Conselho Fiscal deverá assessorar o Conselho Nacional em todas as atividades relacionadas com o controle da obtenção e da aplicação de numerário, especialmente apresentando relatórios anuais de contas, bem como em qualquer época, quando necessário ou solicitado.

CAPÍTULO III

COMISSÕES DO CONSELHO NACIONAL

CONCEITO – COMPOSIÇÃO – DISPOSIÇÕES GERAIS – ESPÉCIES

Art. 35. As Comissões do Conselho Nacional são órgãos de assessoria e consultoria.

§ 1º. As Comissões serão compostas pelo Presidente do Conselho Nacional, por um coordenador e por membros convidados, conforme a necessidade exigir. Além desses membros, cada Comissão deverá ter dois conselheiros Nacionais.

§ 2º. Os Conselheiros poderão participar de mais de uma Comissão, mas poderão coordenar somente uma.

§ 3º. O Coordenador da Comissão deverá ter seu nome aprovado pelo Conselho Nacional.

§ 4º. Cada Comissão terá seus objetivos e suas metas delineadas num plano de trabalho, específico

e particular a cada uma delas, apresentado ao Conselho Nacional, pelo seu coordenador, na reunião seguinte à sua posse, para apreciação.

§ 5º. Cada Comissão deverá se reunir quantas vezes julgar necessário para alcançar seus objetivos, traçados no seu plano de trabalho, zelando sempre pela unidade e estreita colaboração com as demais Comissões.

§ 6º. O Conselho Nacional organizará as Comissões em Vade-Mécum, onde disciplinará suas atribuições e funcionamento.

§ 7º. Comissões poderão ser criadas ou extintas, desde que aprovadas pelo Conselho Nacional. Mantém-se, na promulgação deste Regimento, as seguintes comissões: Comissão de Unidade, Comissão de Formação Nacional, Comissão de Finanças e Comissão de Comunicação.

§ 8º. Além do que dispõe o parágrafo primeiro deste artigo, para fins de articulação e realização das atividades formativas, integram a Comissão de Formação Nacional os coordenadores dos seguintes ministérios, em nível nacional: Ministério de Formação, Ministério Jovem, Ministério para a Família, Ministério para Seminaristas - RENASEM, Ministério para Sacerdotes, Ministério para Religiosas, Ministério de Pregação, Ministério de Intercessão, Ministério de Promoção Humana, Ministério de Fé e Política, Ministério de Oração por Cura e Libertação, Ministério Universidades Renovadas, Ministério das Artes, e Ministério de Comunicação Social.

Art. 36. As Comissões respondem, perante o Conselho Nacional, pelo cumprimento dos planos afetos à sua área de atuação.

Art. 37. Por ocasião da reunião do Conselho, realizada no segundo semestre de cada ano, as comissões apresentarão seus planos para o ano vindouro, incluindo estimativa de gastos financeiros.

Art. 38. Anualmente, no mês de janeiro, as Comissões apresentarão ao Presidente do Conselho Nacional relatório circunstanciado de suas atividades relativas ao ano anterior.

Parágrafo único. O Presidente apresentará os relatórios ao Conselho Nacional durante a assembléia do primeiro semestre de cada ano.

CAPÍTULO IV

MINISTÉRIOS

CONCEITO – COMPOSIÇÃO – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. Ministérios, no âmbito da Renovação Carismática Católica, são atividades evangelizadoras que configuram um conjunto amplo de funções que se fundam no amor e em algum outro carisma, para serem realizadas em unidade, respeitando a variedade, na forma de um serviço bem determinado, para atender a exigências permanentes da comunidade e da missão, de modo estável e responsável, mediante o reconhecimento e o acolhimento da comunidade eclesial.

§ 1º. Perante o Conselho Nacional, os ministérios serão compostos por representantes dos serviços de evangelização desenvolvidos pela Renovação Carismática Católica.

§ 2º. Os Coordenadores de ministérios, em âmbito nacional, serão escolhidos na forma dos artigos 2, VI e 25, XIII deste regimento.

§ 3º. Os objetivos e metas dos ministérios, relativos a formação, integrarão, de forma particularizada, os objetivos e metas da Comissão a que pertencem.

§ 4º. Os ministérios deverão elaborar subprojetos que contemplem a identidade e a missão da Renovação Carismática Católica, em consonância com o Plano de Formação da Renovação, e

atualizá-los regularmente.

§ 5º. Anualmente, no mês de dezembro, os ministérios deverão entregar ao Coordenador da Comissão de Formação Nacional, relatório circunstanciado de suas atividades formativas.

§ 6º. Cada ministério deverá encaminhar seus membros à formação dos demais ministérios, a começar pelo Módulo Básico da Renovação.

§ 7º. Os ministérios poderão ser criados ou extintos, desde que aprovados pelo Conselho Nacional.

§ 8º. O Conselho Nacional organizará os ministérios em Vade-Mécum, onde disciplinará suas atribuições e funcionamento.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. A posse e investidura em cargos, funções, serviços, ministérios, assessorias e consultorias, dada a pessoas convidadas pelo Presidente do Conselho Nacional, só terão validade enquanto este estiver em exercício ou licenciado na forma do parágrafo primeiro do artigo 32 deste Regimento.

Parágrafo único. A critério do Presidente do Conselho Nacional, os ocupantes de cargos, funções, serviços, ministérios, assessorias e consultorias poderão ser convidados, nomeados, substituídos ou dispensados a qualquer tempo, com homologação do Conselho Nacional, oportunamente.

Art. 41. Os cargos ou funções ocupados pelos conselheiros tornam-se vagos quando não mais pertencerem ao Conselho Nacional.

Art. 42. Os casos omissos ou não previstos nesse Regimento, serão decididos, soberanamente, pela Assembléia Geral.

Art. 43. O presente Regimento poderá ser revisto, anualmente, mediante proposta do Presidente do Conselho Nacional ou de um quinto dos seus membros.

§ 1º. As propostas de reforma serão decididas pela maioria de dois terços dos presentes à assembléia convocada para tal fim.

§ 2º. As deliberações sobre reformas regimentais dar-se-ão, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta (cinquenta por cento mais um) dos membros do Conselho, e, em segunda, com a presença de apenas um terço.

Art. 44. Excepcionalmente, o mandato do atual Presidente, Reinaldo Beserra dos Reis, por decisão do Conselho Nacional, vai de Abril de 2.000 até o dia 31 de Dezembro de 2.004.

Art. 45. O presente Regimento, devidamente aprovado pelo Conselho Nacional, entrará em vigor no dia 17 de outubro de 2003.

Sorocaba-SP, 17 de outubro de 2003

www.rccbrazil.org.br com consulta em 25/08/2005

ANEXO 3

Estatuto do Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica do Brasil

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO – DOS FINS – DA DURAÇÃO – DA FUNÇÃO – DA SEDE – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 1º – O ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DO BRASIL (RCC-BR), aqui denominado simplesmente ESCRITÓRIO, é uma sociedade civil de direito privado, composta de uma associação de fiéis católicos, sem associados inscritos, sem objetivos econômicos, sem fins lucrativos, de fins religiosos, sociais, culturais e filantrópicos, com duração por tempo indeterminado, e que tem a função de ser um órgão a serviço da Renovação Carismática Católica, da Igreja Católica Apostólica Romana, da qual é parte integrante, com sede e foro jurídico na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Arthur Martins, 137 – Centro, CEP: 18035-250, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas leis vigentes no País e pelas normas do Direito Canônico, com personalidade jurídica distinta da de seus membros, os quais não respondem solidariamente, em qualquer hipótese, com as obrigações por ele contratadas.

Parágrafo Primeiro – A sede administrativa do ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO, é transferida da Rua Santa Clara, nº 56, Centro – CEP: 18030-420, Sorocaba/SP para a Rua Dr. Arthur Martins nº 137, Centro – CEP: 18035-250, Sorocaba/SP.

Parágrafo Segundo – Para objetivar suas atividades o ESCRITÓRIO administrará todos os recursos financeiros necessários ao desempenho do Conselho Nacional, de suas comissões e secretarias.

Artigo 2º – Em caso de dissolução do ESCRITÓRIO e de órgãos vinculados a ele juridicamente, não caberá a nenhum de seus membros pleitear ou mesmo reclamar direitos ou indenizações a qualquer título, forma ou pretexto, e a dissolução só se fará por decisão do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil, dentro dos limites legais e estatutários, que também decidirá sobre a destinação dos seus bens.

Parágrafo Primeiro – Todos os membros de quaisquer equipes, comissões, secretarias, ministérios, serviços ou coordenações da Renovação Carismática Católica, em quaisquer instâncias, sem exceção, prestarão serviços de natureza gratuita ao Movimento, sem vínculo trabalhista, portanto sem direito a remuneração, a qualquer título ou a qualquer pretexto, em nenhuma ocasião e hipótese.

Parágrafo Segundo – A prestação de serviços ao ESCRITÓRIO, observados os requisitos legais, poderá ser a título oneroso ou gratuito.

Artigo 3º – O ESCRITÓRIO auferirá suas rendas a partir de todas e quaisquer atividades promovidas pelo Conselho Nacional, diretamente ou por intermédio de suas comissões, secretarias, serviços ou ministérios, bem como aquelas oriundas de doações, contribuições, comissões, direitos autorais de livros, revistas, fitas de vídeo ou de áudio, discos de reprodução fonográfica, discos de reprodução de texto, patrocínios, eventos, cursos, parcerias, produção e distribuição de materiais de produtos destinados à evangelização e outras relacionadas às suas atividades e fins propostos, cujos proventos deverão necessariamente ser depositados e movimentados a partir de contas bancárias abertas para este fim, em nome do Escritório Administrativo da Renovação Carismática Católica do Brasil.

Parágrafo Primeiro – Todos os proventos, de qualquer origem, destinados à Renovação Carismática Católica, serão administrados pelo ESCRITÓRIO e auditados pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Compete aos conselhos estaduais e diocesanos, comunidades e associações, filiados à RCC-BR, contribuir mensalmente para com o ESCRITÓRIO, com valores estipulados e aprovados pelo Conselho Nacional.

Artigo 4º – O ESCRITÓRIO será administrado diretamente pelo Presidente do Conselho Nacional sempre com assessoramento da Comissão Permanente de Administração.

Parágrafo Único – O Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil deverá ser composto pelo seu Presidente, pelos Presidentes dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, bem como pelo presidente do Conselho que precedeu o atual.

CAPÍTULO II

DA PRESIDÊNCIA

SEÇÃO I

DOS REQUISITOS ESSENCIAIS E DA ELEIÇÃO

Artigo 5º – A Presidência do Conselho Nacional deverá ser exercida por pessoa leiga, eleita pelo Conselho Nacional para um mandato de quatro anos, que deverá iniciar e terminar coincidentemente com o ano civil, podendo ser reeleita por mais um mandato de quatro anos.

Parágrafo Primeiro – Para exercer a Presidência do Conselho Nacional, a pessoa deverá preencher ainda os seguintes requisitos:

- I - ter ilibada reputação moral, social e espiritual;
- II - estar participando ativamente da Renovação Carismática Católica, em comunhão com suas devidas instâncias de coordenação, há pelo menos dez anos.

Parágrafo Segundo – As pessoas para serem eleitas devem, em princípio, alcançar dois terços ou mais dos votos válidos e apurados em 1º ou em 2º escrutínio, ou em 3º, com a maioria simples dos votos válidos e apurados, conforme disposições do Regimento da Renovação Carismática Católica do Brasil.

SEÇÃO II

DA PERDA DO MANDATO

Artigo 6º – O Presidente do Conselho Nacional poderá perder o mandato nos seguintes casos:

- I - não desempenhar as funções ou não cumprir os deveres e obrigações que este estatuto ou o Regimento do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil lhe atribuem;
- II - perder os requisitos essenciais exigidos para a eleição, discriminados no artigo 5º e seus incisos;
- III - demonstrar, no exercício de suas funções, inaptidão para o cargo.

Artigo 7º – A convocação da Assembléia para destituição do Presidente do Conselho Nacional poderá ser feita por 1/5 dos membros do Conselho Nacional;

Artigo 8º – Após a apresentação da proposta de destituição o Conselho ou a Assembléia dará prioridade à sua apreciação, conforme o seguinte rito:

- a) a Assembléia ou o Conselho designará um Presidente ad hoc para conduzir os procedimentos de destituição;

b) o Presidente será destituído pelo voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos membros do Conselho Nacional, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

c) a destituição será decidida em votação secreta;

d) a votação será antecedida por discernimento reflexivo, conforme estatui o Regimento do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA

Artigo 9º– Além das atribuições próprias e inerentes ao cargo, o Presidente terá por competência:

I - presidir e administrar o Escritório, podendo para tanto contratar e demitir funcionários, contratar serviços e parcerias, resilir e rescindir contratos, bem como realizar tudo o mais que for necessário para realizar as atividades e alcançar os objetivos fixados para a RCC-BR;

II - representar legalmente o Escritório, em todas as instâncias, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e representá-la com amplos e irrevogáveis poderes junto a todos os Poderes constituídos, podendo para tanto acordar, concordar, discordar, propor, receber, pagar, nomear procuradores e tudo o mais que for necessário para o bom e fiel exercício do cargo e da função;

III - assinar cheques e movimentar contas bancárias, sempre em conjunto com um dos tesoureiros;

IV - nomear representantes ou procuradores da RCC-BR, junto a todas as instâncias da Igreja;

V - nomear a Comissão Permanente de Administração, que deverá ser homologada oportunamente pelo Conselho Nacional, constituída de secretário geral, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro;

Parágrafo Primeiro – Compete ao Secretário Geral exercer funções de assistência ao Presidente do Conselho Nacional, nas atribuições próprias e inerentes ao cargo.

Parágrafo Segundo – Compete ao Primeiro Secretário executar todas as funções próprias e inerentes à secretaria do ESCRITÓRIO.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Segundo Secretário auxiliar o Primeiro Secretário em todas as atividades e responsabilidades inerentes e substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos.

Parágrafo Quarto – Compete ao Primeiro Tesoureiro exercer todas as funções próprias e inerentes à Tesouraria;

Parágrafo Quinto – Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro em todas as funções próprias e inerentes à Tesouraria e substituir o Primeiro Tesoureiro em seus afastamentos ou impedimentos.

Parágrafo Sexto – A Comissão Permanente de Administração reunir-se-á tantas vezes quantas forem necessárias para o desempenho de suas funções, sob a presidência do Presidente do Conselho Nacional.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 10 – O Conselho Fiscal será instituído pela Assembléia Geral, conforme regula o Regimento do Conselho Nacional.

Artigo 11 – Compete ao Conselho Fiscal:

a) Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres estatutários;

- b) Opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral;
- c) Convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 06 (seis) meses essa convocação e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;
- d) Analisar mensalmente, bimestralmente ou trimestralmente, os balancetes e demais demonstrações contábeis e financeiras elaboradas periodicamente pela Administração;
- e) Examinar as demonstrações contábeis e financeiras de encerramento do exercício e sobre elas opinar, emitindo parecer conclusivo por escrito.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Artigo 12 – O patrimônio do Escritório será constituído de bens móveis e imóveis, utensílios, títulos e direitos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 13 – Aprovada a presente reforma estatutária, mantém-se o mandato do atual Presidente, que foi eleito excepcionalmente para um mandato cujo período está compreendido entre Abril de 2000 a Dezembro de 2004, possibilitando, conforme o art 5º deste estatuto, reeleição por mais um mandato tipo de quatro anos.

Artigo 14 – Os casos não previstos ou omissos neste Estatuto serão decididos, soberanamente, pelo Conselho Nacional.

Artigo 15 – A convocação da Assembléia para a revisão do presente estatuto poderá ser feita mediante proposta do Presidente do Conselho Nacional ou de um quinto dos seus membros.

Artigo 16 – Este estatuto poderá ser modificado mediante aprovação de dois terços dos membros votantes do Conselho em assembléia especialmente convocada para este fim.

Artigo 17 – O presente estatuto será regulamentado pelo Regimento do Conselho Nacional.

Artigo 18 – O presente Estatuto entrará em vigor imediatamente após sua aprovação pelo Conselho Nacional e cumpridas as obrigações legais.

Sorocaba-SP, ____ 01 de maio de 2003.

Reinaldo Beserra dos Reis – Presidente do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica do Brasil Brasileiro, casado, perito judicial, portador do RG nº 4.339.007 SSP-SP e do CPF nº 434.196.158-68, residente e domiciliado na cidade de Sorocaba – SP.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA,

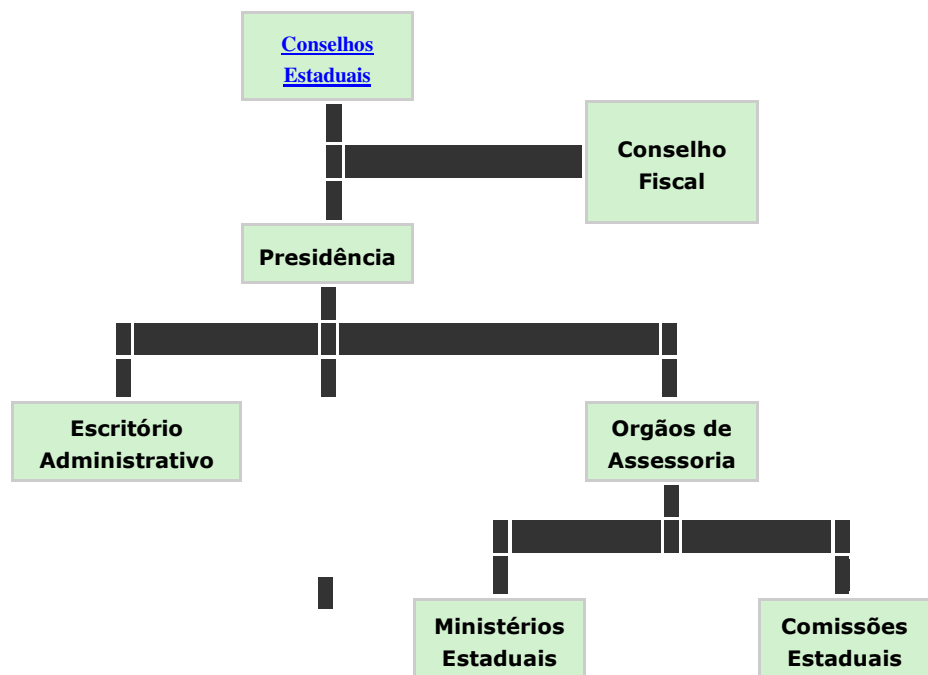
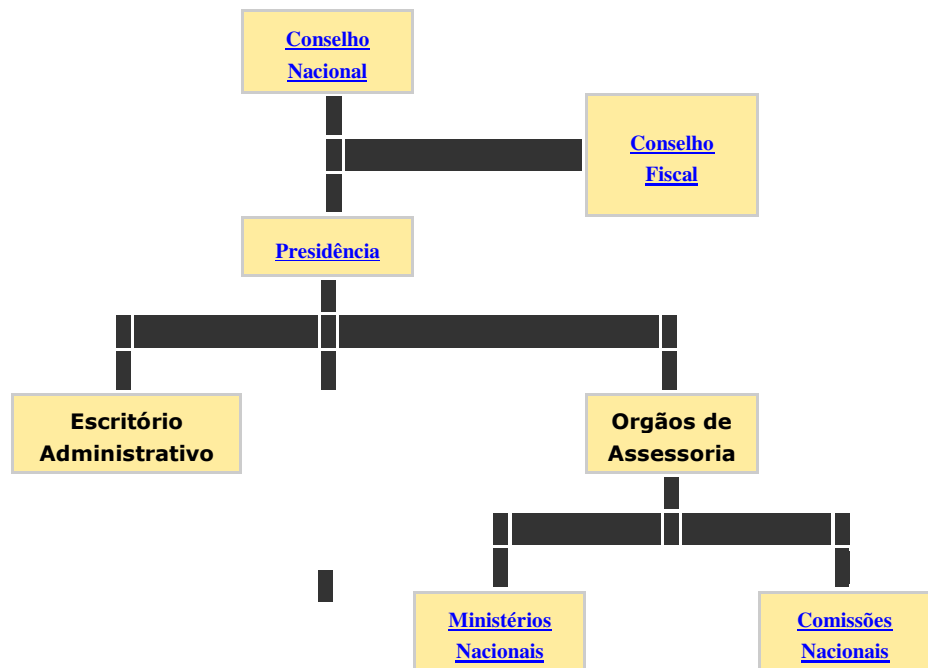
realizada aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2003, na cidade de Aparecida-SP, para a revisão do seu estatuto. Presente a reunião 22 (vinte e dois conselheiros): Ibrahim Mohamad Saleimam

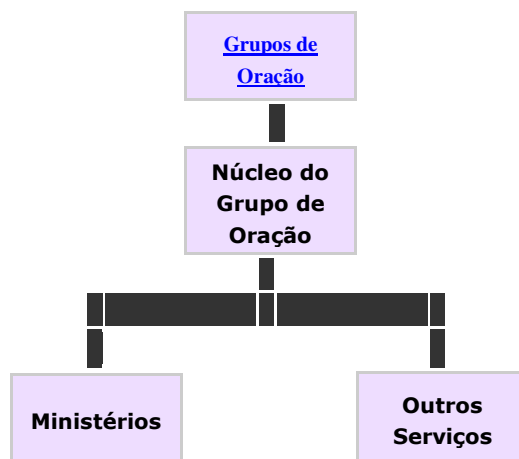
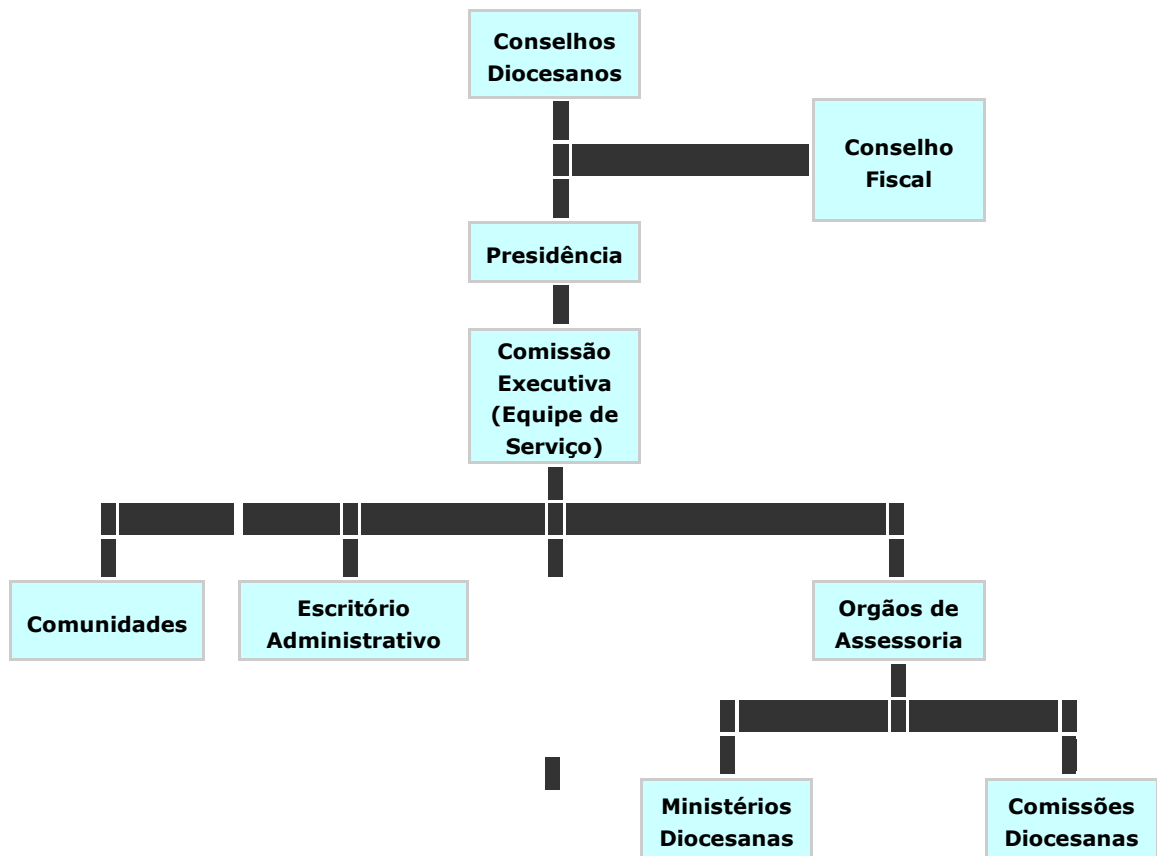
Júnior; Reinaldo Beserra dos Reis; Geraldo João dos Santos Dutra; Inês Queiroz Pimenta; Noemi Viana Cabral Braga; Maria Beatriz Spier Vargas; Maria Ermínia Silva D' Oliveira; Ironi Spuldaro; João José Mabtun; Jairo Almicar da Silva Araújo; Aide Luna Parente; Bento Ferreira da Fonseca; Maria das Graça Souza Cunha; Antônio Hamilton dos Santos; Maria Ieda da Silva Borba; Maryglória Catarina Caldas Dantas; Janeth Vaz Oliveira; Kátia Roldi Zavaris; Francisco Rodrigues Vale Júnior; Francisco de Salles Baptista Ferreira; Rosecler Cauduro; Helena Lopez Rios Machado. Aberta a reunião pelo senhor Presidente Reinaldo Beserra dos Reis que convocou para presidir este momento o conselheiro Francisco de Salles Baptista Ferreira. Iniciados os trabalhos foi revisto e votado o novo estatuto, tendo sido refeito capítulos, artigos e incisos ficando a nova forma que em anexo acompanha esta ata. Nada mais havendo a tratar lavrei a seguinte ata que vai assinada pelos membros presentes.

http://www.rccbrasil.org.br/rcc_br/estatuto.php?aba=rcc (Consulta em 14/03/2006)

ANEXO 4

Estrutura da Renovação Carismática Católica do Brasil (organograma)





NOTAS:

- 1-** Ministérios das Artes, de Intercessão, de Oração por Cura e libertação, de Formação, de Pregação, de Promoção Humana, da Família, de Fé e Política, de Sacerdotes, de Seminaristas (RENASEM), de Crianças, de Jovens e Ministério Universidades Renovadas.
- 2-** Comissões Permanente de Administração, de Comunicação Social, de Finanças, de Formação, da Unidade.
- 3-** Outros serviços: Acolhida, Avisos, Limpeza (etc), conforme a necessidade do Grupo de Oração.
- 4-** Para maiores informações, consultar o [Estatuto do Escritório Administrativo da RCC-BR](#) e o [Regimento do Conselho Nacional da RCC-BR](#).

www.rccbrasil.org.br com consulta em 20/07/2006